

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA – SPE
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Política Econômica – SPE

Ministério da Fazenda



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno;

Brasília – 2014

Sumário

INTRODUÇÃO	4
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	5
1. Identificação e Atributos da Secretaria de Política Econômica – SPE/MF	5
DESENVOLVIMENTO	15
2. Planejamento e Resultados Alcançados.....	15
3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	21
4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	23
5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	28
6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	31
7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	32
8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	46
9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	47
10. Relacionamento com a Sociedade	51
11. Informações Contábeis	53
RESULTADOS E CONCLUSÕES	59
1. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	59
1.1. Coordenação-geral de Análise Macroeconômica (COGAM).....	59
1.2. Coordenação-geral de Modelagem Econômica (COGME).....	66
1.3. Coordenação-geral de Políticas Sociais (COGPS).....	71
2. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MICROECONÔMICAS	81
2.1. Coordenação-geral de Acompanhamento Setorial (COGAS)	81
2.2. Coordenação-geral de Sistemas Financeiros (COGSF)	87
2.3. Coordenação-geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSPC).....	90
3. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA.....	96
3.1. Coordenação-geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).....	96
3.2. Coordenação-geral de Políticas Públicas (COGPP)	105
4. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.....	112
4.1. Coordenação-geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA).....	143
4.2. Coordenação-geral de Crédito Rural e Normas	146
4.3. Coordenação-geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas	152
ANEXOS.....	159

Lista de Quadros

<i>Quadro 1 - Identificação da UJ</i>	5
<i>Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</i>	21
<i>Quadro 3 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</i>	23
<i>Quadro 4 - Percentual da execução orçamentária no ano de 2013</i>	24
<i>Quadro 5 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	24
<i>Quadro 6 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação</i>	25
<i>Quadro 7 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos em movimentação</i>	26
<i>Quadro 8 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	27
<i>Quadro 9 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</i>	28
<i>Quadro 10 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</i>	29
<i>Quadro 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</i>	29
<i>Quadro 12 - Quantidade de Servidores por Faixa Etária</i>	30
<i>Quadro 13 - Composição do Quadro de Estagiários</i>	30
<i>Quadro 14 - Variação Patrimonial da SPE</i>	31
<i>Quadro 15 - Serviços executados no âmbito da TIC e vulnerabilidade da Secretaria</i>	32
<i>Quadro 16 - Diagnóstico de Necessidades TIC</i>	33
<i>Quadro 17 - Demandas de TI não atendidas</i>	34
<i>Quadro 18 - Quesitos de TI a serem avaliados</i>	35
<i>Quadro 19 - Infraestrutura tecnológica</i>	36
<i>Quadro 20 - Fluxo de Documentos na SPE 2012/2013</i>	45
<i>Quadro 21 - Cumprimento de deliberação do TCU</i>	47
<i>Quadro 22 - Cumprimento de deliberação do TCU</i>	48
<i>Quadro 23 - Cumprimento de deliberação do TCU</i>	50
<i>Quadro 24 - Ouvidoria - Quantitativo de mensagens por tipo de manifestação</i>	51
<i>Quadro 25 - Ouvidoria - Quantitativo de Mensagens por status de manifestação</i>	51
<i>Quadro 26 - Ouvidoria - Quantitativo de mensagens por canais de acesso</i>	52

Lista de Figuras

<i>Figura 1 - Organograma dos Macroprocessos Finalísticos</i>	8
<i>Figura 2 - Organograma do Macroprocesso de Apoio</i>	13
<i>Figura 3 - Gráfico Representativo do fluxo de Documentos (dezembro/2013)</i>	45
<i>Figura 4 – Declaração a respeito da adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</i>	57
<i>Figura 5 – Declaração do Contador</i>	58
<i>Figura 6 - Descrição da Base de Dados para elaboração do Informativo do Índice de Atividade Econômica</i> .	67

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e na Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Política Econômica (SPE) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2013.

O Relatório identificará, inicialmente, a SPE, sua finalidade e competências institucionais, seu organograma, as atribuições de suas diferentes áreas e seus principais macroprocessos finalísticos e de apoio. Em seguida, analisará o Planejamento Estratégico e o Plano de Metas e de Ações executados pela Secretaria, seus processos de controle interno, seu desempenho orçamentário-financeiro, os dados situacionais dos seus recursos humanos e tecnológicos e os indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua ação administrativa. Por fim, trará os resultados alcançados pela SPE em 2013.

Não se aplicam ao presente Relatório de Gestão, pela natureza jurídica da SPE e pelas características de sua atuação, os seguintes itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127:

- 3.3 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.
- 4.7 Gestão de Precatórios.
- 6.3 Imóveis locados de terceiros.
- 11.3 Demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- 11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
- 11.5 Demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades.
- 11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela entidade.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. Identificação e Atributos da Secretaria de Política Econômica – SPE/MF

1.1. Identificação

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 1929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Política Econômica			
Denominação Abreviada: SPE			
Código SIORG: 1987	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 170250/00001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460.0343-99.	
Principal Atividade: Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, coordenação, acompanhamento e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.			Código CNAE: 8413-29
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-2321	(061) 3412-2322	(061) 3412-1793
Endereço Eletrônico: institucional.df.spe@fazenda.gov.br/spe			
Página na Internet: http://www.fazenda.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 CEP: 70.048-902 Brasília – DF - Brasil			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U., de 17 de maio de 2011. Alterado pelo Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, publicado no D.O.U., de 07 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, Portaria MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no D.O.U., de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela Portaria MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
170006/0001		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MF	
170009/0001		Escola de Administração Fazendária – MF	
170531/0001		Superintendência de Administração do MF/DF	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
170006/0001		Gestão Tesouro Nacional	
170009/0001		Gestão Tesouro Nacional	
170531/0001		Gestão Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170250		0001	

1.2. Finalidade e competências institucionais

A Secretaria de Política Econômica é uma das sete Secretarias que compõem o Ministério da Fazenda. A Secretaria é responsável por formular projetos e propostas econômicas em consonância com a estratégia do Governo Federal.

A SPE desenvolve pesquisas diagnósticas e de intervenções essenciais na economia nacional, por meio do levantamento e da análise do problema questionado, além de identificar e examinar alternativas de política a serem adotadas.

Inúmeros programas do Governo Federal são gestados e elaborados diretamente pelos técnicos da Secretaria de forma individualizada ou em parceria com outros órgãos ou ministérios, assim como com equipes internas do Ministério da Fazenda. As políticas são minuciosamente analisadas e os impactos considerados, em conformidade com a visão estratégica do Governo e com a legislação vigente no país.

À SPE são conferidas atribuições institucionais, conforme disposto no Decreto de Estrutura Regimental nº 7.482, de 16 de maio de 2011, alterado pelo Decreto nº 7.696, de 06 de março de 2012, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências:

Art. 28 À Secretaria de Política Econômica compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;
- II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazo para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;
- III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica, o crescimento da economia, o desenvolvimento de longo prazo, o emprego, a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda;
- IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;
- V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;
- VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;
- VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;
- VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;
- IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;
- X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;

- XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;
- XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;
- XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;
- XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;
- XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPC);
- XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional;
- XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;
- XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;
- XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;
- XXI - acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e formular diretrizes voltadas à alocação equitativa do gasto público, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;
- XXII - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e
- XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

1.3. Organograma funcional

A Secretaria de Política Econômica está organizada em macroprocessos finalísticos de Políticas Macroeconômicas; Políticas Microeconômicas; Política Agrícola, Inclusão Produtiva e Meio Ambiente; e Política Fiscal e Tributária, assim como conta com macroprocesso de apoio de Gestão Corporativa. Os macroprocessos finalísticos estão vinculados a Secretarias-Adjuntas estruturadas com as respectivas coordenações-gerais, coordenações e, algumas, com divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada. Já o macroprocesso de apoio está vinculado à Chefia de Gabinete e a Coordenação de Gestão Corporativa.

1.4. Macroprocessos finalísticos

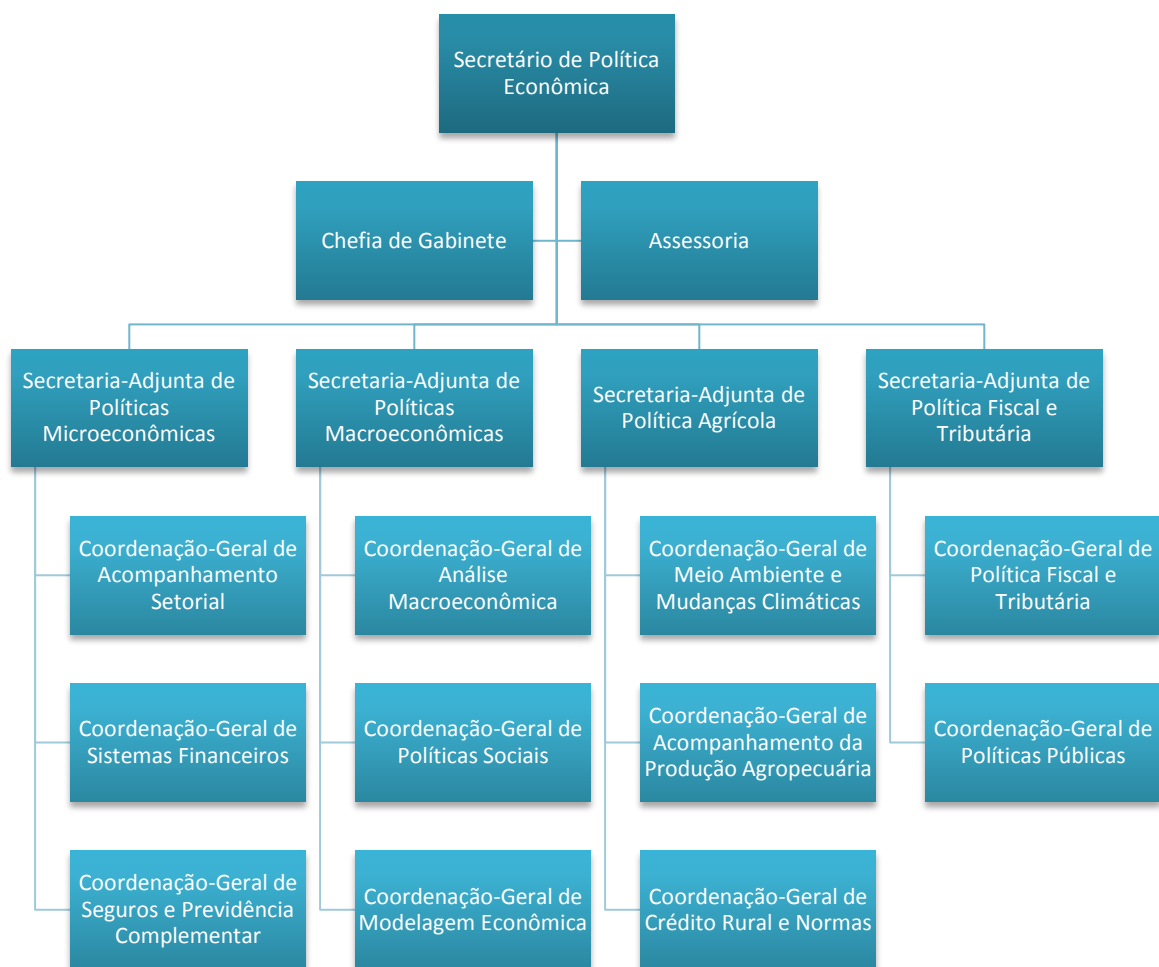


Figura 1 - Organograma dos Macroprocessos Finalísticos

1.4.1. Políticas Microeconômicas

O objetivo da Secretaria-Adjunta de Políticas Microeconômicas é contribuir para o desenho de políticas econômicas que possibilitem o desenvolvimento e a estabilidade econômica, por meio de identificar fragilidades do mercado interno e do crescimento setorial no médio e longo prazo. Com isso, esta Secretaria Adjunta empreende o acompanhamento das atuações do mercado de crédito, das indústrias, das empresas de seguro e de Previdência Complementar, entre outros temas.

Muitos programas desenvolvidos no Governo Federal contam com o apoio dessa Secretaria, tais como o Plano Brasil Maior, que objetiva estimular a produção, o investimento, a inovação e as exportações, bem como defender a indústria e o mercado interno.

À Secretaria Adjunta de Políticas Microeconômicas compete:

- I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas microeconômicas;
- II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;
- III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos às políticas microeconômicas;
- IV – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas microeconômicas;
- V – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VI – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.2. Políticas Macroeconômicas

A política macroeconômica refere-se ao conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando afetar agregados econômicos, como crescimento da economia, inflação, taxa de desemprego, balanço de pagamentos e distribuição de renda. Para a formulação e tomada de decisões de política econômica, é fundamental a avaliação oportuna e consistente da evolução da economia e de diferentes estratégias e alternativas de política.

Os principais objetivos da Secretaria-Adjunta de Políticas Macroeconômicas são acompanhar os desenvolvimentos recentes da economia, bem como elaborar e avaliar estratégias para o crescimento sustentado da economia, com pleno emprego, estabilidade dos preços, melhor distribuição de renda e inclusão social.

O acompanhamento e análise do comportamento das variáveis econômicas e a construção de cenários macroeconômicos, elaborados pela Secretaria-Adjunta, permitem que o Governo explore, sistematicamente, as possíveis consequências das opções estratégicas. Para esse fim, a Secretaria-Adjunta desenvolve modelos macroeconômicos e análises internas, as quais tomam a forma de relatórios, estudos, pareceres, apresentações e informativos.

A Secretaria-Adjunta também participa da formulação de políticas sociais, juntamente com outras áreas do Governo Federal. Essa unidade acompanha e analisa o impacto das políticas sociais sobre os indicadores de pobreza e desigualdade e elabora propostas de reformas para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade do gasto social federal e do seu financiamento.

À Secretaria Adjunta de Políticas Macroeconômicas compete:

- I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas macroeconômicas;
- II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;
- III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos às políticas macroeconômicas;
- IV – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas macroeconômicas;
- V – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VI – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.3. Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva

A Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente trata do planejamento, do financiamento e do seguro da produção, que constituem a base da política agrícola nacional, bem como do acompanhamento e formulação de políticas na área ambiental.

As equipes técnicas da Secretaria-Adjunta acompanham a produção doméstica e mundial e realizam estudos que subsidiam as ações do Governo no processo de garantias dos preços agrícolas, em conjunto com outros Ministérios.

Além disso, a Secretaria-Adjunta se dedica ao aprimoramento das políticas de crédito rural no que tange à composição de dívidas e à renegociação de operações como, por exemplo, de cafeicultores, orizicultores, suinocultores e agricultores familiares.

Linhas emergenciais de crédito também são consideradas nos estudos da Secretaria-Adjunta. Eles envolvem custeio em favor de agricultores familiares com culturas afetadas por problemas climáticos e na recuperação de lavouras de café.

Temas de estudo da Secretaria-Adjunta incluem a comercialização de produtos agropecuários e a subvenção econômica para estocagem do etanol.

Os técnicos da Secretaria Adjunta atuam também na assessoria e no acompanhamento das reuniões do Conselho Monetário Nacional – CMN, provendo subsídios às decisões tomadas no âmbito agrícola.

Um dos destaques da Secretaria-Adjunta foi o lançamento em 2011 do programa “Crescer”, de microcrédito produtivo orientado. Nele, o microcrédito foi ampliado, inclusive com redução das taxas, visando estimular o micro e pequeno empreendedor brasileiro que necessita de maior acesso ao crédito.

O debate internacional na área ambiental também faz parte do rol de atividades da Secretaria-Adjunta. É o caso da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que, além de abordar questões climáticas, estabelece um conjunto de instrumentos para preparar a economia para demandas e padrões futuros de produção, e para apoiar projetos e estudos que suavizem a mudança climática.

A Secretaria trata, também, do desenvolvimento de proposta de mercado de carbono, que funciona por meio da comercialização de certificados de emissão de gases de efeito estufa gerados.

Na agenda de sustentabilidade, incluem-se, ainda, a formulação e o acompanhamento das seguintes políticas ambientais:

- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM;
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado;
- Condicionantes ambientais para o crédito rural;
- Bolsa Verde – concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros;
- Pronaf Sustentável;
- Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA;
- Protocolo Verde; e
- Acordo TFCA – Tropical Forest Conservation Act.

À Secretaria Adjunta de Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva compete:

I – auxiliar o Secretário de Política Econômica na proposição, avaliação e acompanhamento da formulação e implementação de atos normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, de microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado de produtos agropecuários;

II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;

III – orientar as respostas do Ministério da Fazenda aos diversos órgãos governamentais e entidades públicas e privadas envolvidas com a definição das políticas direcionadas ao setor rural;

IV – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos ao setor rural, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

V – analisar e elaborar votos e resoluções ao Conselho Monetário Nacional nos assuntos concernentes à política agrícola e ao crédito rural;

VI – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes ao setor agropecuário, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

VII – participar de eventos nacionais e internacionais sobre assuntos relacionados ao setor agropecuário, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

VIII – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

IX – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.4. Política Fiscal e Tributária

A Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária é responsável pela formulação, análise e avaliação de diretrizes de política fiscal e tributária, em consonância com a orientação estratégica da política econômica. Somam-se a estas, atribuições pertinentes à proposição e análise de políticas públicas que contribuam para aumentar a efetividade dos programas e ações governamentais.

A Secretaria-Adjunta também monitora e analisa indicadores fiscais e de composição e evolução dos gastos públicos e receitas da União, com vistas a avaliar os impactos econômicos e financeiros, de curto, médio e longo prazo, da política fiscal. Além dos aspectos conjunturais, merece registro as atividades de natureza estrutural, pertinentes à elaboração de estudos e pesquisas voltados ao aperfeiçoamento da política fiscal e, por conseguinte, à promoção da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

Destaque ainda para a elaboração do demonstrativo dos benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária anual e o Relatório das contas de Governo da República. Adicionalmente, a Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária realiza a avaliação do impacto e efetividade dos programas do Governo Federal associados a essa modalidade de financiamento de políticas públicas.

Com referência às atividades da área tributária, a Secretaria-Adjunta analisa a tributação global e setorial, com vistas a subsidiar a formulação de diretrizes de aperfeiçoamento do sistema tributário vigente, tendo como exemplo a desoneração tributária da folha de pagamentos. Trata-se, nesse contexto, de avaliar o sistema impositivo de tributos e as medidas que podem ser implantadas para aumentar a eficiência produtiva, melhorar o ambiente de negócios, fomentar a geração de emprego e renda e, em última instância, contribuir para a promoção do crescimento sustentado da economia.

À Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária compete:

- I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas fiscal e tributária;
- II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;
- III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês, juntas e grupos de trabalho afetos às políticas fiscal e tributária;
- IV – Formular, em articulação com as demais instituições responsáveis pelo macroprocesso fiscal e orçamentário, diretrizes de política fiscal e tributária que contribuam para aperfeiçoar o regime fiscal e para ampliar a eficiência do sistema tributário em vigor;
- V – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas fiscal e tributária;
- VI – assistir e auxiliar o Secretário-Adjunto nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5. Principais macroprocessos de apoio

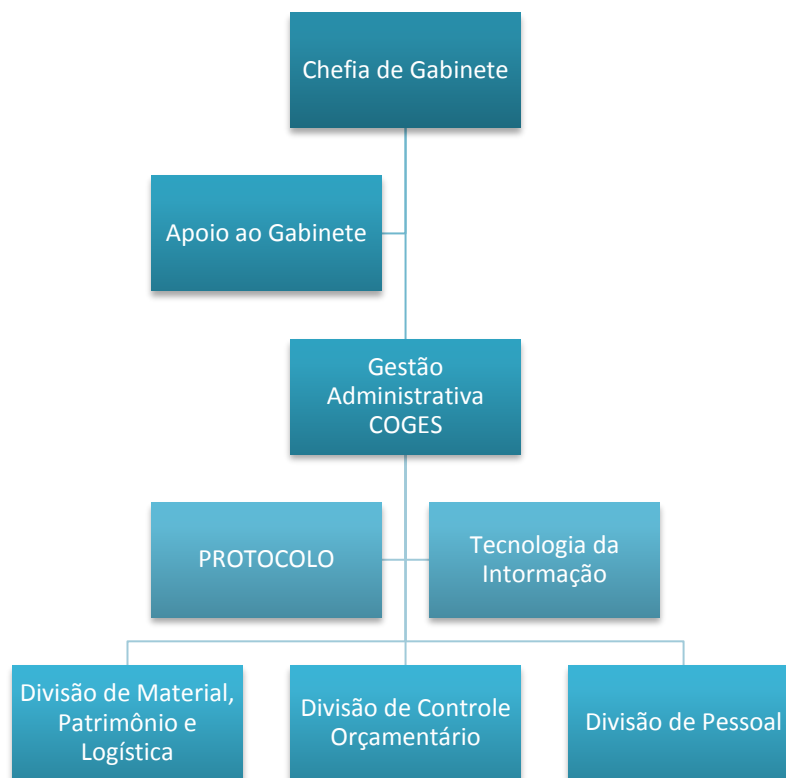


Figura 2 - Organograma do Macroprocesso de Apoio

1.5.1. Ao Gabinete compete:

- I – planejar, coordenar, supervisionar, orientar as atividades técnicas e administrativas e as ações de representação político-social;
- II – coordenar as atividades concernentes a relações públicas, à elaboração e ao despacho de expediente do Secretário e dos Secretários-Adjuntos;
- III – coordenar as atividades de apoio técnico e de gestão administrativa da Secretaria;
- IV – transmitir, às diferentes unidades, instruções e orientações do Secretário, tanto técnicas quanto administrativas;
- V – coordenar junto à Assessoria de Comunicação Social e à Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda as ações e demandas provenientes do Congresso Nacional no âmbito da Secretaria;
- VI – acompanhar a tramitação de documentos e processos, pleitos e requerimentos de informação de interesse da Secretaria, bem como promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública e público externo, inclusive a distribuição e coordenação das respostas às solicitações típicas de Ouvidoria;
- VII - assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VIII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5.2. À Assessoria Técnica compete:

- I – prestar assessoramento técnico e especializado diretamente ao Secretário de Política Econômica em assuntos de natureza econômica;
- II – elaborar estudos, apresentações, pareceres e notas técnicas sobre temas econômicos solicitados pelo Secretário de Política Econômica;
- III – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- IV – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5.3. À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

- I – propor, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas concernentes às gestões de recursos humanos, de orçamento e finanças, de tecnologia da informação, de material e patrimônio, de serviços logísticos e de protocolo, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, no âmbito desta Secretaria e das orientações dos órgãos de controle interno e externo;
- II – executar as atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação de documentos, arquivamento e registro de expediente;
- III – planejar, orientar e supervisionar as atividades de informática voltadas para o atendimento das atividades finalísticas e administrativas da Secretaria;
- IV – coordenar as atividades relacionadas com a administração e controle de material e patrimônio, manter sob guarda os Termos de Responsabilidade de todos os bens móveis da Secretaria e acompanhar a conferência periódica do patrimônio da Secretaria;
- V – fornecer apoio logístico à Secretaria concernente a serviços de telefonia, reprografia, recepção, copeiragem, limpeza, manutenção predial, reparo de equipamentos e de transporte oficial a serviço;
- VI – assistir e auxiliar a Chefia de Gabinete nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário ou pela Chefia de Gabinete.

1.6. Principais Parceiros relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da SPE

A Secretaria de Política Econômica interage com vários atores no contexto da Administração Pública Federal, em especial com os Ministérios que integram o Poder Executivo Federal, a Casa Civil da Presidência da República, o BACEN, bem como as Secretarias integrantes do próprio Ministério da Fazenda, com destaque para as seguintes: Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Acompanhamento Econômico, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria Executiva, Secretaria de Gestão Estratégica e Gabinete do Ministro da Fazenda. Cabe destacar que, em situações esporádicas, a SPE interage com órgãos do Legislativo (Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União), bem como órgãos da estrutura do Poder Judiciário.

DESENVOLVIMENTO

2. Planejamento e Resultados Alcançados

O Planejamento Estratégico da Secretaria de Política Econômica (SPE) é definido pelo Secretário e Secretários-Adjuntos, complementado por ações desenvolvidas por meio do PMIMF.

Projeto Estratégico Corporativo	Assunto	Situação
---------------------------------	---------	----------

Nessa perspectiva, foram executados diversos trabalhos como: desenvolvimento da cadeia de valor, mapeamento dos principais processos e gestão dos projetos estratégicos corporativos da SPE. Outros exemplos de atividades realizadas pela Secretaria de Política Econômica no âmbito de planejamento estratégico são: processo de revisão do regimento interno e formulação de proposta para alteração do decreto de estrutura.

2.1. O Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF

Como uma de suas ferramentas estratégicas, o MF, por meio da Secretaria-Executiva, instituiu em 2011 o Programa de Modernização integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF). O PMIMF consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções coletivas e respostas aos desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério, à modernização da gestão e à busca por maior eficiência e eficácia das ações do Ministério da Fazenda no exercício de suas funções regimentais.

São premissas do PMIMF: modelo de gestão descentralizado; estrutura de governança baseada em instâncias colegiadas e estruturação de redes; processo de construção coletiva; transparência nas ações e feedback; padronização de conceitos para facilitar a comunicação; disseminação de melhores práticas de gestão; respeito à cultura dos diversos órgãos integrantes da estrutura do MF; definição de diretrizes para alinhamento estratégico das políticas de gestão do MF; fortalecimento da estrutura central do MF no exercício das funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle; e foco em resultados.

O PMIMF encontra-se estruturado nas seguintes frentes simultâneas: Planejamento Estratégico, Gestão de Pessoas, Tecnologia, Processos e Projetos, Infraestrutura, e Segurança e Risco.

2.1.1. Projetos Estratégicos Corporativos (PECs)

O Planejamento Estratégico no âmbito do PMIMF resultou em portfólio de Projetos Estratégicos Corporativos (PECs). Atualmente, há 45 PECs na carteira do Ministério da Fazenda. No ano de 2013, a SPE continuou a condução daqueles iniciados em 2012 e tornou-se responsável pelo PEC201302 conforme quadro abaixo:

<u>PEC201232</u>	Novo Emprego no Brasil.	Encerrado
<u>PEC201233</u>	Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária.	A ser encerrado em 27/06/2014
<u>PEC201234</u>	Elaboração de estudo sobre os impactos da Reforma Tributária no Federalismo Fiscal.	A ser encerrado em 09/07/2014
<u>PEC201235</u>	Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de um dia na economia.	Encerrado
<u>PEC201237</u>	Elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho, trigo e soja e de estudo prospectivo dos instrumentos de política agrícola.	A ser encerrado em 30/06/2014
<u>PEC201302</u>	Estruturação de uma lógica meritocrática no MF, no âmbito dos subsistemas de RH.	A ser encerrado em 06/08/2015

Tabela 1 - Projetos Estratégicos Corporativos (PECs)

a. PEC201232 – Novo Emprego no Brasil

O PEC201232 manteve sua principal diretriz estratégica que é elaborar políticas econômicas que promovam crescimento com responsabilidade fiscal (Resolução nº01/CEG, de 30 de janeiro de 2012). Teve, porém, algumas mudanças que necessitam ser destacadas.

A começar, pode-se notar a diferença no nome do projeto que antes era intitulado “Elaboração de diagnóstico sobre as transformações ocorridas recentemente no mercado de trabalho” e depois passou a se denominar “Novo Emprego no Brasil”.

As outras alterações no projeto referem-se a escopo e prazo. Houve inclusão de dois itens (avaliar a evolução da produtividade do mercado de trabalho e relacionar com as políticas de emprego existentes e Mercado de trabalho rural: comparação da evolução com o trabalho urbano) no tema inicialmente proposto. Em função desse acréscimo no escopo e da necessidade de realização de treinamento da equipe de trabalho, foi preciso alterar o prazo de conclusão do projeto de 12/2012 para 07/2013.

Como produtos, esse PEC apresentou um diagnóstico detalhado sobre as transformações ocorridas no mercado de trabalho, analisando os novos postos de trabalho criados e a rotatividade; Exames do mercado de trabalho brasileiro; Estudo sobre o apagão de mão de obra e a oferta de trabalho; Avaliação das políticas existentes e suas possibilidades de melhoria; e comparação entre o trabalho de mercado rural e urbano. Além disso, houve a capacitação da equipe envolvida no projeto para utilização do modelo de microssimulação e aulas expositivas sobre job search e fluxos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, foram disponibilizados os comandos e planilhas para a utilização de tais modelos.

b. PEC201233 – Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária.

O PEC201233, cuja principal diretriz é aperfeiçoar o processo de avaliação de políticas econômicas (Resolução nº01/CEG, de 30 de janeiro de 2012) ainda se encontra em execução. Inicialmente, tinha-se uma expectativa de prazo de conclusão de 31/12/2012. Todavia, após elaboração do plano de gerenciamento do projeto, foi verificada a necessidade de ampliar o prazo para 30/06/2013. Contudo, devido à realocação para outra coordenação da SPE do funcionário responsável pela condução do PEC e a demandas inadiáveis do Tribunal de Contas da União (TCU), mais uma vez o prazo foi alterado, o que deslocou a conclusão do projeto para 27/06/2014.

Apesar dessas alterações de prazo, o projeto não será afetado significativamente visto que não haverá impactos na apuração da carga tributária porque todas as etapas operacionais já foram implementadas e a divulgação da carga tributária bruta e líquida já segue a metodologia proposta no PEC.

Para a sua conclusão, falta a produção de duas notas técnicas. A relação dos produtos já entregues pelo projeto e dos pendentes encontram-se no quadro abaixo:

Tabela 2 - PEC 201233: Produtos

Produto	Observação
Quadro comparativo entre as duas estimativas de carga tributária; e seminários com órgãos envolvidos na apuração da carga tributária.	Etapa concluída em 17.11.2011
Tabelas com estimativas da carga tributária dos estados e municípios e receitas tributárias e de contribuição não administradas pela SRFB para o período de 2002 a 2011.	Memorandos: nº142/SPE/MF de 03.04.2012 e nº519/SPE/MF de 04.10.2012.
Nota Técnica contendo avaliação das ações implantadas e a implementar para redução das divergências na apuração da carga tributária efetuadas pela SRFB e pelo IBGE.	NT ° 24/SPE/MF de 27.03.2013.
Um acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser celebrado entre a SPE e o IPEA .	Acordo assinado em 25 de março de 2013 - Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2013.
Nota Técnica contendo apuração da Carga Tributária Líquida.	NT ° 25/SPE/MF de 27.03.2013.
Nota Técnica contendo memória de cálculo da carga tributária bruta .	NT ° 93/SPE/MF de 28.11.2013.
Nota Técnica contendo memória de cálculo da carga tributária líquida.	Previsão: 04.04.2014
Nota Técnica com apresentação de propostas de rotinas e procedimentos operacionais necessários ao aperfeiçoamento da carga tributária.	Previsão: 27.06.2014

c. PEC201234 – Elaboração de estudo sobre os impactos da Reforma Tributária no Federalismo Fiscal.

Tendo como principal diretriz a intensificação das iniciativas para subsidiar a reforma tributária (Resolução nº01/CEG, de 30 de janeiro de 2012), o PEC201234 definiu como escopo a elaboração de uma matriz integrada de receitas disponíveis na Federação, a qual gerará informações completas e confiáveis para avaliar impactos federativos de propostas de reforma tributária e avaliar impactos de outras mudanças no sistema de partilha sobre a distribuição de receitas entre os entes federados.

Para a criação da matriz, será preciso: i) elaborar um diagnóstico detalhado das informações existentes em bases de dados de vários órgãos do Governo Federal relativas à receita da União, estados, Distrito Federal e municípios; ii) obter uma base de dados com informações completas e confiáveis da receita dos entes federados; e iii) realizar uma simulação das alterações da receita disponível dos entes federados.

Foi firmado um Termo de Referência com o IPEA para auxiliar na elaboração da matriz e suprir a carência de pessoal para a execução do projeto. Porém, ainda assim, houve alteração no prazo de conclusão do PEC de 31/12/2013 para 31/06/2014 porque a equipe encontra dificuldades em coletar alguns dados de municípios e devido à necessidade de fazer uma internalização dos procedimentos na SPE (apresentações e reuniões).

No fim de novembro/2013 foi entregue pelo IPEA a primeira versão da matriz, a qual passará por revisão para serem corrigidas inconsistências. Após essa etapa, ela será submetida a instâncias superiores, finalizando uma das fases do projeto.

d. PEC201235 – Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de um dia na economia.

O PEC201235 foi formalmente encerrado no dia 18 de novembro de 2013. O objetivo do projeto era criar um ambiente propício ao financiamento produtivo de longo prazo, via emissão de dívida privada não indexada à taxa de juros de um dia, bem como a melhora do perfil da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, aumentando o prazo médio de vencimento dos títulos e tornando-a menos dependente da emissão de títulos públicos indexados à taxa de juros de um dia. Para isso, primordialmente, foi proposta a realização de amplo diagnóstico do mercado de renda fixa no Brasil, com o intuito de consolidar a percepção comum em relação: i) à magnitude da utilização desse tipo de instrumento; e ii) aos eventuais efeitos nocivos dos títulos indexados à taxa de juros de um dia na economia.

Após o diagnóstico, estava prevista a formulação de diretrizes para aperfeiçoar o arcabouço normativo pertinente aos seguintes eventos: (i) à aplicação dos recursos das reservas, das provisões dos fundos de pensão, das sociedades seguradoras, resseguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas e fechadas de previdência complementar, visando o alongamento dos prazos e a redução da indexação à taxa de juros de um dia; (ii) tributação aplicável aos resgates ou benefícios dos planos de previdência complementar e de seguros de vida com cláusula de sobrevivência; (iii) tributação dos instrumentos financeiros de renda fixa e derivativos; e (iv) tributação dos fundos de investimento em renda fixa. Todavia, devido à conjuntura desfavorável (que poderia gerar um ruído de mercado negativo e contraproducente) para a implementação dos itens ii, iii e iv, o projeto sofreu uma redução de escopo, ficando restrito à etapa i, a qual foi encerrada em julho/2013. Contudo, por se ter expectativa sobre a mudança da conjuntura, o projeto só foi encerrado em novembro/2013.

Os produtos gerados por esse projeto estão destacados no quadro abaixo:

Tabela 3 - PEC 201235: Produtos

Produto	Observação
Diagnóstico	Nota técnica explicitou a significativa indexação dos instrumentos financeiros ao DI e sugeriu a adoção de medidas no sentido de corrigir o problema.
Resolução Seguradoras	Resolução CMN nº 4.176/2013 e Resolução CMN nº 4.221/2013 determinam a observância de prazo médio ponderado e prazo de repactuação mínima de 5 a 3 anos, respectivamente para a carteira de renda fixa dos fundos de investimento especialmente constituídos.
Resolução Fundo de Pensão	Resolução CMN nº 4.275/2013 amplia o limite de concentração para investimentos de longo prazo por meio de sociedades de propósito específico.

e. PEC201237 – Elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho, trigo e soja e de estudo prospectivo dos instrumentos de política agrícola.

O PEC201237 está 99% concluído. Ele tem como principais diretrizes: i) fomentar investimentos produtivos voltados à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento sustentável; ii) aperfeiçoar o processo de avaliação de políticas econômicas; e iii) melhorar a eficiência alocativa dos recursos públicos para a qual será desenvolvido indicador específico (Resolução nº01/CEG, de 30 de janeiro de 2012).

Esse projeto foi realizado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Seu produto final é um relatório que contém subsídios para o trabalho de avaliação dos instrumentos de política agrícola existentes, e apoiar a elaboração de uma proposta contendo novos instrumentos considerados mais eficazes para apoiar o setor do Agronegócio, em geral, as cadeias produtivas do arroz, milho e trigo, em particular. Por um pedido da área agrícola da SPE, foi acrescentada também a cadeia da soja no escopo do projeto, o que fez com que ele fosse entregue em outubro de 2013, e não em junho de 2013 conforme previsão inicial.

O próximo passo refere-se à análise do relatório por parte da responsável pelo projeto na SPE para que sejam realizadas as devidas correções. Em virtude da extensão do relatório (808 páginas) e de outras atividades da própria coordenação da SPE (COAPA) envolvida no PEC, foi solicitada uma ampliação de prazo de conclusão para junho de 2014. Contudo, essa alteração de prazo não provocou impactos nos resultados do projeto visto que o objetivo principal já foi alcançado.

f. PEC201302 – Estruturação de uma lógica meritocrática no MF, no âmbito dos subsistemas de RH.

O PEC201302 teve início em fevereiro de 2013 sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Porém, por questões estratégicas, em setembro de 2013 passou-se a condução do PEC à SPE. Esse projeto tem como diretriz assegurar que a gestão de desempenho oriente os subsistemas de gestão de pessoas (Resolução CEG nº02/CEG, de 25 de junho de 2012).

A gestão de desempenho busca instituir o mérito como uma das principais orientações da tomada de decisão no âmbito da gestão de pessoas e seus subsistemas. Essa lógica, isto é, a meritocracia pode ser definida como uma forma de atuação baseada no merecimento e tem como objetivo principal contribuir para a promoção, valorização e retenção dos colaboradores que apresentem os melhores desempenhos.

No âmbito do MF, não é possível identificar uma lógica meritocrática institucionalizada. As regulamentações existentes em relação às avaliações de desempenho, por exemplo, têm se mostrado insuficientes em garantir a obtenção de resultados efetivos a que se propõem visto que não há critérios bem definidos para a distribuição de benefícios, tratando-se apenas de uma cultura burocrática.

Nesse contexto, a prática meritocrática oferece benefícios como a transparência nas decisões no âmbito de gestão de pessoas, a criação de incentivos para um bom desempenho, além de trazer uma alternativa sustentável para a alta rotatividade observada no Ministério da Fazenda.

Assim, esse projeto possibilitará, a partir da construção de uma estrutura lógica meritocrática, a aplicação dos resultados das avaliações na concessão de benefícios para o servidor como forma de premiação e orientação do seu aperfeiçoamento. Isso propiciará ao servidor perceber a vantagem de se esforçar para atingir um bom desempenho, além de trazer ganhos para a organização.

Para estruturar uma lógica de meritocracia no MF, foram estabelecidos pelo grupo de trabalho do projeto alguns objetivos específicos (fases), quais sejam:

1. Realizar alinhamento conceitual com a equipe do projeto;
2. Analisar as práticas meritocráticas no contexto externo;
3. Analisar as práticas meritocráticas no âmbito do MF;
4. Arquitetar a lógica meritocrática no MF;
5. Elaborar plano de comunicação estratégica da política de meritocracia do MF;
6. Elaborar plano de implementação da política nos órgãos do MF;
7. Realizar monitoramento da implementação da política nos Órgãos do MF.

O cronograma do projeto estabeleceu como metas para 2013 a conclusão da fase de alinhamento conceitual e a iniciação das duas subsequentes. A primeira foi concluída em outubro de 2013. Já a segunda, que prevê como atividades a definição das organizações públicas e privadas que serão visitadas, a elaboração de um roteiro de entrevista, o contato com as organizações escolhidas, as visitas de benchmarking e a produção do relatório com a consolidação das informações coletadas, teve sua conclusão em 28/02/2014. Quanto à terceira fase, ela se encontra na última atividade prevista, que é a elaboração do relatório final cujo prazo de entrega é abril de 2014.

No âmbito da fase II, foi realizado, por meio de reuniões, benchmarking com cinco instituições públicas e uma privada. Para a escolha das instituições públicas, a equipe do projeto valeu-se da publicação “As 5 melhores instituições públicas para você trabalhar” do Guia Você S/A, que enumera, a partir de uma pesquisa da Fundação Instituto de Administração (FIA), as cinco instituições que se destacaram como modelo de gestão de pessoas no país. São elas: a Eletrobrás Eletronorte (Tucuruí/Pará), o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e o Tribunal de Contas da União. A instituição privada, por sua vez, foi selecionada a partir de uma publicação da revista Melhor – Gestão de Pessoas que trouxe destaque ao Sabin por basear sua política de remuneração na meritocracia.

Foi necessária a realização de viagens para Minas Gerais e Pará a fim de visitar a COPASA e a Eletronorte respectivamente. As viagens foram custeadas em parte pela SPE e em parte pela Secretaria Executiva (SE) do MF, a qual é a patrocinadora do projeto. O gasto total com as viagens (diárias e passagens) foi de R\$ 9.457,78, ou seja, 19% do custo estimado para o projeto conforme proposta inicial assinada pelo CEG.

Em relação às fases I e III, foram realizadas apenas reuniões internas, não sendo atribuídos gastos a essas etapas.

O próximo passo do projeto refere-se à arquitetura da lógica meritocrática do MF, a qual dará origem ao produto principal do PEC, isto é, a política de meritocracia, que tem previsão de entrega para agosto de 2014. Contudo, o grupo sentiu necessidade de se estabelecer um acompanhamento da implementação da política nos órgãos do MF durante um ano e por isso a previsão de conclusão formal do PEC é para agosto de 2015.

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1. Sistema de Controles Internos

A Secretaria de Política Econômica – SPE não possui uma estrutura orgânica de Controle Interno. Para suprir tal ausência, conta com o apoio e assessoramento da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda, cujas atribuições estão contidas no Decreto no 3.591, de 6 de setembro 2000, especificamente nos incisos II, V e VI do Art. 13, que está incumbida de: 1) orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; 2) acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e 3) coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão.

3.2. Avaliação do Sistema de Controles Internos

Quadro 2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1. Programas do PPA sob Responsabilidade da SPE

A Secretaria de Política Econômica não apresentará o quadro 4.1.1 do Relatório de Gestão por orientação da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, que atende à determinação da Controladoria Geral União/PR.

4.2. Ações da Lei Orçamentária Anual sob Responsabilidade da SPE

Quadro 3 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20Z6					
Descrição	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais					
Iniciativa	03N6 – Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas.					
Unidade Responsável	Secretaria de Política Econômica					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.719.602	1.719.602	1.672.671	1.379.679	-	292.991	1.337.839
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Nota emitida	Unidade	200	200	2.951.386	1.672.671

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3. Desempenho Orçamentário e Financeiro

O recurso vinculado ao Programa 2039 “Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional” (constituído pela Ação: 20Z6 – Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais) foi de R\$ 2.951.386 (dois milhões novecentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100, conforme consta na Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 1.719.602 (um milhão setecentos e dezenove mil e seiscentos e dois reais), conforme o Decreto nº 7.995, de 02 de maio de 2013, informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2013.

4.3.1. Índice de execução orçamentário financeiro

O objetivo deste índice é demonstrar o percentual da execução orçamentária no ano de 2013.

Quadro 4 - Percentual da execução orçamentária no ano de 2013

Meta Financeira		
Prevista	R\$ 2.951.386	
Autorizada	R\$ 1.719.602	100%
Realizada	R\$ 1.672.671	97%

O total da despesa fixada na LOA foi de R\$ 2.951.386,00. Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 1.719.602. O corte mencionado representou uma redução de 42% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 5 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	170013	170250	04123203920Z60001			1.569.602
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	170013	170250	04123203920Z60001	150.000		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 6 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	710.355	444.726	710.355	444.726
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	710.355	444.726	710.355	444.726
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	506.214	403.275	506.214	403.275
g) Dispensa	100.376	93.505	100.376	93.505
h) Inexigibilidade	405.838	309.770	405.838	309.770
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos*				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	53.600	56.329	53.600	56.329
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	53.600	56.329	53.600	56.329
5. Outros	109.511	41.883	109.511	41.883
6. Total (1+2+3+4+5)	1.379.680	946.213	1.379.680	946.213

Fonte: SIAFI Gerencial

* A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

Quadro 7 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos em movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	1.161.141	910.942	995.382	910.942	165.758	-	953.817	665.847
2º elemento de despesa	176.078	117.651	176.078	117.651	2.207	-	176.078	96.444
3º elemento de despesa	60.463	96.444	60.463	96.444	-	-	60.463	88.151
Demais elementos do grupo	141.586	123.110	139.379	123.110	-	-	139.104	123.110
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	131.511	16.083	6.485	16.083	125.026	-	6.485	27.769
2º elemento de despesa	1.893		1.893				1.893	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores

A inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2011 e 2012 ficaram a cargo da Unidade Gestora 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF/DF, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise.

Quadro 8 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012				
2011	55.210	-34.380	20.830	00,0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	274.595	-87.547	187.049	00,0
2011				
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.4. Suprimento de Fundos

A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Senhor Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

A Secretaria de Política Econômica não conta com quadro próprio de pessoal, sendo seu corpo funcional formado por servidores integrantes de diversas carreiras da Administração Pública Federal. A diversidade de carreiras na SPE proporciona uma constante renovação de ideias e reflexão, fator que amplia a qualidade dos debates, com impactos diretos sobre os produtos gerados pela Secretaria.

No entanto, a diversidade de carreiras na organização traz algumas consequências negativas para organização, a saber: inexistência de uma cultura organizacional forte, fator preponderante para o sucesso organizacional; diversidade de legislações de pessoal para serem acompanhadas e atendidas; elevada rotatividade de pessoal, em função das regras de movimentação e distribuição desses diversos colaboradores da Administração Pública Federal, bem como perda considerável dos conhecimentos organizacionais, que por vezes são levados pelos servidores que deixam o órgão.

5.1. Estrutura de Pessoal

Quadro 9 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	43	9	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	6	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	39	5	6
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	6	3	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	94	18	17

Quadro 10 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	1	8	17	9	13	9
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	1	8	17	9	13	9
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	1	1	9	11	7	9	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	9	7	9	7
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	1	5	2	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	2	2	17	28	16	22	16

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	Não há	4	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	2	3
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	Não há	3	2
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	Não há	4	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	0	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	0	14	10

Quadro 12 - Quantidade de Servidores por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	10	16	17	8	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	10	16	17	8	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	6	13	10	7	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	13	9	6	2
2.3. Funções Gratificadas	5	0	1	1	3
3. Totais (1+2)	16	29	27	15	9

Quadro 13 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	0	-
1.1 Área Fim	3	4	4	3	
1.2 Área Meio	2	4	4	3	
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	5	8	8	6	-

6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

A Secretaria de Política Econômica – SPE conta com uma Divisão de Patrimônio - DIMAP responsável pela gestão patrimonial dos bens da organização, bem como a gestão dos serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço.

A DIMAP no ano de 2013 contou com dois servidores do quadro permanente e um terceirizado para fazer frente a todos as tarefas da área de logística da SPE.

Em dezembro de 2013, foi realizado o Inventário Anual dos Bens Móveis, extraído do Balancete Contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Relatório de Bens Móveis – RMB no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, que evidenciaram a conformidade contábil.

Variação Patrimonial da SPE

Quadro 14 - Variação Patrimonial da SPE

	2011	2012	2013
Quantidade de bens	712	818	887
Valor Total	R\$ 1.202.812,05	R\$ 1.250.070,62	R\$ 1.328.212,51

Ao longo dos últimos três exercícios, a SPE teve um acréscimo do número de bens a serem controlados da ordem de 25%, no entanto, a área continua enfrentando problemas ligados à escassez de servidores efetivos na área. Por ser uma área que trata da gestão e controle de bens, é interessante contar com servidores efetivos para condução dos trabalhos de rotina, bem como conduzir os inventários anuais.

7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação da SPE

A despeito do serviço de suporte técnico operacional de tecnologia da informação ser essencial ao funcionamento da Secretaria de Política Econômica, a Secretaria não conta com quadro próprio de servidores na área. O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO limita-se à parte de infraestrutura e suporte técnico dos sistemas por ele fornecidos e disponibiliza poucos servidores para todo o edifício sede do Ministério da Fazenda (precário para o pronto atendimento). A SPE conta apenas com 2 estagiários em informática para conduzir problemas eventuais de suporte técnico.

Para melhor compreensão dos serviços executados no âmbito da TIC e da vulnerabilidade em que a Secretaria está exposta pela falta de servidor efetivo na área, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 15 - Serviços executados no âmbito da TIC e vulnerabilidade da Secretaria

Serviço	Contextualização	Consequências da Ausência do Serviço
Gestão de Recursos de TIC	A SPE trabalha com grandes limitações de recursos, sobretudo na área de TI e, para prover uma melhor infraestrutura física e de serviços para os servidores busca uma constante adequação da estrutura tecnológica.	a) falta de mensuração das necessidades tecnológicas; b) racionalização do recurso público; c) sucateamento da estrutura tecnológica.
Elaboração e implementação das estratégias e diretrizes de TIC	A área finalística da SPE, para cumprir suas atribuições regimentais, necessita de meios tecnológicos para que os técnicos possam se dedicar ao processo de formulação e análise de políticas econômicas.	a) fracasso na execução de projetos de sistemas estratégicos; b) risco de uso de sistemas inadequados ou defasados;
Apoio na Elaboração do Plano de Ação e Proposta de Programação Anual de Recursos	Os órgãos de controle (CGU e TCU) exigem que a atuação do MF, no campo de tecnologia da informação e comunicação, seja planejada e documentada em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC	a) falta de contemplação da SPE no diagnóstico de TI do MF; b) fragilidade no planejamento.
Articulação com as demais unidades de TIC do MF	É característica do MF a diversidade dos órgãos e, conseqüentemente, as configurações tecnológicas existentes e, por isso, é cultura do órgão a troca de experiências e seu compartilhamento.	a) falta de participação da SPE nos fóruns internos sobre TIC;
Prospecção Tecnológica	A Secretaria iniciou, em 2013, uma fase de melhoria organizacional e, no tocante ao planejamento de serviços de TI, vários problemas foram diagnosticados. Diversas ações serão empreendidas para solução destes problemas.	a) falta de recursos humanos para empreender soluções tecnológicas; b) perda do conhecimento técnico sobre as soluções traçadas; c) risco de permanência de um ambiente já diagnosticado como precário.

Execução de serviços de suporte técnico	O serviço de suporte técnico da SPE é responsabilidade do SERPRO. Porém, o usuário da Secretaria necessita de solução imediata para os problemas que, na maioria das vezes, o SERPRO solicita um prazo maior do que o alcançado internamente.	a) indisponibilidade de estações de trabalho; b) queda do nível de serviço; c) aumento do tempo de espera do usuário para a solução de problemas.
Implantação/instalação e manutenção de sistemas de informação	Na área de TIC da Secretaria também são executadas atividades operacionais e de grande relevância, como a instalação e configuração de estações de trabalho e disponibilização de softwares homologados.	a) impacto no desenvolvimento de trabalho finalístico; b) falta de atualização de serviços;
Acompanhamento da política de segurança da rede de comunicação do MF	Muitos trabalhos da SPE possuem o caráter sigiloso e demanda uma política de segurança da rede que é feito pelo controle de acessos empreendido pela área de TIC.	a) falta de controle dos acessos; b) risco de exposição de informações sigilosas.
Manutenção dos cadastros de recursos de TIC e usuários atualizados	A Secretaria conta com diferentes recursos de TIC: hardwares, softwares, serviços de agências de notícias, serviços de telefonia móvel, sistemas corporativos. Estes recursos são distribuídos de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida por, aproximadamente, 100 usuários.	a) a falta de controle das ferramentas de TIC implica no desperdício de recurso público; b) risco de direcionamento inadequado das ferramentas de TIC.

Tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas, foi apresentado, em maio do exercício de 2011, o seguinte diagnóstico à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – COGTI/SPOA/MF:

Quadro 16 - Diagnóstico de Necessidades TIC

Diagnóstico de Necessidades TIC		
Necessidade		
Solução Atual	Situação Desejada	Criticidade
Aumento no parque tecnológico – desktops		
Hoje, temos usuários utilizando notebooks por falta de máquinas desktops.	Adequação de todos os servidores com máquina desktop.	5
Continuidade do projeto SINAPSE		
O projeto SINAPSE foi descontinuado em virtude dos resultados pouco satisfatórios, com base na Nota Técnica nº 18/SPE-MF, de 9 de março de 2012.	Continuidade do projeto para atender as necessidades da área técnica.	5
Substituição de impressoras obsoletas		
As impressoras todas estão com algum defeito. Todas obsoletas e em más condições de uso.	Troca por impressoras mais modernas, que atendam às necessidades da Secretaria.	4
Desenvolvimento de um novo sítio de intranet		
A intranet tem um layout desatualizado e uma plataforma ultrapassada de desenvolvimento.	Novo sítio de intranet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.	4
Desenvolvimento de um novo sítio de internet		
Site da internet hoje tem um layout fora dos padrões do governo, além de não ter uma plataforma de desenvolvimento que auxilie na publicação do material produzido.	Novo sítio de internet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.	4
Aumento no parque tecnológico – notebooks		

Hoje, temos notebooks que estão com defeito e obsoletos. A SPE não tem nenhum notebook que pudesse atender uma demanda do gabinete, por exemplo.	Substituição dos que estão hoje, obsoletos, no parque e aumento da quantidade para atender a demanda do gabinete e coordenadores.	3
Aumento dos pontos lógicos para suprir a demanda da SPE		
Hoje, a SPE arca com os pontos adicionais que precisaram ser colocados para atender o aumento da equipe.	A SPOA forneça o número suficiente de pontos lógicos necessários para o trabalho da equipe da Secretaria.	3
Compra dos softwares econométricos		
Os técnicos necessitam de determinados softwares para desenvolver os produtos da SPE. As demandas datam de 2009 e ainda não foram solucionadas.	Compra dos softwares necessários para auxiliar os técnicos no desenvolvimento dos produtos da SPE.	5

Destas demandas, as sete primeiras foram finalizadas no exercício de 2013:

- Aumentou-se o parque tecnológico da SPE, de forma que a adequação de todos os servidores com máquinas desktop foi alcançada.
- O projeto SINAPSE foi descontinuado em virtude dos resultados pouco satisfatórios entregues pelo SERPRO, com base na Nota Técnica nº 18/SPE-MF, de 9 de março de 2012.
- As impressoras antigas foram substituídas de forma a atender às necessidades da Secretaria.
- Foi desenvolvido internamente um novo sítio de intranet, mais moderno e eficaz para garantir a integração da Secretaria, a informação, a Gestão do Conhecimento e a prestação de serviços essenciais à Força de Trabalho. Utilizou-se, para tanto, o gerenciador de conteúdo Wordpress, sistema gratuito para web escrito em PHP com banco de dados MySQL. O desenvolvimento do projeto proporcionou avanços em diversos sentidos, como a identificação dos principais serviços prestados internamente, das ferramentas utilizadas, dos links acessados, entre outros. A nova Intranet propõe-se, assim, a servir de instrumento facilitador da rotina da Secretaria, dispondo progressivamente as informações de interesse dos colaboradores, além de ter potencial enquanto fonte de indicadores de interesse e na promoção da manualização e melhoria de processos.
- Foi desenvolvido internamente um novo sítio de internet, com o visual mais agradável e a arquitetura da informação mais intuitiva para o usuário externo. Utilizou-se a ferramenta Adobe Muse Creative Cloud, cujo custo de aquisição foi realizado pela chefia de gabinete da SPE, que tem conta pessoal no sítio da Adobe, sem gerar custos para a Secretaria.
- A quantidade de notebooks foi incrementada para atender as necessidades da Secretaria.
- A carência de pontos lógicos para acompanhar o aumento da força de trabalho foi suprida.

Em ambos os projetos de desenvolvimento *in-house* dos novos sítios de internet e intranet, os custos de desenvolvimento para a administração foram mínimos, considerando o empenho e a disposição dos servidores em exercício na SPE. Várias das iniciativas da SPE em tecnologia dependem da diligência e presteza da equipe da SPE, inclusive em termos financeiros, uma vez que há lentidão na compra de softwares pela COGTI/SPOA.

Resta, portanto, apenas a compra dos softwares econométricos como pendência. Neste aspecto, cabe registrar que existe uma demanda da Secretaria reprimida há quatro exercícios referente à aquisição de softwares, conforme o quadro abaixo:

Quadro 17 - Demandas de TI não atendidas

Demandas não atendidas	
Adobe Acrobat Professional	Oxmetrics STAMP e PC-GETS (PC-GIVE)
CATS RATS 7.0	Matlab Econometrics Toolbos 1.1

SPSS 17.0	Microsoft Access
SAS (Analytic PRO+ETS)	SQL Server 2008
Delphi Enterprise 2010	Adobe Creative Cloud

Quadro 18 - Quesitos de TI a serem avaliados

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.

	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<ul style="list-style-type: none"> Os itens 1, 2, 4, 6 e 7 não se aplicam à Secretaria de Política Econômica - SPE, a COGTI/SPOA/SE/MF é responsável pelas atividades de TIC do Ministério da Fazenda; Para responder o item 5, considerou-se o mapeamento de processos feito em 2010. 	

7.2. Infraestrutura Tecnológica

Quadro 19 - Infraestrutura tecnológica

Microcomputador		
Item	Modelo	Quantidade
01	ITAUTEC	67
02	HP DC 6005	39

03	POSITIVO	01
04	DELL OPTIPLEX 790	03
05	Apple - IMAC	03
TOTAL:		113
Notebook		
Item	Modelo	Quantidade
01	Acer	11
02	Toshiba	1
03	Sony	7
04	HP	5
05	Emachines	5
06	APPLE	8
TOTAL:		37
Scanner		
Item	Modelo	Quantidade
01	HP Scanjet 8250	1
02	Kodak Scan Mate i940	5
TOTAL:		6
HD Externo		
Item	Modelo	Quantidade
01	SAMSUNG	27
02	TOSHIBA	8
TOTAL:		35
Impressora (Locada)		
Item	Modelo	Quantidade
01	Lexmark X460	2
02	Xerox WorkCentre 5755	1
03	Lexmark E460	22
04	Kyocera FS5100	2
TOTAL:		27
Tablets		
Item	Modelo	Quantidade
01	Apple - IPAD	18
TOTAL:		18
Serviços de Informação		
Item	Modelo	Quant. de Acessos
01	Assinatura Anuário Agrianual online	1

02	Assinatura Anuário Anualpec online	1
03	Assinatura da revista Agroanalysis online e impressa -FGV	1
04	Assinatura Digital do Jornal Valor Econômico/	4
05	Bloomberg	1
06	BROADCAST (Agência Estado)	15
07	CMA	2
08	EViews 7.1	7
09	Reuters Datastream	6
10	Reuters Eikon	2
11	Valor PRO	7
TOTAL		47
Custos de Tecnologia da Informação		
Item	Especificação	Custo (R\$)
01	Aquisições diversas	22.989,00
TOTAL		22.989,00

7.3. Resultados alcançados

No que tange a projetos desenvolvidos *in-house*, destacam-se diversas iniciativas de programas que visam à automação e à agilidade nas atividades empreendidas pelos técnicos da SPE. No exercício de 2013, os seguintes programas foram desenvolvidos:

7.3.1. Ícone: Modelagem Macroeconômica

7.3.1.1. Grupo Dessazonalização X12ARIMA

- a) PIB: Dessazonaliza séries temporais pelo X12ARIMA, com a metodologia utilizada para o PIB - Produto Interno Bruto, pelo IBGE, e faz previsão.
- b) PIM: Dessazonaliza séries temporais pelo X12ARIMA, com a metodologia utilizada para a PIM – Pesquisa Industrial Mensal, pelo IBGE, e faz previsão.
- c) IBC-Br: Dessazonaliza séries temporais pelo X12ARIMA, com a metodologia utilizada pelo Banco Central para o IBC-Br e faz previsão.
- d) PMC: Dessazonaliza séries temporais pelo X12ARIMA, com a metodologia utilizada para a PMC – Pesquisa Mensal de Comércio, pelo IBGE, e faz previsão.
- e) Índice de Inflação: Dessazonaliza, pelo X12ARIMA, séries temporais de índices inflacionários.
- f) Agrupa Séries: Agrupa numa única planilha de um novo arquivo as séries dessazonalizadas pelo X12ARIMA.

7.3.1.2. Grupo APP

- a) Separador Decimal: Muda o separador decimal e o de milhares, para a transferência de dados de planilhas do excel para outros programas que utilizam o sistema americano.
- b) Importa Arquivo CSV: Importa para o Excel dados em arquivo CSV com células separadas por vírgulas.
- c) Filtro HP: Aplica o Filtro HP – Hodrick-Prescott sobre a(s) série(s) selecionada(s).

- d) Modelo HPFP – função produção: Calcula o produto potencial e o hiato do produto pelo filtro HP com função de produção (Barbosa Filho). As séries de entrada são a taxa de emprego da força de trabalho, a taxa de utilização do capital e o PIB.

7.3.2. Ícone Microcrédito

7.3.2.1. Base de Dados em Excel

- a) Atualizar Base de Dados: Cria arquivos da Base de Dados em Excel a partir dos arquivos de dados em txt recebidos das instituições financeiras, relativos às operações de microcrédito.

7.3.2.2. Banco de Dados em MySQL

- a) Novos Registros: Insere novos registros no Banco de Dados Microcrédito do MySQL.
b) Comandos MySQL: Em uma caixa de texto o operador insere comandos de consulta ao Banco de Dados e os resultados são retornados em um arquivo de Excel.

7.3.2.3. Estorno de Registros de Banco de Dados

- a) Importar txt: Importa para o Excel, em formato xlsx, arquivo de texto recebido de instituições financeiras com os dados de operações a serem canceladas no Banco de Dados.
b) Formatar Planilhas Excel: Formata arquivos em excel recebidos de instituições financeiras, com os dados de operações a serem canceladas no Banco de Dados.
c) Estornar: Processa os estornos de operações no Banco de Dados.

7.3.3. Ícone: Micro

7.3.3.1. X12-ARIMA

- a) Dessazonalização: Dessazonaliza setenta e sete séries temporais dos subsetores da PIM, pelo X12-ARIMA.

7.3.4. Ícone: Análise Macroeconômica

7.3.4.1. CRB – commodities

- a) Atualizar a CRB: Após a atualização de dados pela Thomson Reuters Datastream, completa as linhas de todas as planilhas do arquivo CRB.

7.3.4.2. Balanço de Pagamentos

- a) Série Histórica: Abre a página da série histórica do balanço de pagamentos no site do Banco Central.
b) Nota à Imprensa: Abre a página da nota para a imprensa do setor externo no site do Banco Central.
c) Atualizar Balpam: Atualiza as planilhas do arquivo Balanço de Pagamentos.

7.3.4.3. Atualizar Tabela Síntese: em elaboração. Atualiza a Planilha Coincidentes do arquivo Tabela Síntese Indicadores.

7.3.5. Ícone: Teste ARIMA

7.3.5.1. Teste do Modelo ARIMA

- a) Teste: Dessazonaliza séries temporais pelo X12-ARIMA e X13-ARIMA, com diversas opções diferentes para o usuário, para a escolha do melhor modelo de ajustamento sazonal.

7.3.6. Ícone: DESSAZ

7.3.6.1. X12-ARIMA

- a) IBC-Br: Dessazonaliza automaticamente séries temporais com a metodologia utilizada para o IBC-Br do Banco Central, pelas versões 2.10 e 3 do X12-ARIMA.

7.3.7. Ícone: SPE

7.3.7.1. Grupo da SPE

- a) Comparar Planilhas: Compara todas as células não vazias de duas planilhas e lista todos os endereços de células onde houver qualquer diferença.

- b) Excluir Linhas: Em todas as planilhas do arquivo excel ativo, exclui todas as linhas cujos quatro primeiros dígitos da coluna 1 não sejam numéricos.
- c) Deletar hífen: Em todas as planilhas do arquivo excel ativo, cada célula cujo conteúdo for apenas um hífen será deletada.
- d) Copiar Arquivos Excel: Abre o Windows Explorer para que sejam selecionados arquivos do Excel; após a seleção, os arquivos serão copiados.

7.3.8. Ícone: ER

7.3.8.1. Grupo Emprego e Renda

- a) Abrir o SGBD: Abre o a Sistema Gerenciador de Dados da PIMES.
- b) Site do IBGE: Abre as duas páginas do site do IBGE utilizadas para a atualização da PIMES.

7.3.9. SGBD – Sistema Gerenciador da Base de Dados

- 7.3.9.1. Tela de Opções do SGBD: A opção ativa é apenas a da PIMES, que mensalmente atualiza a Base de Dados em Excel e gera o relatório mensal em Excel e PDF.

7.3.10. Desenvolvimento de sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação e consolidação de um banco de dados

- 7.3.10.1. Linguagem DELPHI e banco de dados MySQL para coleta de informações, confecção de documentos, consultas estruturais, e armazenamento das informações coletadas.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Sistema Informatizado em DELPHI	Desenvolvimento de um sistema, em DELPHI XE3, para a captação das informações necessárias à confecção de planilhas Excel e de documentos em PDF. Este sistema tem como objetivo o ganho de eficiência e de agilidade na coleta dos dados publicados pelo Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional, entre outros, necessários à confecção de documentos que serão disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas – SPE	Concluído
Banco de Dados MySQL	Em paralelo ao desenvolvimento do sistema, foi estruturado um Banco de Dados, em MySQL, para o armazenamento das informações captadas.	Concluído
Planilhas Excel e Documentos em PDF	Com o auxílio do sistema, em DELPHI, e com base nas informações armazenadas, no Banco de Dados MySQL, foram criadas novas planilhas Excel e novos documentos em PDF, que estão sendo disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas - SPE	Concluído
Manipulação de Dados e Consultas	O sistema desenvolvido também contempla a possibilidade de criação de consultas estruturadas, além de relatórios analíticos e sintéticos com base nas informações coletadas do Governo Federal.	Em andamento
Sistema Informatizado em DELPHI	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão 1.690/2007, que determina o envio de relatório anual, por parte da SPE, com valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos e a avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.	Em andamento
Sistema Informatizado em	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão	Em andamento

DELPHI	3.249/2012.	
--------	-------------	--

Outro produto entregue pela área de TI no ano de 2013 foi o valor agregado pelos trabalhos de Design Gráfico e Design Digital da Secretaria, abrangendo:

1. Atividades contínuas:

- Suporte à elaboração do boletim “Economia Brasileira em Perspectiva” através da produção e atualização de gráficos, infográficos, elaboração de capas, adaptação de projeto gráfico, mesclagem de dados e fechamento de arquivo para gráfica;
- Gestão da marca da SPE;
- Design, tratamento e atualização de projeto, elementos visuais e interatividades tais como: imagens, botões, fotos, slides, fluxogramas, etc. para o site da Secretaria;
- Apoio ao gabinete e às coordenações no desenvolvimento de produtos para a Secretaria;

2. Design gráfico

Serviço/produto: Novo *layout* para o Boletim de Conjuntura

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, desenvolvimento de marca e capa, adaptação de projeto para publicação a partir do Excel e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Excel);
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e em distribuição periódica semanal;

Serviço/produto: Novo *layout* para a Agenda Semanal

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, desenvolvimento de marca e capa, adaptação de projeto para publicação a partir do Excel e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Excel);
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e em distribuição periódica semanal em PDF;

Serviço/produto: *Layout* para boletim do Programa Crescer

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, desenvolvimento de marca, adaptação de projeto para publicação a partir do Excel e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Excel);
- Situação/resultado: produto finalizado e entregue;

Serviço/produto: *Layout* para o Boletim Setorial

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, desenvolvimento de marca e capa, adaptação de projeto para publicação a partir do Excel e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Excel);
- Situação/resultado: produto finalizado e entregue;

Serviço/produto: *Layout* para o Clipping de Gestão Corporativa

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, desenvolvimento de marca e capa, adaptação de projeto para publicação a partir do Word e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Word);
- Situação/resultado: produto finalizado e entregue;

Serviço/produto: *Layout* para a publicação Monitor Fiscal

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, capa, adaptação de projeto para publicação a partir do Word e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Excel e Word;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura, agregar valor estético ao produto e permitir a publicação ágil pelo próprio usuário a partir do *software* de origem dos dados (Microsoft Word);
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e publicado em PDF;

Serviço/produto: *Layout* para a publicação Guerra Cambial

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, capa e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Indesign CC e Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura e agregar valor estético ao produto;
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e publicado em PDF;

Serviço/produto: *Layout* para a publicação Incentivos Tributários

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, capa e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Indesign CC, Microsoft Excel e Microsoft Word;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura e agregar valor estético ao produto;
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e publicado em PDF;

Serviço/produto: *Layout* para a publicação Brasil: um país de oportunidades (PCS)

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, capa e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Indesign CC e Excel;
- Objetivos específicos: padronizar visualmente o material da secretaria, organizar a informação apresentada de forma a instigar e facilitar a leitura e agregar valor estético ao produto;
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e publicado em PDF;

Serviço/produto: Agenda permanente da SPE

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico, capa e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Indesign CC e Word;
- Objetivos específicos: produzir ferramentas usáveis para auxiliar o fluxo de trabalho da secretaria, padronizar visualmente os produtos e promover interna e externamente imagem da SPE;
- Situação/resultado: produto finalizado, entregue e impresso;

Serviço/produto: Calendário de mesa 2013 da SPE

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Indesign CC e Muse CC;
- Objetivos específicos: divulgar agenda de indicadores, produzir ferramentas usáveis para auxiliar o fluxo de trabalho da secretaria, padronizar visualmente os produtos e promover interna e externamente imagem da SPE;
- Situação/resultado: produto não impresso e adaptado para o site;

Serviço/produto: *Layout* para certificado da SPE

- Descrição do serviço: elaboração de projeto gráfico e diagramação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC;
- Objetivos específicos: produzir ferramentas usáveis para auxiliar o fluxo de trabalho da secretaria, padronizar visualmente os produtos e promover interna e externamente imagem da SPE;
- Situação/resultado: produto não impresso e adaptado para o site;

3. Design digital e *webdesign*

Serviço/produto: Novo *layout* para apresentações Powerpoint da SPE

- Descrição do serviço: design de modelo de apresentação;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC e Microsoft Powerpoint;
- Objetivos específicos: produzir ferramentas usáveis para auxiliar o fluxo de trabalho da secretaria, padronizar visualmente os produtos e promover interna e externamente imagem da SPE;
- Situação/resultado: produto finalizado, atualizado, entregue e em uso;

Serviço/produto: Web APP de agenda telefônica da SPE para *smartphone*

- Descrição do serviço: design de interface, arquitetura da informação e desenvolvimento de sistema de aplicativo com a agenda de telefones dos funcionários da SPE;

- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Muse CC e HTML 5;
- Objetivos específicos: disponibilizar para os usuários uma agenda atualizada dos ramais e telefones funcionais da SPE;
- Situação/resultado: produto finalizado, atualizado, entregue e em uso;

Serviço/produto: Novo *layout* para o site da SPE

- Descrição do serviço: design de interface, arquitetura da informação e desenvolvimento de web site ;
- Softwares e tecnologia utilizada: Adobe Illustrator CC, Adobe Photoshop CC, Adobe Muse CC e HTML 5;
- Objetivos específicos: atualizar interface do site da SPE, melhorar a qualidade da comunicação institucional e divulgar o trabalho desenvolvido pela secretaria;
- Situação/resultado: produto finalizado, atualizado, entregue e em uso;

7.4. Gestão Documental e Protocolo

Para as atividades de comunicação organizacional (recebimento, tramitação, distribuição e arquivamento de documentos), a SPE conta com uma equipe de quatro servidores do quadro permanente. Quanto a sua infraestrutura física, foram realizadas melhorias nas instalações, e quanto à melhoria do processo documental, foi efetuado o cadastramento de todos os servidores, requisitados e prestadores de serviço, bem como o fornecimento dos tokens para assinaturas digitais no sistema comprotdoc, além de:

- Atribuição de perfis diferenciados de acordo com as funcionalidades utilizadas pelo usuário;
- Treinamento de todas as secretárias para atuarem como SGDI (Gestor de Documentos e Informações) de suas respectivas Unidades.

Essa ação possibilitou o acesso às informações documentais hospedadas em sua base, uma maior integração entre as unidades, bem como o incremento da tempestividade no atendimento das demandas anteriormente atribuídas somente ao Protocolo. Também foi implantada modalidade de Criação de documentos, na COGES e no Gabinete do Secretário.

A meta para 2014 é implantar o sistema Comprotdoc em todas as Unidades da SPE, pois a sua correta utilização representa uma grande mudança cultural trazendo agilidade no fluxo do processo de trabalho, segurança na guarda, rapidez na recuperação de dados e informações, controle eficiente do fluxo de documentos, economia no espaço físico de armazenamento, além do uso de mecanismos de notificação automática que possibilitam uma ação corretiva em tempo.

Já quanto ao levantamento da quantidade de documentos recebidos e expedidos na Secretaria, indicamos abaixo a evolução do número de documentos recebidos pela SPE nos últimos dois anos:

Quadro 20 - Fluxo de Documentos na SPE 2012/2013

	2012	2013	Variação (%)
Documentos Expedidos	1343	2677	99%
Documentos Recebidos	2024	2896	43%

A diferença apurada no ano de 2013 entre o número de documentos recebidos e expedidos (219 documentos), em uma análise realizada pelo Protocolo, deveu-se ao registro de convites, solicitações de reformas econômicas ou políticas setoriais, cujas medidas não devem ser comentadas ou divulgadas ou quando as mesmas são feitas de forma extemporânea, ou ainda do envio de correspondências por engano (matéria não pertencente ao rol de atribuições institucionais da SPE) ou que pertença ao rol de outra Secretaria do MF. A estas correspondências, a SPE tem dado o tratamento de arquivamento simples, com o devido registro do despacho da autoridade competente no sistema COMPROT, para fins de auditorias futuras.

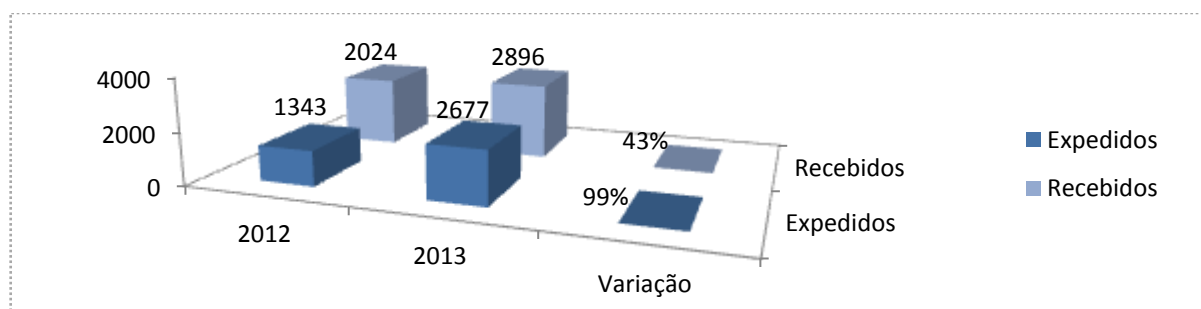


Figura 3 - Gráfico Representativo do fluxo de Documentos (dezembro/2013)

8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A política de gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental é de competência da SPOA/MF. A SPE adota medidas de melhor utilização dos resíduos e do consumo de papel energia elétrica e água, devido à conscientização constante da equipe, muito em virtude da existência da Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

- 1.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.
- 1.2. Política de separação de resíduos recicláveis descartados.
- 1.3. Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:
 - a. Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;
 - b. Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);
 - c. Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício de 2013

Quadro 21 - Cumprimento de deliberação do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.409/2003-9	1.718/2005	9.1 e 9.3.2		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que esta Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo anual para compor o Relatório sobre as Contas do Governo da República.</p> <p>Em seu item 9.3.2, o referido Acórdão determina que esta Secretaria elabore metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
<p>O cálculo do demonstrativo segue metodologia descrita na Portaria/MF nº 379, de 13 de novembro de 2006. A fim de aprimorar as taxas de juros utilizadas no cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, a métrica de cálculo dos fundos e programas e a inclusão de outros programas no demonstrativo apresentado, a referida portaria foi revisada. O demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 42 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolidou as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios.</p> <p>Esta Secretaria realizou avaliação sobre a Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda, concentrada nos principais tópicos referentes ao mercado de energia, oferta interna e consumo, descrição da política tarifária, aplicação da tarifa social, custeio financeiro, aumento de bem-estar do público alvo e análise da eficácia do programa, em termos de aderência e focalização da política.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>- Publicação da Portaria/MF nº 57, em 27 de fevereiro de 2013, que atualizou a Portaria MF nº 379/2006 e revogou a Portaria MF 276/2007. O trabalho abrangeu a inclusão e exclusão de Fundos e Programas, a revisão da conceituação, do fundamento legal, da metodologia de cálculo, do critério de regionalização dos benefícios apurados e das taxas de juros utilizadas no cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional.</p> <p>- Por meio do Ofício nº 70/SPE-MF, de 28 de março de 2013, e Nota Técnica nº 28/SPE-MF, de 28 de março de 2013, a SPE encaminhou ao TCU o Demonstrativo dos Valores Efetivamente Renunciados por meio dos Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao exercício de 2012.</p> <p>- Ademais, por meio do Ofício nº 119/SPE-MF, de 31 de dezembro de 2013, com a Nota Técnica nº 103/SPE-MF de 31 de dezembro de 2013, foi apresentada a avaliação da Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda, que é um programa que concede desconto na tarifa de energia elétrica às famílias enquadradas como baixa renda, conforme critérios da Lei nº 12.212/2010. A avaliação concluiu pela existência de um grau de focalização bastante satisfatório para o programa e de um importante ganho de bem-estar, em termos comparativos ao custo efetivo de energia, para os beneficiados com os descontos tarifários. As duas situações foram evidentes principalmente na região Nordeste do País. Assim, a constatação geral foi de que o programa é eficaz no sentido em que as famílias elegíveis para receber o subsídio são, de fato, da classe econômica baixa renda.</p>					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- A regionalização das informações ainda é uma dificuldade não totalmente superada. A forma de regionalização dos valores calculados seguiu, quando possível, o critério de localização do beneficiário final, conforme definido pela Portaria/MF nº 57. Na impossibilidade ou inviabilidade de aplicação desse critério, especificou-se uma *proxy* ou critério indireto para a distribuição regional dos benefícios apurados.

- A ausência de informações disponíveis em uma base consolidada de dados sobre as unidades consumidoras de energia elétrica foi o principal entrave a uma melhor avaliação da subvenção econômica aos consumidores baixa renda. Foi necessário o desenvolvimento de sistema eletrônico para totalizar as informações disponibilizadas pela Aneel por meio de 2.143 relatórios de empresas distribuidoras de energia. Ressalta-se que a dificuldade de obtenção de dados tem sido recorrente nas demais avaliações da eficiência, eficácia e efetividade dos benefícios financeiros e creditícios concedidos através dos mais variados Fundos e Programas.

- Destaca-se também a dificuldade, dada as peculiaridades dos Fundos e Programas, de se estabelecer uma metodologia única de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da concessão de benefícios financeiros e creditícios para os mesmos.

Quadro 22 - Cumprimento de deliberação do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	010.107/2007-8	1.690/2007	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
9.4. Determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:					
9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos;					
9.4.2. avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 69/SPE-MF, de 28 de março de 2013, a Nota Técnica nº 26/SPE-MF e a Nota Técnica nº 27/SPE-MF, ambas de 28 de março de 2013 com, respectivamente: a avaliação dos impactos, na economia, dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros implícitos; e o cálculo estimado destes subsídios.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Nota Técnica nº 26 enviada mostra que a Metodologia de Cálculo usada pela SPE para estimar o valor dos subsídios concedidos, no âmbito do PAC, considera o valor do financiamento como ativo do setor público, cujo retorno é dado pela diferença entre a taxa de juros do empréstimo e o custo de oportunidade estipulado para o recurso. Os valores das operações de crédito contratados, em 2012, chegaram a R\$ 49,3 bilhões. Já os desembolsados, no mesmo período, atingiram R\$ 23,2 bilhões.					
Do ponto de vista da destinação dos recursos, destacou-se o eixo de infraestrutura em energia com 56,5% com relação aos valores contratados, enquanto que nos valores desembolsados sobressaiu-se o eixo de infraestrutura em logística, com 51,8% do total de recursos. Os subsídios creditícios foram estimados, a valores de dezembro de 2012, em: R\$ 1,49 bilhão a partir dos valores desembolsados e R\$ 2,54 bilhões tomando por base os valores contratados.					
A Nota Técnica nº 27 enviada mostra que, ao longo dos últimos anos, o PAC foi se ajustando e se tornou uma					

importante ferramenta para a economia brasileira enfrentar a crise financeira mundial de 2008/2009, além de ter contribuído para dirimir os efeitos das dificuldades do mercado externo em 2011 e 2012; para a melhoria do mercado de trabalho, não só em termos da redução do desemprego, mas em termos de aprimoramento das relações trabalhistas, e a redução das desigualdades sociais e regionais são inquestionáveis.

Além desses ganhos sociais, que podem ser chamados de “primeira ordem”, o PAC tem fortalecido o mercado consumidor doméstico mais amplo e uma atividade econômica mais resiliente, implicando ampliação da base de arrecadação, ganhos de espaço para uma política fiscal ativa e, conseqüentemente, de capacidade de investimento do Estado.

Em março de 2010, o Governo Federal lançou o PAC 2, para o período de 2011 a 2014. Reforçou-se o compromisso com o planejamento e desenvolvimento econômico, o combate às desigualdades e foi dada mais ênfase ao eixo de infraestrutura social e urbana.

No biênio 2011-2012 o PAC 2 concluiu empreendimentos no valor de R\$ 328,2 bilhões, o que corresponde a 46,4% do valor das ações previstas para o período 2011-2014. Desse total, R\$ 201,2 bilhões foram realizados em 2012. Esse resultado é 58,4% superior ao mesmo período de 2011, quando o volume de empreendimentos concluídos era de R\$ 127 bilhões.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2013:

- memória institucional adequada às exigências metodológicas do trabalho;
- reuniões técnicas periódicas realizadas com a equipe do TCU, não apenas durante a execução dos trabalhos, mas antes e depois da apresentação dos resultados.

Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:

- formatação inadequada no envio das informações das instituições financeiras à SPE;
- complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de estimativa ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos;
- como tornar mais precisa a avaliação dos milhares de projetos do PAC executados por Governos, empresas privadas e empresas estatais?

Quadro 23 - Cumprimento de deliberação do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	034.303/2011-1	3.249/2012	9.2	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. determinar à Semag, com base no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, que, em 2013, acompanhe o desenrolar das renúncias de receitas tributárias, financeiras e creditícias oferecidas pela União relacionadas à Copa do Mundo de 2014, em especial no que se refere ao seguinte:</p> <p>9.2.3. expectativa total de subsídios creditícios concedidos aos projetos da Copa 2014, a valor presente, bem como os valores até então desembolsados, por ano, decorrentes das operações de financiamento firmadas com os bancos públicos federais;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					13597
Síntese da providência adotada:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 97/SPE-MF, de 29 de agosto de 2013, a Nota Técnica nº 63/SPE-MF de 29 de agosto de 2013 com o cálculo estimado destes subsídios e a Metodologia de Cálculo.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A Nota Técnica enviada mostra que a Metodologia de Cálculo usada pela SPE para estimar o valor dos subsídios concedidos, no âmbito da COPA, considera o valor do financiamento como ativo do setor público, cujo retorno é dado pela diferença entre a taxa de juros do empréstimo e o custo de oportunidade estipulado para o recurso. Dentre os projetos relacionados à COPA, destacou-se o Procopa Arenas com 97% dos valores contratados e 82% dos valores desembolsados em 2011.</p> <p>Os subsídios creditícios foram estimados, a valores de dezembro de 2011, em: R\$ 24,42 milhões a partir dos valores desembolsados e R\$ 36,7 milhões tomando por base os valores contratados.</p> <p>Os valores das operações de crédito contratados, em 2011, chegaram a R\$ 1,94 bilhão. Já os desembolsados, no mesmo período, atingiram R\$ 1,07 bilhão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aplicação da mesma metodologia utilizada para o cálculo dos benefícios financeiros e creditícios no Acórdão 1690/2007 às operações associadas à Copa do Mundo FIFA 2014; <p>Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:</p> <ul style="list-style-type: none"> - complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de <u>estimativa</u> ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos. 					

10. Relacionamento com a Sociedade

O relacionamento da SPE com a sociedade envolve as seguintes ações:

- Acompanhamento de projetos de legislação ou regulamentação, emitindo pareceres técnicos;
- Representação do MF em 120 fóruns e comitês técnicos relacionados com as políticas econômicas, sociais e setoriais;
- Recepção e análise de propostas de políticas de ministérios setoriais;
- Recepção e análise de pleitos e demandas de formulação de políticas;
- Gestão de canais de comunicação com a sociedade e governos;
- Gestão do relacionamento com investidores;
- Orientação e atendimento para a sociedade em geral;
- Atendimento de pleitos e dúvidas advindos da Ouvidoria da SPE.

Quadro 24 - Ouvidoria - Quantitativo de mensagens por tipo de manifestação

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 005

Mês/Ano: Janeiro/2014

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Tipo de Manifestação													
	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elogio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Informação/Solicitação	2	0	0	23	69	11	12	7	10	6	1	13	6
Reclamação	0	1	0	7	18	1	6	1	1	1	3	9	2
Sem Classificação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Sugestão	0	0	0	11	16	3	2	2	2	1	6	0	9
Total	2	1	0	41	103	15	20	11	13	8	10	23	17

* Últimos 13 meses.

Quadro 25 - Ouvidoria - Quantitativo de Mensagens por status de manifestação

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 006

Mês/Ano: Janeiro/2014

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Status de Manifestação													
	Mês / Ano *												
	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14
Cadastrada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Concluída	0	0	0	41	103	15	20	11	13	8	10	23	16
Em Tratamento	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Excluída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	1	0	41	103	15	20	11	13	8	10	23	17

* Últimos 13 meses.

Quadro 26 - Ouvidoria - Quantitativo de mensagens por canais de acesso

Sistema Ouvidor - Informações Consolidadas - Rel. 007


Mês/Ano: Janeiro/2014

SPE - Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica													
Quantitativo de Mensagens - Canais de Acesso													
CANAL	Mês / Ano *												
	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14
Auto-Antendimento - Internet	2	1	0	28	70	6	10	8	13	4	2	11	8
Carta-Resposta	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Carta/Fax	0	0	0	1	4	2	2	1	0	0	3	0	2
E-mail	0	0	0	11	26	7	8	1	0	4	5	10	5
Pessoalmente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço "0800"	0	0	0	1	2	0	0	1	0	0	0	2	2
Telefone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	1	0	41	103	15	20	11	13	8	10	23	17

* Últimos 13 meses.

11. Informações Contábeis

11.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público (NBCT 16.9 e NBCT 16.10).

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil
---	--

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

As Unidades Jurisdicionadas a esta Setorial de Contabilidade de Unidade Gestora e de Órgão atendem, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas, a saber:

A.1) NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Os procedimentos detalhados de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item f (A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido). Por ora, destaca-se o seguinte:

a.1.1) As unidades gestoras têm à sua disposição (página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet) normativos e manuais publicados pela Coordenação-Geral de Contabilidade da STN/MF, além dos meios de consulta disponibilizados por aquela CCONT e por esta Setorial de Contabilidade para dirimirem as dúvidas quanto ao adequado registro contábil dos atos e fatos administrativos.

A confirmação da utilização integral dos critérios e procedimentos estabelecidos na supracitada NBC T é de difícil afirmação, considerando os diversos aspectos que caracterizam a execução orçamentária e patrimonial na Administração Pública Federal, tais como:

- Não exigência dos profissionais que atuam nas áreas de execução financeira e patrimonial da formação técnica em ciências contábeis, profissionais esses responsáveis em primeira instância pela análise, interpretação e registro dos atos e fatos administrativos (registros da liquidação da despesa; recolhimento de contribuições e impostos; reconhecimento, atualização e baixa de ativos e passivos; registro de contratos, convênios e termos congêneres; registros no estoque e patrimônio etc);
- Impossibilidade de acompanhamento tempestivo por esta Setorial de Contabilidade de todos os registros contábeis efetivados diariamente no universo das 384 unidades gestoras, função executora, deste Ministério (SE, SAIN, SEAE, SPE, CARF, RFB, PGFN, STN, ESAF e CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais). Ainda nesse sentido, cabe acrescentar a necessidade de uma certificação *in loco* dos registros efetuados e dos procedimentos adotados para registro.

a.2) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

a.2.1) Depreciação: está em uso;

a.2.2) Amortização: não está em uso;

a.2.3) Exaustão: inexistência de ativos que possam ensejar a aplicação desse procedimento.

b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea "a" acima

b.1) Amortização: procedimento a ser implementado após a conclusão das rotinas pertinentes a implantação da depreciação.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Ativo Permanente – Bens Móveis

c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável,

Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

c.2) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações não previstos na norma da anterior.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

d.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos

e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil(anos)	Valor Residual(10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laboratoriais e hospitalares.	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipamentos e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
142124800	Veículos diversos	15	10

142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Destaca-se que a dívida pública federal é atualizada até o dia 31.12.2013, pelos índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV em 08.01.2014, e do IPCA, divulgado pelo IBGE em 10.01.2014. Em razão do fechamento do SIAFI ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

A contabilização dos tributos federais administrados pela RFB foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Visa atender, especificamente, aos princípios da competência e da oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, além da Lei nº 4.320/1964, artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem.

Os créditos de dívida ativa também são reconhecidos no SIAFI em atendimento às normas supracitadas, todos no realizável a longo prazo, tendo os seus registros atualizados no SIAFI mensalmente, tal como ocorre com os créditos administrados pela RFB.

Em análise realizada pela setorial de contabilidade do Ministério da Fazenda, em conjunto com a Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, a Coordenação-Geral de Administração da PGFN e a Coordenação-Geral de Logística da RFB, foram feitos os seguintes apontamentos:

a) O plano de contas utilizado no SIAFI contém diferenças em relação aos sistemas de controle da dívida ativa, além de rotinas contábeis demasiadamente complexas, o que provoca diferença entre os valores registrados em ambos os sistemas, atualmente da ordem de R\$ 135 bilhões;

b) Há divergências entre o registro da arrecadação de dívida ativa entre os sistemas

administrativos da PGFN e o Siafi.

Dessa forma, está sendo constituído grupo de trabalho para aprimoramento da contabilização e evidênciação nas demonstrações contábeis dos créditos tributários e não tributários e de dívida ativa no âmbito deste Ministério, considerando ainda a nova sistemática de contabilização no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Além disso, destacam-se os haveres financeiros juntos a Estados e Municípios e os créditos de gerenciamento de fundos e operações fiscais, além de outros créditos como os por cessão de pessoal e diversos responsáveis, os quais são atualizados até a data do balanço.

As provisões para perdas são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. O Ministério da Fazenda dispõe de sistema próprio para controle dos estoques – o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

f.4) Investimentos

Os investimentos são avaliados, em sua maioria, pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos que não sejam de coligadas ou controladas, ou aqueles investimentos em coligadas, porém não considerados relevantes, bem como as participações em organismos internacionais, são avaliados pelo método de custo.

f.5) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNET. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.6) Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

f.7 Diferido	
<p>O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.</p>	
<p>g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício</p>	
<p>Sobre este tópico cabe esclarecer que atualmente ele corresponde a um levantamento numérico/saldo para compor o Relatório Mensal da Setorial de Contabilidade, não apresentando nenhum aspecto crítico/analítico dos dados apurados, a saber:</p>	
<p>g.1) Abrange o aspecto numérico da depreciação e das provisões de férias e da gratificação natalina, apurados mensalmente e de maneira consolidada das Unidades Fazendárias, Órgão 25000-Ministério da Fazenda.</p>	
<p>g.2) Abrange o aspecto numérico da apuração anual da depreciação, das provisões de férias e da gratificação natalina, da provisão sobre os créditos tributários lançados e administrados pela RFB, a provisão para perdas da dívida ativa apurados na PGFN e a provisão para perdas de empréstimos e financiamentos apurados na COFIS/STN.</p>	
Data	Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014.
Assinatura	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Figura 4 – Declaração a respeito da adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.2. Declaração do Contador

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil		
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28 de fevereiro de 2014
Contador Responsável	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O - 3 DF

Figura 5 – Declaração do Contador

11.3. Entrega de Declaração de Bens e Rendas

Em cumprimento à Mensagem Eletrônica COGEP/SPOA n° 28, de 20 de maio de 2013, e ao disposto no art. 1° da Lei n° 8.730, de 10/11/1993 e exigência da CGU e Tribunal de Contas da União, informo que não houve pendências na entrega das declarações no exercício de 2013.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

1. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

1.1. Coordenação-geral de Análise Macroeconômica (COGAM)

1.1.A. Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico

- **OBJETIVO GERAL:** Organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira e sobre a economia internacional.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas e da atividade econômica, e da economia internacional para produzir informativos e estudos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.
- **BENEFICIÁRIOS:** administração pública e a sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Políticas públicas subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
 - b. Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
 - c. Amplo banco de dados contendo informações detalhadas sobre inflação doméstica, contas externas, atividade econômica e dados internacionais.
 - d. Produção de mais de 900 informativos em 2013.

Tabela 4 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve descrição	Situação em dez. 2013
Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos	Informativo sobre o comportamento das contas externas brasileiras com exposição da trajetória dos componentes das Transações Correntes e das contas Capital e Financeira e de indicadores de dívida externa e de vulnerabilidade externa da economia brasileira.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre o Mercado de Câmbio	Informativo sobre o comportamento da taxa de câmbio do real e comparação com as taxas de câmbio de outros países e sobre o comportamento do mercado futuro de câmbio contendo as posições dos agentes econômicos nos diversos segmentos desse mercado e no mercado spot.	Todos os quarenta e oito informativos quinzenais foram concluídos.
Informativo Econômico dos Índices Gerais de Preços (IGP-10, IGP-M, IGP-DI)	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.	Todos os trinta e seis informativos foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-S, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-FIPE, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.	Todos os doze informativos foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura - Preços	Informe contendo diversos indicadores sobre os vários índices de inflação.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.

Indicadores de Conjuntura – Setor Externo	Informe contendo diversos indicadores sobre câmbio, contas externas e de vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura – Economia Internacional	Informe contendo diversos indicadores de produção, de emprego, de finanças públicas, dos mercados de ações e conta corrente, de países selecionados, além do comportamento dos preços de commodities.	Em fase de elaboração
Indicadores de Conjuntura – Relatório Compilado	Informe contendo diversos indicadores econômicos e postado semanalmente no site da SPE.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico da Balança Comercial mensal	Informe sobre dados mensais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico da Balança Comercial semanal	Informe sobre dados semanais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Monitor de Mercado	Informe contendo informações do mercado financeiro, como retornos de títulos, bolsas de valores, mercado de câmbio global, volatilidade do mercado, atuações do Banco Central no mercado de câmbio, cotações do risco soberano (CDS), mercado de juros doméstico e internacional.	Todos os quinhentos e quatro informativos (duas vezes ao dia) foram concluídos.
Tabela síntese de indicadores coincidentes	Semanalmente há acompanhamento dos principais indicadores coincidentes de atividade econômica e produção de uma tabela síntese para o Secretário.	Todos os cinquenta e dois informativos foram concluídos.
Acompanhamento da Conjuntura Internacional	Diariamente há acompanhamento de sites de economia e do mercado financeiro, como Bloomberg, Wall Street Journal, The Telegraph, e informes recebidos de bancos, para discussão interna.	Concluído
Acompanhamento de relatórios externos	Resumo dos cenários e projeções do World Economic Outlook (WEO-FMI) de abril e setembro.	Concluídos os dois resumos

1.1.B. Produção de Estudos Macroeconômicos

- **OBJETIVO GERAL:** Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas. Apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Tabela 5 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Comparativo de expectativas de mercado	Análise estatística sobre as expectativas para o IPCA mensal compiladas pela agência de notícias Broadcast e pelo Banco Central do Brasil, comparando-as aos resultados verificados. Conclusão: os dados do Broadcast tendem a ser mais acurados.	Concluído

Principais impactos na inflação	Levantamento dos principais choques para a inflação ao consumidor no primeiro quadrimestre de 2013 e avaliação sobre a trajetória para o restante do ano, considerando potenciais impactos da taxa de câmbio.	Concluído
Mapa da inflação – Preços monitorados	Análise sobre as principais características dos subitens monitorados no IPCA (sazonalidade, regulamentação de reajustes, indexação, base legal, composição da taxa de reajuste), de modo a ampliar a capacidade de previsão do índice. Ênfase na composição de reajustes da energia elétrica.	Concluído
Impacto para a inflação – Desoneração tributária	Acompanhamento e análise do impacto de medidas de desoneração tributária (IPI sobre automóveis, Linha Branca, móveis) sobre o IPCA.	Concluído
Riscos para a inflação	Levantamento e posterior acompanhamento dos principais impactos potenciais para a inflação durante o último trimestre de 2013 e para 2014.	Concluído
Inflação de Commodities	Definição de metodologia e acompanhamento dos impactos oriundos da elevação de preços de commodities agrícolas no mercado internacional sobre os preços ao produtor e ao consumidor	Concluído
Defasagem do preço da gasolina no mercado doméstico	Simulação e posterior acompanhamento do impacto no IPCA de uma equiparação do preço da gasolina ao produtor no mercado nacional com o preço internacional	Concluído
Coleta de preços – passagens aéreas	Construção de metodologia para replicar o resultado mensal do subitem “passagem aérea” no IPCA.	Concluído
Influência da desvalorização da taxa de câmbio sobre a dinâmica do IPCA	Estimação do repasse para a inflação (IPCA) da desvalorização da taxa de câmbio.	Concluído
Ranking das Economias	Análise sobre a classificação dos países em relação ao PIB nominal	Concluído
Apresentação sobre o World Economic Outlook (WEO)	Análise do WEO do Fundo Monetário Internacional de outubro de 2013	Concluído

1.1.C. Produção de Cenários Macroeconômicos

- **OBJETIVO GERAL:** Apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Construção de cenários para o comportamento da inflação e das contas externas por meio do uso de hipóteses claras e técnicas econométricas pertinentes.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** cenários para inflação em 2014.

Tabela 6 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Comparativo de preços ao consumidor	Compatibilização das estruturas de índices de preços ao consumidor (IPCA, IPCA-15, IPC-S, IPC-Fipe e Monitor FGV). Montagem de planilha analítica da dinâmica de cada subitem do IPCA, com comparação aos subitens análogos dos demais índices, para projeção desagregada.	Concluído, com projeções divulgadas no mínimo de 2 vezes ao mês

Projeção do IPCA de curto prazo	Elaboração de planilha de cálculo da estrutura completa do IPCA para simulação do resultado mensal.	Concluído, com projeções divulgadas no mínimo 2 vezes ao mês
Divulgação prévia do IPCA e do IPCA-15	Elaboração de rotina para recebimento e análise do resultado do IPCA, enviado antes da divulgação oficial do IBGE. Divulgação prévia duas vezes ao mês (IPCA e IPCA-15).	Concluído, com continuidade em 2014
Comentários sobre inflação	Análise elaborada logo após a divulgação ao público dos resultados de inflação, com considerações sobre a dinâmica inflacionária.	Concluído, com continuidade em 2014

1.1.D. Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos

- **OBJETIVO GERAL:** Aprimoramento de instrumentos para acompanhamento e análise de variáveis macroeconômicas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Desenvolver planilhas e apresentações PowerPoint acerca dos índices IPCA, IPCA-15 e IPC-Fipe e dos dados de Fluxo Cambial.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda e público em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Planilhas e apresentações foram elaboradas e otimizadas, com redução significativa do tempo de processamento e de riscos operacionais.

Tabela 7 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Planilhas IPCA, IPCA-15 e IPC-Fipe	Aprimoramento das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.	Concluído
Planilhas IPC-S, IGP-DI e IGP-M	Reestruturação das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.	Concluído
Novas Apresentações PPT dos índices de inflação	Remodelação completa das apresentações de divulgação pública relativas aos índices de inflação (IPCA, IPCA-15, IPC-Fipe, IPC-S, IGP-M, IGP-DI), com otimização de processamento.	Concluído

1.1.E. Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN-MF) em temas econômicos

- **OBJETIVO GERAL:** Assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o Going for Growth da OCDE.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Construção de cenários para o MAP – Mutual Assessment Process.
 - b. Participação na confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
 - c. Construção de apresentação das principais oportunidades de investimento no Brasil para grupo de investidores internacionais.

Tabela 8 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Descrição das Ações do Brasil para G20	Relatório <i>Country— Update on Past and New Policy Commitments</i> para G20	Concluído
Auxílio à participação da SAIN no G20	A SPE colabora com textos e apresentações para a participação da SAIN no G20	Concluído

1.1.F. Participação na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

- **OBJETIVO GERAL:** Elaboração completa das seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional para o caderno Economia Brasileira em Perspectiva: Apoio à produção da publicação final como um todo.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** fornecer informações para os slides produzidos no caderno Economia Brasileira em Perspectiva. Numa segunda etapa, revisar os slides.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** publicação dos cadernos em português e em inglês.

Tabela 9 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Caderno <i>Economia Brasileira em Perspectiva</i> : Seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil. Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais)	Elaboração do caderno em março/2013.

1.1.G. Apoio à produção da Mensagem Presidencial

- **OBJETIVO GERAL:** Elaboração de parte do documento Mensagem Presidencial, que apresentou ao Congresso Nacional as principais iniciativas do Executivo em 2013 e as expectativas para 2014.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Elaboração do texto do Capítulo I.
- **BENEFICIÁRIOS:** Presidência da República.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Entrega do Capítulo I intitulado “Desenvolvimento com Expansão do Emprego e Distribuição de Renda”.

1.1.H. Apoio à produção do 8º Balanço Geral do PAC

- **OBJETIVO GERAL:** Elaboração do documento Balanço Geral do PAC, contendo informações à Sociedade sobre o andamento dos projetos de investimentos sociais e em infraestrutura do 2º Programa de Aceleração do Crescimento em 2013.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Elaboração do capítulo Quadro Macroeconômico do 8º Balanço Geral do PAC.
- **BENEFICIÁRIOS:** Comitê Gestor do PAC.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Capítulo Quadro Macroeconômico do 8º Balanço Geral do PAC.

1.1.I. Viagens para participação em reuniões e eventos

- **OBJETIVO GERAL:** Participação de servidores da SPE em reuniões e eventos de interesse do Ministério da Fazenda.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Troca de informações sobre as projeções econômicas para o Brasil em 2013.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** importantes trocas de informações e experiências com outros profissionais da área de economia, no intuito de aprimorar as análises econômicas da SPE.

Tabela 10 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Participação de Denisio Augusto Liberato Delfino. Reunião com economistas no Gabinete de São Paulo em companhia do Secretário de Política Econômica, Dr. Márcio Holland de Brito (em 24 de maio de 2013 em São Paulo)	Participar de reunião com economistas-chefes de grande bancos no Brasil (Ilan Goldfajn – Itau; Octávio de Barros – Bradesco; Nilson Texeira – Credit Suisse; Marcelo Kfoury – Citibank; Carlos Kawall – Safra; Maurício Molan – Santander; Constantin Jankso – HSBC) para discutir a conjuntura econômica Brasileira e Internacional.	Concluído
Participação de Denisio Augusto Liberato Delfino. Reunião de economistas, sobre análise de conjuntura, em São Paulo/SP, (em 02 de agosto de 2013).	Participar de reunião de trabalho sobre Análise de Conjuntura Econômica com a participação do Secretário de Política Econômica – Dr. Márcio Holland – e dos principais economistas-chefes de instituições financeiras brasileiras. Estavam presentes os economistas: (Ilan Goldfajn – Itau; Octávio de Barros – Bradesco; Nilson Texeira – Credi Suisse; Marcelo Kfoury – Citibank; Carlos Kawall – Safra; Maurício Molan – Santander; André Loes – HSBC; Roberto Padovani – Votarantim corretora e André Perteito – Gradual Corretora).	Concluído
Participação de Denisio Augusto Liberato Delfino. Participar do Seminário “Brasil: cenário para 2014/2015” (28 de novembro em São Paulo/SP).	Participar da apresentação anual do time de economistas do Credit Suisse sobre o cenário macroeconômico dos próximos dois anos, em que se discutiram os principais condicionantes das trajetória de atividade, inflação e juros, em um ambiente de maior incerteza no cenário doméstico, notadamente em relação à política fiscal. Foram também discutidas questões relativas ao cenário global e ao balanço de pagamento.	Concluído

1.1.J. Participação em Reuniões de Conjuntura

- **OBJETIVO GERAL:** Disseminação das informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Apresentação das últimas informações sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional e discussão da relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Explicações e discussões acerca das decisões de política econômica tomadas pelo Governo brasileiro em reuniões com o público externo (investidores, autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais).
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda e público em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Resumos semanais de conjuntura contendo os principais dados divulgados ao longo da última semana sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional.
 - b. Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Tabela 11 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Reuniões Semanais de Conjuntura	Reuniões com participantes internos para discutir as variáveis econômicas domésticas e internacionais recentes no intuito de avaliar o impacto sobre a economia brasileira.	Concluído, com continuidade em 2014
Reuniões com Investidores	Reuniões com o público externo (investidores, autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais) para troca de informações sobre as perspectivas da economia brasileira.	Concluído, com continuidade em 2014

1.1.K. Boletim Diário “Começando o Dia SPE”

- **OBJETIVO GERAL:** Disseminação das informações contemporâneas sobre a economia brasileira e mundial.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Divulgação de boletim diário matinal relatando as principais informações econômicas do dia, assim como a agenda econômica diária completa.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Divulgação das principais notícias econômicas com celeridade
 - b. Disseminação destas informações aos servidores do Ministério da Fazenda.

Tabela 12 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Boletim Diário “Começando o Dia SPE”	Boletim diário matinal relatando as principais informações econômicas do dia	Concluído, com continuidade em 2014

1.1.L. Elaboração da Agenda Semanal

- **OBJETIVO GERAL:** Divulgação para os servidores do Ministério da Fazenda, e para o público cadastrado na lista de emails da SPE, de uma completa agenda de eventos a acontecer na semana seguinte.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Divulgação, com antecedência, dos principais eventos econômicos da semana seguinte, assim como as expectativas acerca dos dados a serem divulgados.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda e público em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Publicação semanal da agenda.

Tabela 13 - Resultados alcançados: COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2013
Agenda Semanal	Detalhamento dos principais eventos econômicos a serem divulgados na semana seguinte, com respectivas expectativas de mercado, quando assim for possível.	Concluído, com continuidade em 2014

1.2. Coordenação-geral de Modelagem Econômica (COGME)

1.2.A. Elaboração da Grade de Parâmetros

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.
- **BENEFICIÁRIOS:** instituições do Governo Federal envolvidas na elaboração no processo orçamentário.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 14 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Grade de Parâmetros	Atualização bimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.	Processo Orçamentário	Finalizada.
Grade de Parâmetros	Melhorias de eficiência (tempo de atualização) e qualidade (precisão da projeção).	Processo Orçamentário	Finalizada.

1.2.B. Elaboração do Informativo de Contas Nacionais

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar informativo trimestral do PIB, assim como de seus principais componentes.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** gerar análises macroeconômicas, projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques do PIB e seus componentes na economia como um todo.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 15 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Informativo do PIB	Atualização trimestral dos dados das contas nacionais divulgados pelo IBGE.		Finalizada.

1.2.C. Elaboração do Informativo do Índice de Atividade Econômica da SPE

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar informativo mensal do Índice de Atividade Econômica da SPE (IAE SPE).
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Pautar nossas previsões do PIB, uma vez que tal índice é uma combinação entre um índice estimado e o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), este último sendo considerado uma “prévia” do PIB real.
- **DETALHAMENTO DO MODELO:** O modelo é fundamentado na metodologia apresentada por Monch e Uhlig (2005). Apresenta em Representação Estado-Espaço um modelo Auto Regressivo de Defasagem Distribuída (ARDL) com erros também Auto Regressivos. Estima via Filtro de Kalman valores mensais do PIB a preços de mercado, utilizando a matriz de agregação temporal, onde as médias mensais de PIB estimado coincidem com os valores de PIB a preços de mercado trimestrais.

- **DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS:** O modelo utiliza um conjunto de 15 indicadores antecedentes mensais:

Variável	Descrição	Disponibilidade
1	Quantum exp	t+1
2	Quantum imp	t+1
3	ABCR Total	t+1
4	Energia-ons (Mwmed)	t+1
5	ICI-ISA-FGV	t+1
6	ICI-IE-FGV	t+1
7	estoque	t+1
8	NUCI	t+1
9	MM1 real (deflacionado IPCA)	t+1
10	Consultas ao SPC (ACSP)	t+1
11	Agropecuaria	t+1
12	ABPO	t+1
13	PIM	t+2
14	PMC	t+2
15	IBC_BR	t+2

Figura 6 - Descrição da Base de Dados para elaboração do Informativo do Índice de Atividade Econômica

A dimensão temporal dessas séries contém atualmente 129 observações mensais que datam de janeiro de 2003 a setembro de 2013. O PIB a preços de mercado tem dimensão temporal de 42 observações trimestrais que datam do 1º trimestre de 2003 ao 2º trimestre de 2013.

- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 16 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Informativo mensal do IAE	Estimação mensal dos dados do IAE, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

1.2.D. Elaboração do Informativo de Projeção da Produção Industrial

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar informativo mensal com previsão do Índice de Produção Industrial para a indústria geral (PIM).
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Encontrar uma estimativa da PIM, utilizando dados de atividade antecedentes.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 17 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Informativo mensal de estimativa da PIM	Previsão dos dados da Produção Industrial Mensal da indústria geral, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

1.2.E. *Elaboração do Informativo da Formação Bruta de Capital Fixo*

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar informativo mensal com dados da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Encontrar uma estimativa da FBCF, utilizando dados de produção, importação e exportação de bens de capital, como indicadores antecedentes.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 18 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Informativo mensal de estimativa da FBCF	Previsão mensal dos dados da FBCF, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

1.2.F. *Produção de cenários macroeconômicos*

- **OBJETIVO GERAL:** Apresentar os cenários mais prováveis para o crescimento da atividade econômica.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Construção de cenários para o comportamento da atividade econômica e da inflação usando as hipóteses e as técnicas econométricas mais apropriadas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 19 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Cenário macroeconômico	Cenário para o PIB para o período entre 2013 e 2015.		Finalizada.

1.2.G. *Produção de estudos macroeconômicos*

- **OBJETIVO GERAL:** Apresentar estudos e conclusões sobre questões relativas a fenômenos específicos do quadro macroeconômico para seu melhor conhecimento.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 20 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminha-mento	Situação em Dez. 2013
Análise de consistência macroeconômica para os cenários da SPE	Apresentação com a integração dos cenários para crescimento, inflação, contas externas e quadro fiscal.		Finalizada
Modelo semiestrutural que replique a estrutura da economia brasileira com o objetivo de auxiliar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na construção de cenários econômicos	O modelo consiste de equações para os componentes da demanda agregada, preços e variáveis do mercado de trabalho, curvas para as variáveis financeiras e uma regra de política monetária.		Em desenvolvimento
Abertura das contas que	Apresentações realizadas na tentativa de		Em

englobam o cálculo do PIB e seus componentes	melhor entendimento do cálculo do PIB e de seus componentes, que é feito pelo IBGE.		desenvolvimento
Índice de Serviço da SPE	Elaboração de estudo, visando à construção de um índice mensal de serviço, para melhor entendimento do cálculo do PIB e de seus componentes.		Em desenvolvimento
Elaboração de estudo, visando à construção de informativo mensal para um Índice de Consumo da SPE.	Tentativa de melhor entendimento do cálculo do PIB e de seus componentes.		Em desenvolvimento

1.2.H. Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais em temas macroeconômicos

- **OBJETIVO GERAL:** Assessorar a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o Going for Growth da OCDE.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 21 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminha-mento	Situação em Dez. 2013
Cenários para o MAP	Construção de cenários para o MAP (<i>Mutual Assessment Process</i>).		Finalizada.
Textos para o MAP	Participação da confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP (<i>Mutual Assessment Process</i>).		Finalizada.
Apresentações para grupo de investidores internacionais	Participação na construção de apresentações para grupo de investidores internacionais.		Finalizada.
Cenários macroeconômicos específicos.	Subsídio à SAIN com cenários macroeconômicos na discussão sobre o artigo IV do FMI.		Finalizada.

1.2.I. Participação na produção do Caderno "Economia Brasileira em Perspectiva"

- **OBJETIVO GERAL:** Elaboração completa da seção de Atividade Econômica para o caderno Economia Brasileira em Perspectiva e apoio à produção da publicação final como um todo.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** fornecer informações para os slides produzidos no Caderno. Em uma segunda etapa, revisar os slides.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** publicação dos cadernos em Português e em Inglês.

Tabela 22 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. 2013
Caderno Economia Brasileira em Perspectiva, seção de Atividade Econômica	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil. Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais).		Finalizada (elaboração dos cadernos de acordo com a agenda estipulada).

1.2.J. Participação em Reuniões de Conjuntura

- **OBJETIVO GERAL:** Disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Apresentar as últimas informações sobre atividade econômica, cenários prospectivos, estudos divulgados recentemente e apontar a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Defender as decisões de política econômica perante o questionamento de investidores, internos e externos, e de autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda e público em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 23 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminha-mento	Situação Dez. 2013
Participação em Reuniões de Conjuntura	Participação em reuniões semanais internas de conjuntura econômica.		Finalizada
Participação em Reuniões de Conjuntura	Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.		Finalizada

1.2.K. Viagens para participação em reuniões e eventos

- **OBJETIVO GERAL:** Participação de servidores da SPE em reuniões e eventos de interesse do Ministério da Fazenda.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Desenvolvimento de maior conhecimento do sistema econômico como um todo e trocar informações sobre as projeções econômicas para o Brasil em 2013 com outros profissionais da área de Economia, no intuito de aprimorar as análises econômicas da SPE.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 24 - Resultados alcançados: COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminha-mento	Situação Dez. 2013
Participação de Rogério de Faria Porto e Fabiano Santos, no seminário “Sistema de Contas Nacionais Trimestrais” do IBGE (9 de dezembro de 2013, no Auditório do IBGE, à Av. República do Chile, 500 / 2º andar, Centro, Rio de Janeiro).	O curso apresentou de forma detalhada o cálculo do produto interno bruto, assim como seus componentes, realizado pelo IBGE.		Finalizada
Participação de Fernando Carvalhes Barbi em reunião de trabalho em São Paulo (em 14 de junho de 2013, em São Paulo).	O curso apresentou de forma detalhada alguns dados sobre a conjuntura econômica e modelagem de variáveis econômicas. Tais dados são de grande importância para a SPE.		Finalizada
Participação de Fernando Carvalhes Barbi em evento em São Paulo (em 1º de julho de 2013, em São Paulo).	Tomar posse no cargo em comissão de Coordenador-Geral de Modelagem Econômica, código DAS 101.4, da Secretaria de Política Econômica.		Finalizada
Participação de Fernando Carvalhes Barbi em evento em São Paulo, na companhia da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior (em 11 de agosto de 2013, em São Paulo)	O evento permitiu troca de opiniões e melhor entendimento a respeito do tema.		Finalizada
Participação de Fernando Carvalhes Barbi no Seminário sobre Desenvolvimento de Programa para a Implantação do Sistema de Contas Nacionais 2008 e Apoio às Estatísticas do Brasil, (em 16 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro)	Acompanhar o Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, André Minella, no Seminário de grande importância para as funções exercidas na SPE.		Finalizada

1.3. Coordenação-geral de Políticas Sociais (COGPS)

1.3.A. Elaboração da Grade de Parâmetros

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais:
 - a. População em Idade Ativa;
 - b. População Economicamente Ativa;
 - c. População não Economicamente Ativa;
 - d. População Ocupada;
 - e. População Ocupada Com Carteira;
 - f. População Desocupada;
 - g. Taxa de Atividade;
 - h. Taxa de Desocupação; e
 - i. Taxa de Formalização.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Elaboração de 4 demonstrativos:
 - a. Atualização trimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.
 - b. Aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos.

1.3.B. Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico

- **OBJETIVO GERAL:** Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Políticas sociais subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
 - b. Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
 - c. Produção de 48 informativos e 51 indicadores econômicos.

1.3.C. Elaboração de Estudos diversos

- **OBJETIVO GERAL:** Acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas sociais voltadas para o fortalecimento da rede de proteção social e do mercado de consumo doméstico, capazes de dar sustentação ao novo ciclo de crescimento.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Política Econômica.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Elaboração de 13 estudos.

Tabela 25 - Resultados alcançados: COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Tecnologia Assistiva: Avanços e Desafios	Avaliação das medidas relacionadas ao Ministério da Fazenda.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Bônus Demográfico	Avaliação sobre a perspectiva de evolução do bônus demográfico da população brasileira.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Mercado de Trabalho	Avaliação sobre a criação de emprego e taxa de desocupação.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Modernização trabalhista	Avaliação de propostas relacionadas à modernização trabalhista.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Desoneração da folha	Avaliação sobre desoneração da folha de pagamento e geração de emprego - setores específicos.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Emprego de indivíduos com deficiência	Estimativa do Cumprimento da Exigência de Preenchimento de Cargos de Empresas com Pessoas com Deficiência – setores específicos.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	Propostas de redesenho para as políticas de emprego financiadas pelo FAT - abono salarial e seguro-desemprego.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Trabalhadores estrangeiros	Avaliação sobre concessão de visto a estrangeiros.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF	Avaliação sobre os resultados da POF – mudança no perfil do consumidor nos últimos 10 anos.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)	Avaliação resultados PISA 2012	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Plano Nacional de Educação	Avaliação sobre o plano nacional de educação a vigorar pelos próximos 10 anos	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, MEC, MPOG, CC/PR e SRI/PR	Concluído.
PME e CAGED	Comparativo entre a PME e CAGED – diferenças básicas e projeções do mercado de trabalho	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
Mercado de trabalho no Brasil – Taxa de Atividade	Evolução e perspectivas da Taxa de Participação	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.

1.3.D. *Elaboração de Pareceres diversos e Notas Técnicas*

- **OBJETIVO GERAL:** Acompanhar e avaliar as proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com a política macroeconômica.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Apreciar, sob a ótica da eficiência econômica, proposições legislativas, emitindo pareceres técnicos quando solicitados pela Assessoria do Ministro de Estado da Fazenda.
- **BENEFICIÁRIOS:** Parlamentares e Comissões Temáticas do Congresso Nacional.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Expedição de 22 pareceres e 3 notas técnicas.

Tabela 26 - Resultados alcançados: COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Parecer nº28 – Projeto de Lei do Senado nº115, de 2005.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 30 – Plano Nacional de políticas para as Mulheres 2013-2015.	Cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, amparando-se na Constituição da República Federativa do Brasil.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 41 – Projeto de Lei em fase de sanção (altera diretrizes e bases da educação).	Projeto de lei que altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº46 – Projeto de lei em fase de sanção (jornada de trabalho de Fonoaudiólogo).	Projeto de Lei para redução da jornada de trabalho do fonoaudiólogo sem a redução de salários implicando aumento de custos para o setor privado de saúde, tendo por consequência o aumento do custo de saúde para os consumidores.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 47 – Projeto de Lei em fase de sanção (Pacto Alfabetização na idade certa).	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 55 – Minuta de Parecer da Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.	A Medida provisória altera a Lei nº 12.513/2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 63 – Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº590, de 29 de	A Medida provisória altera a Lei nº 10.836/2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e	Concluído

novembro de 2012.	Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	Casa Civil.	
Parecer nº 70 – Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº590, de 29 de novembro de 2012.	A Medida provisória altera a Lei nº 10.836/2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 83 – Minuta de Parecer da Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 130 – Projeto de Lei Câmara nº57, de 2010 (origem PL nº 252/2007)- Gorjeta	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 153 – Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 200, de 2012 (origem: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007) – fase de sanção.	Com efeito, compete ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) a arguição se referida contribuição por parte dos empregadores já foi suficiente para solucionar o descompasso entre a correção dos saldos das contas individuais do FGTS e o patrimônio do Fundo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 154 – Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98 de 2011 (PL nº 4529/04, na casa de origem) – fase sanção	Concede às pessoas portadoras de deficiência gratuidade no acesso a estádios, ginásios esportivos e parques aquáticos do Brasil em todas as competições esportivas que se realizarem.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 195 – Projeto de Lei nº 4042/2008 - exercício da profissão de Conservador- Restaurador	Com efeito, o PL em epígrafe não faz nenhuma avaliação sobre o impacto da regulamentação dessa atividade profissional nos custos salariais e na restrição da produtividade do trabalho, principalmente num cenário onde a oferta de cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis ainda é restrita.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 205 – Projeto de Lei nº 6405/2002 - exercício da profissão de árbitro de futebol	Projeto de Lei que regulamenta a profissão de árbitro de futebol. O PL não traz qualquer avaliação sobre o impacto da regulamentação dessa atividade profissional nos custos salariais e na restrição da produtividade do trabalho.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 206 – Projeto de Lei nº 2123/2007 - exercício da atividade profissional de vaqueiro	Projeto de Lei que regulamenta a profissão de vaqueiro. A profissão já está inclusa na Classificação Brasileira, que é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído

	brasileiro.		
Parecer nº 212 – Projeto de Lei nº 2123/2007 - exercício da atividade profissional de vaqueiro	Projeto de Lei que regulamenta a profissão de vaqueiro. Em que pese a RAIS não trazer informações específicas acerca do quantitativo de vaqueiros, traz outras informações relevantes acerca dos trabalhadores que atuam na pecuária.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 222 - Projeto de Lei nº 00001/2013 – Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES	O projeto de lei trata no capítulo 1 sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das ICES.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 238 PL 7191/2010 (PLC 105/2012) – Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência	No que se refere ao inciso I do art. 2º, que trata sobre os treinamentos especializados e reciclagem, a falta de especificação sobre o tipo de treinamento e sobre a duração do curso abrem margem tanto para que empregadores concedam cursos que não cumpram com o propósito especificado na lei quanto para uma autuação arbitrária por parte da fiscalização.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 239 EM nº 12/2012 – MPS/MJ/MS/MP/SDH Aposentadorias - RPPS	Emenda sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados dos regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 256 PL nº 4057/2008 – Estatuto do Idoso	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Parecer nº 261 Avaliação do Plano Nacional de Educação aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	Avaliação do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Plano Nacional de Educação.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, AAP, SRI e Casa Civil.	Concluído
Nota Técnica nº 76	Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as contribuições sindicais, urbana e rural.	Secretário de Política Econômica	Concluído
Nota Técnica nº 82	Minuta de Portaria - dispõe sobre as taxas de juros incidentes em operações de créditos concedidas a beneficiários enquadrados no Plano Viver sem Limite.	Secretário de Política Econômica	Concluído
Nota Técnica nº 99	Minuta de Portaria - Altera a redação da Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2013.	Secretário de Política Econômica	Concluído

1.3.E. Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável

- **OBJETIVO GERAL:** formulação de diretrizes voltadas à erradicação da extrema pobreza, melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Tabela 27 - Resultados alcançados: COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro
---------	-----------------	-------------------------------	----------------------

			de 2013
Aposentadoria de pessoas com deficiência	Regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência como segurada do Regime Geral de Previdência Social, estabelecendo contagem de tempo reduzido a depender do grau de deficiência e a forma de cálculo do salário de benefício.	Ministério da Fazenda, MPS, e MDS	Concluído.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	Amplia o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-formação Estudante do PRONATEC e altera as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e planos de estudo.	Ministério da Fazenda, MEC e MTE	Concluído.
Programa Bolsa Família	Amplia a idade limite de crianças e de adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Ministério da Fazenda e MDS	Concluído.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	Autoriza a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).	Ministério da Fazenda, MEC e MTE	Concluído.
Programa Cultura do Trabalhador	Lei que institui o Programa Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura.	Ministério da Fazenda, MPS, e MDS	Concluído.
Salário Mínimo	Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo	Ministério da Fazenda, MPS e MTE	Concluído.
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.	Ministério da Fazenda e MEC	Concluído.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	Modifica o Benefício para a superação da extrema pobreza, para que todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família façam jus ao valor complementar necessário ao alcance da renda de setenta reais mensais.	Ministério da Fazenda e MDS	Concluído.

1.3.F. Participação na Elaboração e Revisão de publicações de organismos internacionais e de outros órgãos governamentais federais

Tabela 28 - Resultados alcançados: COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Economia Brasileira em Perspectiva	Elaborar e revisar a seção emprego e renda das versões em inglês e português	Gabinete do Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Sociedade Civil	Concluído.
Mensagem Presidencial 2013, Caderno Destaques, Em Questão e Café com a Presidenta	Elaborar parte do documento Mensagem Presidencial, que apresenta ao Congresso Nacional as principais iniciativas do Executivo.	Secom/PR, EBC, Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
OECD Comprehensive Note for G-20	OECD comprehensive note for g-20 fwg - section 2. Boosting employment, participation and skill development	Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Assuntos Internacionais	Concluído.
Economic Survey of Brazil, 2013	Economic Survey da OCDE sobre o Brasil para 2013	Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Assuntos Internacionais	Concluído.

1.3.G. Participação em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas

Tabela 29 - Resultados alcançados: COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Plano Viver Sem Limite	Seminário de Monitoramento do Plano Viver Sem Limites na Câmara dos Deputados	Ministério da Fazenda, Deputados Rosinha da Adefal e Eduardo Barbosa	Concluído.
Plano Brasil Sem Miséria	Monitoramento da implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário	Concluído.
Fundo Social	Regulamentação do Fundo Social	Secretaria de Política Econômica, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento Federal, Agência Nacional do Petróleo, Secretaria Executiva/MF	Em discussão.
ProCultura	Projeto de Lei nº 1.139/2007 - ProCultura	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Cultura	Em discussão.
Plano Viver Sem Limite	Monitoramento Plano Viver Sem Limites	Ministério da Fazenda, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia	Concluído.
Pronatec	Regulamentação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Educação	Concluído.
Pescador artesanal	Seguro-desemprego do pescador artesanal	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	Em discussão.

Educação	Plano Nacional de Educação – Projeto de Lei nº 8535/2010	Casa Civil/PR, Secretaria de Política Econômica	Em discussão.
Trabalho Decente	Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Demandas Sociais	Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Plano Viver Sem Limite	Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Política Econômica	Concluído.
ONGs	Marco Regulatório das Organizações não governamentais – ONGs	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	Em discussão.

1.3.H. Subcomitê de Assessoramento Técnico do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

- **OBJETIVO GERAL:** O Programa Nacional de Trabalho Decente foi criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer, além das prioridades, os resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação. Esse Programa é incluído no PPA (Plano Plurianual), monitorado e periodicamente avaliado, consultando as organizações de empregadores e de trabalhadores.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** As prioridades estabelecidas foram:
 - a. Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades de tratamento;
 - b. Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial suas piores formas; e
 - c. Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Participação na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente – CNETD.

1.3.I. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE

- **OBJETIVO GERAL:** A CONATRAE se constitui em um espaço integrado por representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade. Sua missão é a de coordenar a implementação das ações previstas no Plano Nacional, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país, entre outras atribuições.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Compete à CONATRAE:
 - a. acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
 - b. acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo no Congresso Nacional, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;
 - c. acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os organismos internacionais;
 - d. propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; e
 - e. elaborar e aprovar seu regimento interno.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** 2 reuniões.

1.3.J. Monitoramento Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos

- **OBJETIVO GERAL:** I. promover a articulação entre os órgãos e entidades envolvidos na implementação das suas ações programáticas; II. elaborar os Planos de Ação dos Direitos Humanos; III. estabelecer indicadores para o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos de Ação dos Direitos Humanos; IV. acompanhar a implementação das ações e recomendações; e V. elaborar e aprovar seu regimento interno.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** identificação e monitoramento das ações ligadas ao Ministério da Fazenda.
- **BENEFICIÁRIOS:** sociedade brasileira
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Mapeamento e acompanhamento das ações ligadas ao Ministério da Fazenda, elaboração de relatório informando estágio das ações em direitos humanos do Governo Federal.

1.3.K. Projeto (PEC 201232): Novo Emprego no Brasil – Realizado com a FGV/EESP

- **OBJETIVO GERAL:** Este projeto reuniu todo o trabalho desenvolvido no projeto Novo Emprego no Brasil que, durante o ano de 2013, elaborou estudos que se propuseram a: i) identificar as mudanças estruturais que ocorreram nos últimos quinze anos tanto na composição da força de trabalho do país quanto nas transições entre algumas posições na ocupação; e ii) entender o que pode ser esperado para o futuro em relação mercado de trabalho, especialmente no curto e no médio prazo.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** O estudo realizado pela FGV abrangeu os seguintes temas:
 - a. Tema 1: Transformações no Mercado de trabalho (Novos postos de trabalho criados e Estudo da Rotatividade): Foi feito um retrato da estrutura demográfica e dos indivíduos participantes do mercado de trabalho. O estudo mostrou o “estado das artes” do mercado de trabalho brasileiro. Mostrou-se também a evolução dessa estrutura ao longo dos anos (entre 1995 e 2011). Na mesma linha, foi retratado como evoluiu o mercado de trabalho em termos setoriais, de escolaridade, etc. Além disso, foi feito um breve comentário sobre a evolução da taxa de rotatividade do mercado de trabalho formal brasileiro.
 - b. Tema 2: Avaliação do Mercado de Trabalho Brasileiro (Comparar as pesquisas domiciliares relativas ao mercado de trabalho do IBGE ; Extrapolação da PNAD a partir da Comparação Internacional; Avaliação da dinâmica do desemprego): Foram comparados os principais agregados do mercado de trabalho nas pesquisas domiciliares do IBGE. A Pesquisa revelou as possíveis diferenças existentes entre a PME e a PNAD. A extrapolação permitiu avaliar de maneira satisfatória, como evoluiria o mercado de trabalho nacional através da dinâmica das regiões metropolitanas. A comparação internacional permitiu situar o Brasil no contexto internacional. O estudo deu algum sentido de quão o nosso mercado de trabalho é desenvolvido em relação aos demais países. A avaliação da dinâmica do desemprego ofereceu uma nova técnica que permite abordar a evolução do desemprego sob outro ponto de vista (i.e. os fluxos – ver parte 6).
 - c. Tema 3: Apagão de Mão de Obra e Oferta de Trabalho (Evidências sobre eventual apagão de mão de obra; Oferta de trabalho no Brasil): Apesar da análise simplificada, o estudo sobre o apagão de mão de obra permitiu verificar quais os setores apresentam maiores indícios de não encontrarem ou terem dificuldade de encontrar mão de obra qualificada para preencher seus postos. A oferta de trabalho no Brasil foi elaborada dentro do contexto dos novos postos criados (ver tema 1). Valendo todos os comentários do referido item para os resultados sobre a oferta de trabalho no Brasil.

- d. Tema 4: Políticas Ativas de Emprego (Avaliação das políticas existentes; Possibilidades de melhoria): Em relação às políticas de emprego existentes no Brasil, foi feito um panorama geral do que está sendo realizado e quais as possíveis melhoras em relação a tais políticas.
- e. Tema 5: Outros Temas (Mercado de Trabalho Rural; Simulações e projeções para o mercado de trabalho): Assim como nas transformações do mercado de trabalho, foi feito um retrato do trabalho rural brasileiro, comparando-o com o Brasil em geral. As projeções para o mercado de trabalho foram particularmente importantes por permitirem prever o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, tendo como insumo as projeções populacionais do IBGE. Além disso, o estudo ainda permite fazer simulações sobre a evolução da escolaridade dos trabalhadores brasileiros. Houve treinamento deste item (ver tema 6).
- f. Tema 6: Apresentação do instrumental e capacitação para sua utilização: A avaliação da dinâmica do desemprego e as simulações e projeções para o mercado de trabalho foram apresentadas de maneira mais pormenorizada nos dias 22/10/2013 e 10/10/2013, respectivamente. Em relação aos fluxos, foram apresentadas as bibliografias e as técnicas de cômputo dos indicadores que determinam a taxa de desemprego. A técnica é particularmente útil para se relacionar a taxa de desemprego ao ritmo de atividade econômica. Quanto às simulações e projeções para o mercado de trabalho, o instrumental se mostrou particularmente importante, pois a Secretaria é responsável por elaborar os parâmetros para o orçamento e dentro desses parâmetros encontram-se variáveis de mercado de trabalho.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Política Econômica, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego.
 - **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Relatório final e transferência de capacitação para o corpo técnico da SPE.

2. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MICROECONÔMICAS

2.1. Coordenação-geral de Acompanhamento Setorial (COGAS)

2.1.A. Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Compras Públicas

- **OBJETIVO GERAL:** coordenar, acompanhar e controlar a Política Nacional de Compras Públicas que institui: (i) aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais; (ii) medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou de acesso a condições vantajosas de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** articular as medidas institucionais necessárias à implementação de ações que tenham por objetivo fomentar o ritmo de crescimento da economia nacional de forma sustentável.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - a. Coordenação da Comissão Interministerial de Compras Públicas, instituída pelo Decreto nº 7.546/2011;
 - b. Coordenação e elaboração dos Decretos abaixo relacionados para concessão de margem de preferência para os seguintes segmentos da indústria nacional:
 - ✓ Confecções, calçados e artefatos – Decreto nº 8.167 de 23/12/2013;
 - ✓ Caminhões, furgões e implementos – Decreto nº 8.171 de 23/12/2013;
 - ✓ Disco metálico para moeda – Decreto nº 8.170 de 23/12/2013;
 - ✓ Pás, trator de lagarta e produtos afins – Decreto nº 8.002, de 14/05/2013;
 - ✓ Equipamentos de rede – Decreto nº 7.903, de 04/02/2013.
 - c. Encaminhamento das minutas de decreto à Casa Civil para a concessão de margens para aeronaves, tecnologia da informação e comunicação (notebooks, desktops, impressoras e aparelhos de automação e comunicação), software e máquinas e equipamentos.
 - d. Coordenação do processo de elaboração e discussão de metodologia voltada para a concessão de margens de preferência para o segmento de software, que possui caráter predominante de serviço.
 - e. Secretariar as reuniões da Comissão Interministerial de Compras Públicas (CI-CP) com registro em ata – Portaria MF nº 463, de 21/9/2011;
 - f. Coordenação e acompanhamento do Grupo de Apoio Técnico da Comissão Interministerial de Compras Públicas GAT/CI-CP – Portaria SPE/MF nº 28, de 10/8/2011;
 - g. Contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para elaborar estudo técnico para os setores Têxtil (confecções, calçados e artefatos); Produto Institucional (disco para moeda); Calçados e Software;
 - h. Contratação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para elaborar estudo técnico para os setores Máquinas e Equipamentos (pás, trator de lagartas e produtos afins); Equipamentos para Tecnologia da Informação e Comunicação (equipamentos de rede, notebook, desktop, impressora, equipamentos de comunicação e equipamentos para autoatendimento); e Aviões Civis;
 - i. Contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para elaborar estudo técnico com o objetivo de definir critério único para concessão de margem de preferência para os setores da indústria, de forma a promover a competitividade da indústria nacional;
 - j. Coordenação das Reuniões da CI-CP.

2.1.B. Acompanhamento de desempenho dos setores industriais

- **OBJETIVO GERAL:** acompanhar indicadores econômicos relativos à produção industrial, comércio exterior, comércio varejista, produtividade e investimentos, dos setores industriais;
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** fornecer informação do desempenho dos setores industriais;
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - Informativos mensais**

Tabela 30 - Resultados alcançados: COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2013
Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de autoveículos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)	Informativo mensal dos segmentos do comércio.	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Manutenção de base de dados atualizada e divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério quando solicitado.
Pesquisa Mensal de Serviço (PMS/IBGE)	Informativo mensal dos segmentos da prestação de serviço.	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados cinco informativos mensais (a pesquisa começou a ser divulgada em agosto/2013)

b. Informativos semanais

Tabela 31 - Resultados alcançados: COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2013
Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores econômicos	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.

c. Relatório de acompanhamento dos setores industriais

Tabela 32 - Resultados alcançados: COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2013
Boletim setorial	Tabelas de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre nível de atividade e balança comercial	Divulgação interna e na Internet	Atualização mensal. Foram produzidos 3 boletins mensais, a partir do mês de outubro.
Estimativa setorial da balança comercial por setores econômicos	Estimativa do crescimento das exportações e importações em 2013 por setores econômicos	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Uma estimativa anual

d. Colaboração no Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”: atualização das variáveis referentes à atividade econômica.

Tabela 33 - Resultados alcançados: COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro/2013
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”.	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil.	Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais).	Elaboração bimestral: edição março/2013.

e. Acompanhamento de indicadores contábeis

- **OBJETIVO GERAL:** acompanhar indicadores contábeis relativos às empresas listadas na Bovespa agrupadas por setor;
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** fornecer informação do desempenho econômico-financeiro dos setores econômicos;
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica.

2.1.C. Participação em Comitês e Conselhos

a. Participação no Grupo de Trabalho do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPEs).

- **OBJETIVO GERAL:** o novo modelo da criação de ZPEs foi instituído pela Lei 11.508, de 20/07/2007, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** assessorar o Secretário Executivo-Adjunto que participa do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do CZPE
- **BENEFICIÁRIOS:** as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas predominantemente exportadoras
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - i. 8 Resoluções do CZPE editadas em 2013;
 - ii. Inauguração da Zona de Processamento de Exportação do Pecém, no Ceará;

b. Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos

- **OBJETIVO GERAL:** apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010.
- **BENEFICIÁRIOS:** sociedade brasileira
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** assessoramento do representante do Ministério da Fazenda.

c. Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística Reversa – Grupo Técnico de Assessoramento (GTA)

- **OBJETIVOS GERAIS:** discutir e apresentar proposições relacionadas com metas quantitativas, diretrizes e estratégias por área de atuação estabelecido no artigo 15 da Lei nº 12.305/2010.
- **BENEFICIÁRIOS:** setores da cadeia produtiva e sociedade brasileira.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - i. Participação em 2 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT's): GTT Embalagens e GTT Eletroeletrônicos;
 - ii. assessoramento do representante do Ministério da Fazenda no Grupo Técnico de Assessoramento (GTA).
 - iii. participação no Grupo Técnico Temático Financiamento e Desoneração Tributária;

d. Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

- **OBJETIVOS GERAIS:** apoiar ações para fomentar a formalização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas a serem executadas nas municipalidades;
- **BENEFICIÁRIOS:** catadores e sociedade brasileira.

e. Política de Mobilização Nacional - Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB

- **OBJETIVO GERAL:** Dar cumprimento ao disposto na Lei 11.631/2007 e Decreto nº 7.294/2010, no âmbito da Mobilização Nacional, esta entendida como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira;
- **BENEFICIÁRIOS:** Sociedade Brasileira.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
 - i. Colaboração com o Ministério da Defesa na elaboração da Doutrina Básica da Mobilização Nacional, em Grupo Técnico específico e no âmbito as Secretaria Executiva do SINAMOB;
 - ii. Participação na Operação Laçador 2013, realizada em Santa Maria – RS.

2.1.D. Participações da equipe em seminários, exposições, visitas e conferências

Tabela 34 - Resultados alcançados: COGAS

Data	Local	Evento	Participantes
Junho	FGV/Rio de Janeiro	Competitividade da indústria	Hébrida e Josélia
Agosto	FIESP/São	Seminário Reindustrialização do Brasil: chave para um projeto	José Malaquias

	Paulo	nacional de desenvolvimento	
22/08 e 23/08	São Paulo	XXI Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva — SIMEA 2013	Saulo
23/10 a 05/11	Taiwan	2013 <i>Workshop on Economic Planning and Policy Development</i>	Hébrida

2.1.E. Elaboração de Notas Técnicas e Pareceres

Tabela 35 - Resultados alcançados: COGAS

Parecer nº	Assunto	Responsável	Data
15	Classificação Fiscal – Dispositivo de Cristal Líquido (LCDO).	Josélia	24/01/2013
27	Pleito da Amcor Rigid Plastics Ltda sobre a necessidade de adequação do Decreto nº 7.455/2011, para corrigir distorção competitiva específica.	Inácio	26/02/2013
36	Redução alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para manequins de vestuários.	Bruno Orsi	13/03/2013
38	Renúncia fiscal com redução do IPI incidente para suporte de trilhos.	Malaquias	20/03/2013
52	Minuta de Decreto que altera o anexo VIII do Decreto nº 7.819/2012, que dispõe sobre o Programa Inovar-Auto.	Leonardo	12/04/2013
60	Impacto da imunidade tributária para o Complexo Industrial da Saúde. REFERÊNCIA: Papeleta nº 01101684.000493.2013.000.002.	Josélia	22/04/2013
61	Vendas para Zona Franca de Manaus.	André	22/04/2013
62	Ampliação da lista de desoneração do PIS/COFINS incidentes sobre equipamentos agrícolas não autopropulsados.	Malaquias	22/04/2013
73	Evolução de preços de painéis de madeira.	André	20/05/2013
118	Redução do IPI incidente sobre motocicletas.	Saulo	27/06/2013
129	Alteração dos Artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.988/2006 – Depreciação acelerada incentivada e desconto da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas microrregiões localizadas nas áreas de atuação da Sudene e Sudam.	Malaquias	11/07/2013
136	PLS nº 3650/2008 e PLS nº 7859/2010, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Franca, no Estado de São Paulo, e de Paraupebas, no Estado do Pará, respectivamente.	Leonardo	16/07/2013
144	Avaliação redução de IPI para placas e blocos de gesso	André	19/07/2013
146	Redução do IPI incidente sobre motocicletas.	Saulo	19/07/2013
168	Regulamentação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS.	Hébrida	05/08/2013
181	Classificação NCM – lavadoras automáticas. PROPONENTE: Eletros - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos OF PRES 088/2013.	Josélia	02/09/2013
182	Considerações sobre o pleito de desoneração do IPI para o produto lâ de aço, apresentado pela empresa Bombril.	Mandai	04/09/2013
183	Regulamentação do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – REIF.	Inácio	04/09/2013
184	Prorrogação dos prazos de Atos Concessórios – AC, do Regime Especial Aduaneiro de Drawback.	Leonardo	05/09/2013
200	Considerações a respeito do término da desoneração de IPI para o setor mobiliário.	André	30/09/2013
220	PLS nº 220, de 2007, que propõe alteração do art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (em fase de Sanção Presidencial).	Mandai	25/10/2013

Tabela 36 - Resultados alcançados: COGAS

Nota Técnica nº	Assunto	Responsável	Data
5	Projeto de Lei nº 3877, de 2012, que propõe reduzir a zero a alíquota do PIS/COFINS incidente sobre os suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos. – Memorando nº 1184/AAP/GM-MF, 19.09.2012.	Mandai	22/01/2013

6	Alteração da Instrução Normativa nº 285, de 2003, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Decreto nº 6.795, de 2009, para incluir equipamentos no Regime de Admissão Temporária com Suspensão Total do Pagamento de Tributos (IN SRF nº 285/2003).	Inácio	28/01/2013
13	Ampliação do REPORTE.	Leonardo	25/02/2013
16	Inclusão de REDEX no REPORTE.	Leonardo	08/03/2013
23	Considerações sobre a minuta de Decreto que altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011.	Mandai	26/03/2013
34	Proposta de inserção do §9º ao artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30.12.2002, que dispõe sobre a suspensão do IPI nas saídas do estabelecimento industrial das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem.	Mandai	11/04/2013
37	Solicitação de extensão da suspensão do IPI para toda a cadeia produtiva nas compras de veículos de combate pelo exército brasileiro.	Leonardo	19/04/2013
43	Circular de Consulta Pública para aprimoramento da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que produzam Variações no Patrimônio – NBS.	Malaquias	20/05/2013
55	MPX Energia – Projetos de Instalação de Usina para Geração Termelétrica a carvão.	Malaquias	22/07/2013
58	Zonas de Processamento de Exportação	Leonardo	25/07/2013
65	Minuta de Decreto que revoga os incisos do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012 (Inovar-Auto).	Leonardo	11/09/2013
77	Zonas de Processamento de Exportação	Leonardo	17/10/2013
80	Estudo de Margens de Preferência para Aeronaves nas Compras Públicas	Saulo/ Josélia/ Leonardo	12/10/2013
87	Erva-Mate: Conjuntura de mercado e proposta de redução do PIS/COFINS incidentes na cadeia produtiva do produto (Nota complementar ao Parecer SPE nº 82, de 21.05.2013).	Mandai	13/11/2013
98	PIS/COFINS do leite: proposta de monetização dos créditos presumidos gerados na cadeia produtiva de lácteos.	Mandai	19/12/2013
102	Requerimento de Informação nº C-2013/3858 – Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, através da Secretaria de Política Econômica, sobre sugestão de adoção de várias providências destinadas a criar incentivos par ao estímulo e o financiamento da inovação em setores de tecnologia de ponta do Complexo Industrial da Saúde.	Josélia	26/12/2013

2.2. Coordenação-geral de Sistemas Financeiros (COGSF)

2.2.A. Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados

- **OBJETIVO GERAL:** adoção de medidas de incentivo ao alongamento de prazo na captação de recursos no mercado de títulos privados como meio de financiamento de investimentos de médio e longo prazo, como alternativa às linhas de crédito do BNDES.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** as medidas visam primordialmente a redução dos custos de emissão de títulos privados, a simplificação de procedimentos e o aumento da liquidez no mercado secundário, sendo dada atenção especial ao setor de infraestrutura devido aos grandes desafios que o Brasil enfrentará nessa área nos próximos anos.
- **BENEFICIÁRIOS:** mercado de capitais brasileiro, investidores de longo prazo no setor produtivo e em infraestrutura.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 37 - Resultados alcançados: COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Ampliação da desoneração de Imposto de Renda para financiamento de investimentos de longo prazo, especialmente de projetos de infraestrutura, através da emissão de títulos e valores mobiliários. (19/07/2013)	Medida Provisória 610/2013: i) incluiu as arrendatárias no rol de emissoras das debêntures incentivadas; e ii) estendeu aos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) o benefício do tratamento tributário estabelecido na Lei nº 12.431/2011, desde que cumpram todos os respectivos requisitos exigidos.	Medida Provisória 610/2013: i) incluiu as arrendatárias no rol de emissoras das debêntures incentivadas; e ii) estendeu aos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) o benefício do tratamento tributário estabelecido na Lei nº 12.431/2011, desde que cumpram todos os respectivos requisitos exigidos.	Medida Provisória 610/2013, convertida na Lei nº 12.844/2013.
Fundo de Índice - ETF	ETF são fundos de investimento cujas cotas são negociadas livremente em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. As negociações dos ativos integrantes do fundo não são tributadas, não podendo se dizer o mesmo das transações das cotas. Considerada a relevância da liquidez das cotas para o sucesso do produto, foi proposta a definição de mecanismo tributário específico para os Fundos de Índice compostos por ativos de renda fixa.	Em discussão junto à Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal, com relação às questões operacionais e de tributação.	Em discussão junto à Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal, com relação às questões operacionais e de tributação.
Medidas de estímulos ao acesso de pequenas e médias empresas - PME - ao mercado de capitais brasileiro.	No âmbito do “Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas através do Mercado de Ações”, são propostas medidas que visam, prioritariamente, estimular o acesso de pequenas e médias empresas – PME - ao mercado de capitais no País, via IPO – Oferta Inicial Pública e prover incentivos a investidores de PME.	Elaboração de Parecer e Nota Técnica e minuta e projeto de lei.	Discussão no âmbito do Ministério da Fazenda, com relação às questões operacionais.

2.2.B. Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário

- **OBJETIVO GERAL:** fomentar e fortalecer o mercado de crédito imobiliário no Brasil.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.
- **BENEFICIÁRIOS:** mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 38 - Resultados alcançados: COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Concentração dos Atos na Matrícula do Imóvel	Projeto de Lei que cria mecanismos legais que permitem a concentração de todas as informações em sistema eletrônico único, com abrangência nacional, de informações sobre ônus das matrículas de imóveis, dando aos negócios jurídicos celebrados com base nos assentos dos Registros de Imóveis a proteção do princípio da boa fé e a prerrogativa de suficiência para atestar a titularidade e os gravames que recaiam sobre o bem imóvel, possibilitando que os títulos emitidos em papel pelas entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação. A proposta objetiva prover segurança jurídica e celeridade para as transações imobiliárias, com resultados positivos para a qualidade das operações de crédito imobiliário e para o controle e fiscalização da Receita Federal, além de: i) estimular a expansão do crédito imobiliário, por meio da sistematização das informações da garantia e reduzir o risco de perda de capital em operações de crédito imobiliário; e ii) maior caracterização dos riscos incorridos nas operações de crédito imobiliário, permitindo a redução gradativa das taxas de juros destas operações.	As sugestões delineadas pela SPE e demais participantes (CAIXA, Banco do Brasil, Abecip, CBIC, Secovi/SP) foram encaminhadas ao relator do Projeto de Lei nº 5.708/2013.	Após apresentação das emendas sobre o PL na CCJC, a nova versão do PL encontra-se em discussão pela SPE/MF, SE/MF, MJ e Casa Civil. Paralelamente, na CCJC, continua valendo a prorrogação do prazo solicitada pelo relator para emissão de parecer.
Criação da Letra Imobiliária (LI) como instrumento alternativo de captação de longo prazo no mercado de capitais pelas instituições financeiras para o crédito imobiliário.	O título guarda relação com as características do Covered Bond, com ampla experiência internacional, constituindo um instrumento de dívida do emissor, garantido por um pool de créditos imobiliários, que oferecem lastro e garantia para estas emissões. Na perspectiva do emissor, a letra imobiliária é qualificada como dívida e em grande parte é considerado instrumento financeiro de captação de longo prazo. Na emissão das LI os ativos que servem de lastro para sua emissão, devem ser suficientes para pagar os investidores de tais letras durante o período de sua maturidade, e, em caso de insolvência do emissor, os investidores têm direitos de forma prioritária sobre o conjunto de ativos em relação aos	Ao longo de 2013 foram realizadas várias reuniões com o objetivo de construir as bases para a criação deste novo instrumento de captação para prazos mais longos (em relação às alternativas atuais). O debate contou com a participação dos principais representantes do mercado (BACEN, bancos, CVM, BM&FBOVESPA,	A Minuta de Projeto de Lei foi formalmente enviada à SE/MF e, posteriormente, para análise pela PGFN, Banco Central e CVM.

	demais credores da instituição, constituindo uma dupla garantia, contando tanto com o fluxo de caixa da instituição de crédito emissora quanto com os recursos provenientes do conjunto de ativos, destacando-se como importante diferencial frente aos demais instrumentos de captação, como, por exemplo, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).	Abecip) sob coordenação da SPE/MF, com auxílio do Banco Mundial. Uma minuta de Projeto de Lei foi elaborada.	
Novo limite de financiamento/avaliação no âmbito do SFH. (30/09/2013)	Aumento do valor máximo de avaliação do imóvel financiado de R\$ 500.000,00 para R\$ 650.000,00, sendo que o valor unitário dos financiamentos, compreendendo principal e despesas acessórias, fica limitado a 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação do imóvel, podendo ser de até 90% (noventa por cento) se o financiamento for contratado com a utilização do Sistema de Amortizações Constantes (SAC). O limite máximo do valor de avaliação dos imóveis financiados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e no Distrito Federal passa a ser de R\$ 750.000,00.	Resolução Bacen nº 4.271/2013 alterou o Art. 14 da Resolução Bacen nº 3.932.	Resolução Bacen nº 4.271/2013 alterou o Art. 14 da Resolução Bacen nº 3.932

2.2.C. Medidas associadas ao mercado de crédito e de incentivo à concorrência bancária

- **OBJETIVO GERAL:** ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:**
 - i. estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de ambiente propício para redução do spread bancário e pelo incentivo à concorrência bancária;
 - ii. tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos.
- **BENEFICIÁRIOS:** trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral e instituições financeiras.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 39 - Resultados alcançados: COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Aplicação do conceito “valor incontroverso” em ações judiciais resultantes de questionamentos de taxa de juro pactuada em contratos de financiamento.	Nas ações judiciais cuja “causa de pedir” resulta no questionamento da taxa de juro pactuada em contratos de financiamento, o tomador de crédito continua a pagar a parte que não está sob disputa, o principal da operação, denominado “valor incontroverso”.	Lei nº 12.810/2013: em seu art. 21, altera o art. 285-B da lei nº 5.869/1973 - Código de Processo Civil.	Lei nº 12.810/2013: em seu art. 21, altera o art. 285-B da lei nº 5.869/1973 - Código de Processo Civil.
Introdução do instituto do “superendividamento” no arcabouço jurídico brasileiro.	Introdução do instituto do “superendividamento” no arcabouço jurídico brasileiro, por meio do aperfeiçoamento da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que prevê	A SPE/MF participa de discussão no âmbito do Ministério da Justiça no intuito de sugerir alterações ao PLS nº 283/2012 e ao substitutivo do	Envio à Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados dos principais questionamentos ao substitutivo do respectivo

	alterações de diversos dispositivos, com a finalidade de prevenir e tratar o superendividamento da pessoa física.	respectivo Projeto de Lei.	PLS, conforme acordado em reunião entre representantes da SPE, SE, MJ e o relator do Projeto.
--	---	----------------------------	---

2.2.D. Medidas Prudenciais Associadas ao Ingresso de Capitais

- **OBJETIVO GERAL:** atender aos objetivos das políticas fiscal, monetária e cambial do governo.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** adequar o volume de ingresso de capitais de forma a ampliar as condições de competitividade da economia brasileira.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito, indiretamente.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 40 - Resultados alcançados: COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2013
Redução da alíquota de IOF câmbio de 6% para 0% em Operações de Renda Fixa – Não-residentes – Prazo superior a 365 dias.	Objetiva o estímulo ao ingresso do fluxo de investidor estrangeiro, com o intuito de financiar o déficit de transações correntes com o exterior, com prazo médio mínimo de 1 ano.	Decreto nº 8.023/2013, que altera o Decreto nº 6.306/2007.	Decreto nº 8.023/2013, que altera o Decreto nº 6.306/2007.
Redução a zero da alíquota incidente na cessão de ações que sejam admitidas à negociação em bolsa de valores localizada no Brasil, com o fim específico de lastrear a emissão de depositary receipts - DR negociados no exterior.	Objetiva elevar a liquidez das ações de empresas brasileiras tanto no mercado local quanto no exterior e eliminar a assimetria existente desde a publicação do Decreto nº 7.632/2011.	Decreto nº 8.165, de 23 de dezembro de 2013	Decreto nº 8.165, de 23 de dezembro de 2013

2.3. Coordenação-geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSPC)

2.3.A. Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

- **OBJETIVO GERAL:** acompanhar o mercado de seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setor regulado, consumidores, sociedade brasileira, indiretamente.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao mercado segurador melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento equilibrado. Também foram produzidos pareceres acerca de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional.

No campo infralegal, o ano de 2013 foi marcado por dois aspectos distintos: maior segurança jurídica com a assimilação de regras de proteção ao consumidor de seguros e a

solvência das sociedades seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização.

Em relação às regras de proteção ao consumidor, destacamos a emissão da Resolução nº 279, do CNSP, que dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização. A instituição de ouvidorias cria canal específico para atendimento das reclamações dos consumidores, melhorando os padrões de atendimento às suas necessidades, bem com a proteção de seus interesses econômicos.

Já a emissão da Resolução nº 294, do CNSP, tornou possível a aquisição de seguros e previdência complementar aberta através de meios remotos, como a internet. Espera-se que a medida facilite o acesso de mais consumidores e, por consequência, amplie a cobertura securitária e previdenciária no país, como consequência da redução dos custos relacionados à oferta e da abrangência dos meios remotos.

Por fim, destacamos a emissão das resoluções nº 296 e 297, do CNSP, que tratam, respectivamente, da normatização do seguro de garantia estendida e da comercialização de seguros através de representantes. A utilização de estabelecimentos de varejo como canais de distribuição de seguros é uma prática observada na maioria dos mercados de seguros internacionais e o Brasil não deve ser exceção, pois este canal de distribuição tende a facilitar o acesso ao mercado segurador de pessoas de baixa renda. Tal canal de distribuição deve se consolidar rapidamente, fruto da entrada em cena de produtos desenvolvidos para atender às necessidades de proteção de camadas da população até pouco tempo sem acesso ao mercado de seguros. Entre os produtos negociados por tal canal, destacamos o seguro de garantia estendida, oferecido aos consumidores de produtos da linha branca, eletroportáteis e eletrônicos em geral.

Várias resoluções do CNSP, emitidas ao longo de 2013, trouxeram uma maior segurança e solvência ao setor de seguros e previdência complementar aberta. Dentre elas, destacamos as resoluções nº 280, 283 e 284, que dispõem sobre a constituição de um “colchão” de capital baseado nos riscos de subscrição e operacional. Já as resoluções do CNSP nº 282 e 302 tratam de ajustes ao capital mínimo requerido para a constituição e operação de seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar aberta.

Quanto à totalidade de projetos de resoluções, foram publicadas 31 Resoluções do CNSP em 2013, sendo que 4 delas apenas referendam decisões anteriores.

Também foram emitidos diversos pareceres, concluídos em 2013, acerca de proposições legislativas que versam sobre os setores de seguros, previdência privada aberta e capitalização que tramitaram no Congresso Nacional que estão listados no quadro resumo a seguir.

Tabela 41 - Resultados alcançados: COGSPC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
Parecer nº 003 SPE/MF	Parecer sobre aspectos do anteprojeto de lei que institui o Estatuto da Segurança Pública – EMI nº 221/2012/MJ/MF. Entre outros, o anteprojeto de lei tornou obrigatória às empresas de segurança privada a constituição e manutenção de provisão financeira ou reserva de capital visando o adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias incidentes sobre a folha de salários, facultando a tais empresas a contratação de um seguro-garantia. Também torna obrigatória a contratação de seguro de vida em grupo para vigilante e seus supervisores.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 048 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de lei do Senado n.º 759, de 2011, que estende a máquinas e veículos motorizados de qualquer característica a obrigatoriedade de identificação por meio de gravação no chassi ou no monobloco, do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – DPVAT.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF

Parecer nº 097 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2013, da Medida Provisória nº 597-A, de 260 de dezembro de 2012, a qual altera dispositivos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, quanto à participação de trabalhadores em lucros ou resultados das empresas, e da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, quanto ao imposto de renda de pessoas físicas.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 119 SPE/MF	Parecer sobre a minuta de decreto presidencial que regulamenta o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais – Funpresp.	Secretaria Executiva/MF
Parecer nº 137 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 6.332, de 2005, de iniciativa do Poder Executivo, que altera os artigos 20 e 123 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 150 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2011, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a qual “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para determinar que o percentual do valor dos prêmios arrecadados com o DPVAT destinados a programas de prevenção de acidentes seja retirado da parcela destinada às companhias seguradoras que operam com o DPVAT.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 160 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2013, que propõe a alteração do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com o objetivo de instituir um seguro obrigatório de responsabilidade civil para as empresas, proprietários, promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 163 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei nº 5455, de 2013, que propõe a alteração do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatória a contratação de seguro por danos materiais ao imóvel e equipamentos em decorrência de incêndio, raio ou explosão causada por gás, em restaurante, bares, casas noturnas e de eventos e assemelhados.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 166 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei nº 4844, de 2012, que propõe a alteração do art. 53 do Código Civil para permitir que os transportadores de pessoas ou cargas organizem-se em associação, com direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 177 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei nº 2641/2003, na origem Projeto de Lei do Senado nº 612/1999, que altera o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 235 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei nº 5764, de 2013, que obriga inserção de cláusula limitadora de responsabilidade nas apólices relativas ao seguro de veículos automotores de vias terrestres.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 242 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.885, de 2012, de autoria do Sr. Deputado Federal Dimas Fabiano, que dispõe sobre a cobertura de seguro de veículos nos shoppings-centers, lojas de departamentos, postos de combustíveis, super e hipermercados ou empresas que operam com estacionamento e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 243 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3.139, de 2012, de autoria do Sr. Deputado Federal Romero Rodrigues, que altera o artigo nº 787 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Parecer nº 251 SPE/MF	Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 4.588 de 2012, de autoria do Sr. Deputado Federal Victorio Galli, que altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Resolução CNSP nº 275	Referenda a Resolução CNSP nº 274, de 2012, que estabelece os prêmios tarifários, por categoria, do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - DPVAT	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução	Dispõe sobre as regras e procedimentos para o cálculo dos limites de retenção	Conselho Nacional de

CNSP nº 276	das sociedades seguradoras e resseguradores locais.	Seguros Privados
Resolução CNSP nº 277	Altera o art. 13 da Resolução CNSP nº 226, de 6 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a realização de investimentos pelas sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 278	Dispõe sobre a restituição de comissões de corretagem às seguradoras, no caso de cancelamento ou devolução de prêmio.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 279	Dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização e revoga a Resolução CNSP nº 110/ 2004.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 280	Dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 281	Institui regras para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 282	Dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre planos corretivo e de recuperação de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 283	Dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 284	Dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de subscrição das sociedades de capitalização.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 285	Estabelece os elementos mínimos que devem ser observados pelas sociedades seguradoras na contratação de planos de seguro por meio de bilhete.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 286	Dispõe sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. - A B G F.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 287	Altera a Resolução CNSP nº 166, de 17 de julho de 2007, e revoga a Resolução CNSP nº 221, de 6 de dezembro de 2010.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 288	Altera a Resolução CNSP nº 136, de 7 de novembro de 2005, Dispõe sobre a eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 289	Referenda a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 290	Referenda a Resolução CNSP nº 287, de 6 de junho de 2013, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 291	Referenda a Resolução CNSP nº 288, de 9 de agosto de 2013.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 292	Altera o inciso III do §3º do artigo 9º da Resolução CNSP nº 226, de 6 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a realização de investimentos pelas sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 293	Altera a Resolução CNSP nº 243, de 06 de dezembro de 2011 que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo	Conselho Nacional de Seguros Privados

	administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.	
Resolução CNSP nº 294	Dispõe sobre a utilização de meios remotos nas operações relacionadas a planos de seguro e de previdência complementar aberta.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 295	Dispõe sobre a atividade de Preposto de Corretor de Seguros e de Previdência Complementar Aberta, e requisitos básicos para sua nomeação e registro.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 296	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro de garantia estendida, quando da aquisição de bens ou durante a vigência da garantia do fornecedor, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 297	Disciplina as operações das sociedades seguradoras por meio de seus representantes de seguros, pessoas jurídicas, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 298	Altera a Resolução CNSP nº 273, de 2012, que altera e consolida as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 299	Altera a Resolução CNSP nº 272, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 300	Institui regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado exigido das entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 301	Dispõe sobre as regras e procedimentos para o cálculo dos limites de retenção aplicáveis às operações com cobertura de risco dos produtos de previdência complementar das sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 302	Dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 303	Dispõe sobre o cadastramento dos corretores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e a emissão da carteira de corretores.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 304	Altera a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CNSP nº 305	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 192, de 30 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as condições tarifárias do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados
Resolução CMN nº 4.221	Altera os Anexos I e II da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, que disciplina a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.	Conselho Monetário Nacional

2.3.B. Previdência Complementar Fechada

- **OBJETIVO GERAL:** acompanhar a previdência privada operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor, colaborando para que sua atuação seja compatível com o desenvolvimento econômico e social do país (Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001).

- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC; (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de previdência complementar fechada.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e gestores dos fundos de pensão e beneficiários participantes dos fundos de pensão, indiretamente.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Destacou-se a emissão da Resolução CNPC n.º 11, de 13 de maio de 2013, que dispõe sobre retirada de patrocínio no âmbito do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar. A resolução institui uma série de procedimentos, direitos e obrigações tanto do patrocinador que se retira como dos participantes do plano de benefício. Até a emissão da resolução em comento, cada processo de retirada de patrocínio seguia um rito específico.

Quanto à totalidade de projetos de resoluções, foram publicadas três resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar em 2013, de números 11, 12 e 13.

Destacamos também a emissão da Resolução n.º 4.275, do Conselho Monetário Nacional, que alterou dispositivos da Resolução n.º 3.792, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Tabela 42 - Resultados alcançados: COGSPC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
Parecer n.º 216 SPE/MF	Parecer sobre Projeto de Lei n.º 4641, de 2011, que dá nova redação ao inciso IV do art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os depósitos em fundo de previdência complementar.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF
Resolução CNPC N.º 11	Dispõe sobre retirada de patrocínio no âmbito do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Resolução CNPC N.º 12	Altera a Resolução n.º 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Resolução CNPC N.º 13	Altera o art. 28 da Resolução n.º 26, de 29 de setembro de 2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Resolução CMN n.º 4.275	Altera a Resolução n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Conselho Monetário Nacional

3. SECRETARIA ADJUNDA DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA

3.1. Coordenação-geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT)

3.1.A. Reuniões de Conjuntura da SPE

- **OBJETIVO GERAL:** apresentação, discussão, e elaboração de informe dos principais eventos semanais da conjuntura econômica com vistas ao monitoramento macroeconômico pelo Ministério da Fazenda.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** disseminação de informações fiscais de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda.
- **BENEFICIÁRIOS:** Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda.

Tabela 43 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Reuniões, em geral semanais, de discussão de conjuntura	Participam das reuniões, além de diversas coordenações-gerais da SPE, o Gabinete do Ministro da Fazenda, a Secretaria Executiva e a Secretaria do Tesouro Nacional. À Coordenação-Geral de Política Fiscal cabe a apresentação dos informes de política fiscal.		Reuniões ordinárias em andamento semanalmente.
Resumo de conjuntura fiscal	Elaboração do resumo de conjuntura referente à política fiscal para compor o Acompanhamento Semanal da Conjuntura Econômica.		Concluído

3.1.B. Assessoria na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda

- **OBJETIVO GERAL:** divulgação dos principais aspectos da política fiscal brasileira pelo Ministério da Fazenda em fóruns diversos da sociedade.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** produção de slides para discursos e apresentações dos dirigentes do Ministério da Fazenda.
- **BENEFICIÁRIOS:** audiência das palestras dos dirigentes do Ministério da Fazenda e sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** apresentações diversas.

Tabela 44 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
1. Apresentação da Arrecadação Federal Periodicidade mensal	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária		Concluído

2. Apresentação da Política Fiscal Periodicidade mensal	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetada. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicos; dívida pública; juros.		Concluído
3. Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social Periodicidade mensal	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.		Concluído
4. Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.		Concluído
5. Anuário Estatístico Fiscal Periodicidade mensal	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.		Concluído

3.1.C. *Elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda*

- **OBJETIVO GERAL:** “Economia Brasileira em Perspectiva” é uma publicação do Ministério da Fazenda voltada ao público em geral que visa consolidar e atualizar a evolução das principais variáveis macroeconômicas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** elaboração dos textos, gráficos e tabelas relacionados à política fiscal.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”, edição nº 18.

Tabela 45 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Economia Brasileira em Perspectiva, nº 18	Informativo elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas.		Concluído

3.1.D. *Avaliação de novos indicadores de política fiscal*

- **OBJETIVO GERAL:** elaboração de estudos sobre novos indicadores de política fiscal.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** elaboração de textos, gráficos e tabelas relacionados aos resultados fiscais alcançados.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** apresentações.

Tabela 46 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Apresentações sobre novos indicadores fiscais	Avaliação de novos indicadores fiscais e aplicação dos resultados ao caso brasileiro.		Concluído

3.1.E. Elaboração de Notas Técnicas diversas

- **OBJETIVO GERAL:** assessoria ao Secretário de Política Econômica e ao Ministro da Fazenda.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** estudo de temas de interesse do Ministério da Fazenda em geral, associados a estatísticas fiscais ou impactos fiscais de medidas de política econômica
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Notas Técnicas.

Tabela 47 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Nota Técnica nº 101, 23 de dezembro de 2013	Altera a Lei nº 12.715, que institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva – INOVAR AUTO, e dá outras providências.		Concluído
Nota Técnica nº 103, 31 de dezembro de 2013	Acórdão 1.718/2005 do TCU (item 9.3.2) – Avaliação de Programas Subsidiados; Avaliação da Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda.		Concluído

3.1.F. Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária

- **OBJETIVO GERAL:** acompanhamento e monitoramento da despesa pública federal.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** banco de dados da execução orçamentário-financeira federal com os dados disponibilizados pelo SIAFI.
- **BENEFICIÁRIOS:** SPE e Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** relatórios mensais de acompanhamento orçamentário-financeiro sinalizando o resultado primário acima de linha que será apresentado no final do mês.

Tabela 48 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Base de Dados da despesa pública federal atualizada periodicamente	Acompanhamento da execução orçamentário-financeira por meio do SIAFI e SIGA-Brasil.		Atualizações esporádicas da base de dados.

3.1.G. Elaboração de Pareceres Técnicos diversos

- **OBJETIVO GERAL:** atendimento a demandas diversas do Ministério da Fazenda, incluindo a Assessoria Parlamentar.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** produção de Pareceres diversos.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda, Governo Federal.

- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Pareceres técnicos diversos.

Tabela 49 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Parecer nº 65, maio de 2013 – PLC nº 040/2010	Trata da regulamentação do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada no Regime Geral de Previdência Pessoal.		Concluído
Parecer nº 131, julho de 2013 – Minuta de alteração da Lei nº 10.179/2001	Trata de minuta de alteração da Lei 10.179/2001, que altera as finalidades e as formas de emissão de títulos da dívida pública.		Concluído
Parecer nº 231, novembro de 2013 – Ofício MEC nº 1.186/2013	Trata da Auditoria na Fórmula de Cálculo de Bolsas – PROUNI - 1º sem/2014.		Concluído
Parecer nº 232, novembro de 2013 – Proposta de Medida Provisória que altera a Lei nº 12.087/2009	Trata de proposta de Medida Provisória que altera a Lei nº 12.087/2009, para dispor sobre as garantias do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.		Concluído
Parecer nº 240, de 28 de novembro de 2013 – Proposta de Medida Provisória que altera a Lei nº 12.087/2009	Projeto de lei que revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e modifica dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir o título de utilidade pública federal – upf e de seus benefícios indiretos.		Concluído

3.1.H. Representação da SPE no Grupo Técnico da COFIEIX e no GTEC

- **OBJETIVO GERAL:** representar a SPE no GTEC e no COFIEIX.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** No âmbito do GTEC - (i) subsidiar, com análises técnicas, os membros titulares da COFIEIX, com relação aos pleitos de órgãos e entidades do setor público, interessados em obter, dos organismos internacionais, apoio financeiro – reembolsável ou não – para implementação de Projetos; (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos e financeiros de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais que resultem em assinatura de aditivo, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas, inclusão de novos componentes e reformulações dos Projetos. No âmbito do COFIEIX (ii) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões de metas e reformulações dos projetos ou programas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Governos Federal, estaduais e municipais.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** houve 39 reuniões do GTEC Apresentação e 12 reuniões do GTEC Execução entre 23.01 e 06.12.2013 e quatro reuniões do COFIEIX entre 08.03.2013 e 19.12.2013.

Tabela 50 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
---------	-----------------	----------------	------------------------------

Reuniões do GTEC, entre 23.01 e 06.12.2013	Avaliação de 42 projetos apresentados e de 55 projetos em execução.		Concluído
Reuniões do COFIEEX, entre 08.03.2013 e 19.12.2013	Avaliação de 39 projetos apresentados.		Concluído

3.1.1. *Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União*

- **OBJETIVO GERAL:** Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e Prestação de Contas do Governo.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2011 e 2012. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2013 e 2014. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e Tribunal de Contas da União (TCU), e público em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados.

Tabela 51 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez. de 2013
Nota Técnica nº 26, 28 de março de 2013	Acórdão nº 1690/2007 – Avaliação do PAC.		Concluído
Nota Técnica nº 27, 28 de março de 2013	Acórdão nº 1690/2007 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC.		Concluído
Nota Técnica nº 28, 28 de março de 2013	Acórdão 1.718/2005 do TCU – Demonstrativo dos benefícios financeiros e creditícios do exercício de 2012.		Concluído
Nota Técnica nº 63, 29 de agosto de 2013	Acórdão nº 32490/2012 - Cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.		Concluído
Ofício nº 69, 28 de março de 2013	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito do PAC, bem como avaliação econômica do PAC.		Concluído
Ofício nº 70, 28 de março de 2013	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as contas do Governo da República.		Concluído
Ofício nº 97, 29 de agosto de 2013	Encaminhamento do cálculo dos subsídios nas operações de crédito concedidas no âmbito da COPA 2014.		Concluído
Ofício nº 103, 11 de setembro de 2013	Encaminhamento do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.		Concluído

3.1.J. Representação do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

- **OBJETIVO GERAL:** representar o Ministério da Fazenda no CNPS.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** (i) deliberar sobre política de previdência social e (ii) deliberar sobre a gestão do sistema previdenciário (iii) acompanhar as questões relativas à política e ao sistema previdenciário a fim de propor/elaborar melhorias.
- **BENEFICIÁRIOS:** Governo Federal, entidades representativas de trabalhos, empresários e beneficiários do sistema de previdência social.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** houve 11 reuniões do CNPS ao longo do ano.

3.1.K. Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais

- **OBJETIVO GERAL:** representar o Ministério da Fazenda em Fóruns de seu interesse.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** (i) acompanhar as discussões econômicas e apresentar o encaminhamento dado pelo Ministério da Fazenda.
- **BENEFICIÁRIOS:** Governo Federal e a sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Aprimoramento da percepção do corpo técnico sobre os efeitos multiplicadores da política fiscal no Brasil, bem como das perspectivas econômicas para os próximos dois anos.
-

Tabela 52 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
XXV Seminário de Política Fiscal – CEPAL. 5 e 6 de Março.	Realizar a apresentação “Transparencia y Gasto Público en Brasil”		Concluído
“Seguridade Social e as Políticas de Segurança e Saúde do Trabalhador no Brasil e na Espanha” – Ministério da Previdência Social	Debater o Painel “Perspectivas da Seguridade Social e Saúde do Trabalhador no Brasil”		Concluído

3.1.L. Capacitação

- **OBJETIVO GERAL:** Desenvolver novas capacidades que possam aperfeiçoar as rotinas de trabalho existente no Ministério da Fazenda bem como desenvolver outras novas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** O desenvolvimento de melhores rotinas de trabalho.
- **BENEFICIÁRIOS:** Governo Federal e sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Qualificação do corpo técnico da Coordenação-Geral nos temas do treinamento.

Tabela 53 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Curso de Econometria de Séries Temporais	Natureza dos dados de séries temporais. Exemplos de modelos de regressão de séries temporais. Previsão em séries temporais.		Concluído

Curso Lei de Responsabilidade Fiscal	Fundamentos de responsabilidade fiscal; receitas e despesas; dívida; transparência; controle; restrições e sanções.		Concluído
Curso Básico de PHOTOSHOP	Principais atalhos do Photoshop; Principais ferramentas; Apresentação de Zoom, Layers e Atalhos; Descrição e Manuseio de Camadas e Layers; Ajustes básicos em fotografias e imagens; Principais ferramentas de Transformação; e Efeitos de Camada;		Concluído

3.1.M. Desenvolvimento de um sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação e consolidação de um banco de dados

- **OBJETIVO GERAL:** disseminação de informações fiscais de conjuntura, no âmbito do Ministério da Fazenda, possibilidade de manipulação de dados para criação de consultas com base nas informações coletadas do Governo Federal.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** desenvolvimento de um sistema, em DELPHI, para coleta de informações, confecção de documentos e consultas estruturais, com base nos dados publicados pelo Governo Federal. Criação, estruturação e consolidação de um Banco de Dados MySQL para armazenamento das informações coletadas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** ganhos de produtividade na institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda. Disponibilização das informações captadas pelo novo sistema, para utilizações futuras em outros trabalhos para os quais sejam necessárias.

Tabela 54 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminha mento	Situação em dezembro de 2013
Sistema Informatizado em DELPHI	Desenvolvimento de um sistema, em DELPHI XE3, para a captação das informações necessárias à confecção de planilhas Excel e de documentos em PDF. Este sistema tem como objetivo o ganho de eficiência e de agilidade na coleta dos dados publicados pelo Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional, entre outros, necessários à confecção de documentos que serão disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas – SPE		Concluído
Banco de Dados MySQL	Em paralelo ao desenvolvimento do sistema, foi estruturado um Banco de Dados, em MySQL, para o armazenamento das informações captadas.		Concluído
Planilhas Excel e Documentos em PDF	Com o auxílio do sistema, em DELPHI, e com base nas informações armazenadas, no Banco de Dados MySQL, foram criadas novas planilhas Excel e novos documentos em PDF, que estão sendo disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas - SPE		Concluído
Manipulação de Dados e Consultas	O sistema desenvolvido também contempla a possibilidade de criação de consultas estruturadas, além de relatórios analíticos e sintéticos com base nas informações coletadas do Governo Federal.		Em andamento

Sistema Informatizado em DELPHI	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão 1.690/2007, que determina o envio de relatório anual, por parte da SPE, com valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos e a avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.		Em andamento
Sistema Informatizado em DELPHI	Sistema informatizado, em DELPHI XE3, objetivando a recepção e tratamento das informações oriundas das Instituições Financeiras, para o cumprimento do Acórdão 3.249/2012.		Em andamento

3.1.N. Projeto Estratégico Corporativo nº 33 - Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária bruta e líquida anual

- **OBJETIVO GERAL:** A proposta envolve a criação de um grupo inter-secretarias, coordenado pela SPE, com o objetivo de, no médio prazo, tentar uniformizar a metodologia de estimação da carga tributária bruta e, além disso, produzir estimativas trimestrais e líquidas de transferências de assistência e previdência e subsídios (Taps).
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** O plano de ação prevê que, a partir do projeto piloto realizado pela SPE, em parceria com o IPEA, a metodologia e as rotinas de estimativas sejam compartilhadas com os dois órgãos hoje responsáveis pela divulgação da carga tributária: RFB e IBGE. Ao nível interno do Ministério da Fazenda, a proposta inclui a institucionalização de uma parceria permanente entre SPE e RFB para efeitos de produção e divulgação das estimativas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**
-

Tabela 55 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
nº 24, 29 de março de 2013	Avaliação das ações implantadas e a implementar para redução das divergências na apuração da carga tributária efetuadas pela SRFB e pelo IBGE.		Concluído
nº 25, 29 de março de 2013	Nota Técnica contendo apuração da Carga Tributária Líquida.		Concluído
nº 93, 29 de novembro de 2013	Nota Técnica contendo memória de cálculo da carga tributária bruta.		Concluído
Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2013 de 25 de março de 2013	Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser celebrado entre a SPE e o IPEA.		Concluído

3.1.O. Divulgação da carga tributária bruta e líquida anual

- **OBJETIVO GERAL:** Subsídios para a apuração da carga tributária bruta e Divulgação da carga tributária líquida anual.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Fornecer informações à SRFB para elaboração da carga tributária e elaboração e divulgação de demonstrativos contendo Transferências de Assistência e Previdência e Subsídios (Taps) e estimativas da Carga Tributária Líquida.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda.

- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 56 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Memorando nº 215, de 29 de agosto de 2013, contendo Subsídios para a Apuração da Carga Tributária de 2012	Tabelas atualizadas até 26.07.2013, contendo estimativas da Carga Tributária dos estados e municípios entre os anos de 2002 e 2012, bem como as receitas tributárias e de contribuições não administradas pela SRFB e receitas parafiscais (FGTS e Sistema S), para o mesmo período, com vistas a subsidiar o cálculo da Carga Tributária.		Concluído
Transferências de Assistência e Previdência e Subsídios (Taps) e estimativas da Carga Tributária Líquida	Apresentação contendo Transferências de Assistência e Previdência e Subsídios (Taps) e estimativas da Carga Tributária Líquida para o ano de 2012.		Concluído

3.1.P. Estudo sobre o conceito Dívida Bruta do Governo Geral no Brasil: diferenças metodológicas entre o FMI e o Banco Central do Brasil

- **OBJETIVO GERAL:** Aprofundar o debate proposto pelo Ministério da Fazenda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o indicador de Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) aplicado ao Brasil.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Demonstrar que a metodologia adotada pelo FMI para a apuração da DBGG provoca distorções quando aplicada ao caso brasileiro, não sendo eficiente para monitorar a fiscal do país.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Tabela 57 - Resultados alcançados: COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2013
Nota Técnica	Nota Técnica que apresenta as principais diferenças metodológicas entre o FMI e o Banco Central do Brasil sobre o conceito de DBGG.		Concluído
Seminário de Política Fiscal/STN - 8/11	Realizar a apresentação: “Dívida Bruta do Governo Geral do Brasil: diferenças metodológicas entre o FMI e o Banco Central”.		Concluído

3.1.Q. Grupo Executivo Olimpíada

- **OBJETIVO GERAL:** Representar o Ministério da Fazenda no Grupo Executivo da Olimpíada.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Aprovar e coordenar as atividades do governo federal referentes aos Jogos Rio 2016 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, ou financiadas com recursos da União.
- **BENEFICIÁRIOS:** Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Foram realizadas 12 reuniões entre 19.02.2013 e 20 de novembro de 2013.

3.2. Coordenação-geral de Políticas Públicas (COGPP)

3.2.A. Análise do impacto econômico-fiscal de políticas públicas, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF

- **OBJETIVO GERAL:** Elaborar análise econômico-fiscal de proposições de políticas públicas.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** (i) Analisar a adequação de proposições de políticas públicas às diretrizes da política fiscal e à orientação estratégica da política econômica; (ii) analisar os impactos econômicos das proposições normativas; (iii) avaliar a adequação das proposições legislativas às diretrizes que regem o processo orçamentário – PPA, LDO e LOA; (iv) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (v) analisar a execução orçamentário-financeira de ações do governo federal com escopo similar, consubstanciadas no PPA e na LOA; (v) apresentar contribuições que possam contribuir para o aperfeiçoamentos das proposições e para aumentar a efetividade das políticas públicas delineadas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; e a sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas, sintetizados no quadro abaixo.

3.2.B. Formulação de diretrizes de políticas públicas, em consonância com a orientação estratégica da política econômica

- **OBJETIVO GERAL:** Formular diretrizes de Política Econômica
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** (i) propor medidas microeconômicas que contribuam para aperfeiçoar a ação do setor público e promover a sustentabilidade do crescimento (ii) dimensionar o impacto fiscal das medidas propostas; (iii) identificar os aspectos técnicos pertinentes às diferentes alternativas de prescrição de políticas públicas; (iv) examinar a literatura especializada e as lições da experiência internacional; (v) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministro da Fazenda, Secretário da SPE e a sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Elaboração de nota técnica e arcabouço normativo para implementação da proposição de política.

a. Desoneração Tributária da Folha de Pagamentos

OBJETIVO GERAL: Implementar diretrizes de políticas tributária que contribuam para ampliar a competitividade da produção nacional, fomentar o processo de formalização laboral e estimular o crescimento econômico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (i) Assegurar a convergência da política de desoneração tributária da folha às diretrizes da política fiscal; (ii) sistematizar e analisar as demandas setoriais (iii) acompanhar os impactos da política de desoneração da folha sobre a estrutura de financiamento da previdência social; (v) participar da análise técnica de trabalhos voltados à avaliação da política de desoneração da folha, com o intuito de dimensionar efeitos de curto e médio-longo prazos sobre o nível de atividade setorial.

BENEFICIÁRIOS: setores produtivos e a sociedade em geral

RESULTADOS ALCANÇADOS: Acompanhamento e análise dos trabalhos de avaliação, a serem subordinados à Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos – CTDF, instituída pelo Decreto no. 7.711, de 3 de abril de 2011.

3.2.C. Projeto SPE/MF e Embaixada do Reino Unido – Subsídios para a implementação de uma política fiscal verde no Brasil

- **OBJETIVO GERAL:** Propiciar aos formuladores de política fiscal e tributária do Brasil metodologia para avaliação do impacto de diferentes alternativas de política fiscal, associadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, criação de empregos e fomento ao crescimento econômico sustentável.
- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** (i) Participação na elaboração dos projetos executivos, no período estabelecido – ano 1 e ano 2; (ii) Cooperação técnica com a Embaixada nos trabalhos de seleção da entidade executora do projeto; (iii) acompanhamento das atividades de execução do projeto; (iv) análise técnica dos relatórios apresentados pela entidade executora do projeto; (v) participação nas discussões técnicas com a Embaixada para definição de aperfeiçoamentos necessários ao projeto.
- **BENEFICIÁRIOS:** Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** (i) Análise técnica do primeiro Relatório apresentado pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) à Embaixada Britânica e ao Ministério da Fazenda brasileiro; (ii) Participação na organização de Workshop intitulado “Economia Fiscal Verde no Brasil”; (iii) Análise técnica das propostas apresentadas à Embaixada do Reino Unido para desenvolvimento da segunda fase do Projeto.

PARECERES

Tabela 58 - Resultados alcançados: COGPP

Nº Mem.	Demandante/ proponente	Assunto	Nº parecer	Nº comprot
14	Secretária Executiva	Encaminha PCR/SPE/002/2012 sobre a Minuta de PL instituindo o Estatuto da Segurança Privada acompanhado da Exposição de Motivos Interministerial(EMI) nº221/2012,dos Ministérios da Justiça(MJ) e da Fazenda(MF).	2	01121774. 000018.20 13.000.000
23	Secretária Executiva	Encaminha o Parecer 004/SPE/MF, de 15.01.13, referente a EM 0037/12, Projeto de Lei S/Nº - Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres-PNPM para o período de 2012-2015 e altera o art. 4º do Decreto 5.390/05, ampliando a composição do comitê do DNPM.	4	01121774. 000028.20 13.000.000
25	Assessoria para Assuntos Parlamentares	Encaminha o Parecer 005/2013, referente a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2011.	5	01121774. 000030.20 13.000.000
37	Secretária Executiva	Encaminha PCR/SPE/009/2013 sobre a Minuta de Portaria Interministerial s/nº,2012 que dispõe acerca da instituição de GT com a finalidade de elaborar minuta de decreto para regulamentar a Lei nº12761/2012,que institui o Programa de Cultura do Trabalhador.	9	01121774. 000046.20 13.000.000
61	Secretária Executiva	Encaminha PCR/SPE/020/2012 sobre a EMI/MS/MF nº 00056/2012 e Anteprojeto de Decreto s/nº que regulamenta os arts.1º a 13 da Lei nº 12.715/2012,que dispõem acerca do Programa Nacional de Apoio Atenção Oncológica(PRONON)e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência(PRONASP/PCD).	20	01121774. 000088.20 13.000.000
64	Secretária executiva	Encaminha PCR/SPE/021/2013 que altera o Decreto nº 5123/2004,que regulamenta a Lei nº10826/2003,que dispõe acerca registro,posse e comercialização de armas de fogo e munição,sobre o Sistema Nacional de Armas-SINARM,e define crimes;e o Decreto nº 3665/2000,que dá nova redação ao Regulamento para fiscalização de Produtos Controlados(R-105).	21	01121774. 000091.20 13.000.000
104	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/029/2013 sobre PL/5393/2005 que altera a L/7418/1985, DL/5452/1943 e DL2848/1940 para regular direito ao Vale Transporte pelos servidores públicos	29	01121774. 000154.20 13.000.000

113	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha o Parecer 033/12, referente a alteração do projeto nº 4302/12.	33	01121774. 000167.20 13.000.000
119	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR034/2013 que dispõe manifestação sobre mérito do Projeto de Lei de Conversão nº 32 de 2012 - Medida provisória nº 581-A de 2012.	34	01121774. 000178.20 13.000.000
129	Secretária Executiva	Encaminha o Parecer 035/2013, referente ao anteprojeto de Decreto s/n de 2013 e EMI nº 0006/MINC de 22.02.13 - regulamenta a Lei 12.761/12 que institui o programa de cultura do trabalhador e cria o vale-cultura.	35	01121774. 000195.20 13.000.000
131	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha o Parecer nº 037/13, referente a MP 582-A de 2012 - Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013.	37	01121774. 000201.20 13.000.000
39	Secretária Executiva	Encaminha PCR/SPE/039/2013 sobre o Avi/GM/MINC/25/2013 que trata da regulamentação da Lei nº 12.761/2012, que institui o Programa Cultura do Trabalhador, cria o Vale Cultura e dá outras providências.	39	01121774. 000221.20 13.000.000
40	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Pcr sobre Projeto de Lei nº 865, de 2011, encaminhado à sanção da Exma Sra. Presidente da República, dispondo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a criação da Secretaria de Micro e Pequena Empresa e dos respectivos cargos.	40	01121774. 000222.20 13.000.000
43	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Parecer sobre Projeto de Lei nº 7.521, de 2010, encaminhado à sanção da Exma Sra Presidente da República, dispondo sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica.	43	01121774. 000226.20 13.000.000
44	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminho a V.Sa.o PCR/SPE/044/2013 sobre o PL/176/2007, encaminhado à sanção da Presidenta da República, dispondo acerca da isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.	44	01121774. 000234.20 13.000.000
44	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2009 (substituto) - Dispõe sobre o Estatuto da Empresa Pública e da sociedade de economia mista que exploram atividade econômica em sentido estrito de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, em concorrência com a iniciativa priva.	68	01121774. 000329.20 13.000.000
69	Assessoria de Assuntos Parlamentares	PI/7528 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.	69	01121774. 000334.20 13.000.000
85	Secretária executiva	Projeto de Decreto s/n e Exposição de Motivos Interministerial nº 0009/2013 SAC/MF/MP, de 9 de maio de 2013 - Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil, e dá outras providências.	85	01121774. 000362.20 13.000.000
	Secretária Executiva	Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 - nº 6.167 de 2002, na Câmara dos Deputados - Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (FUNCAJU) e dá outras providências.	89	01121774. 000373.20 13.000.000
	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2013 (PL nº 2208 de 2011) - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA -, e dá outras providências - sanção presidencial.	90	01121774. 000380.20 13.000.000
	Assessoria de Assuntos Parlamentares	PLC/30/2013 (PL/2206/2011) - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.	91	01121774. 000381.20 13.000.000

Assessoria de Assuntos Parlamentares	PLC/31/2013 (PL/2204/2011) - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.	92	01121774.000382.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/100/2013 sobre o PLC/253/2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Goiânia e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Teresina e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina.	100	01121774.000406.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Projeto de Lei nº 34-G de 2007 (PLC 196/2008) - Altera os arts. 2º e 3º, 32 e 33 da Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade.	108	01121774.000422.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/109/2013 sobre o PLC/97/2011(PL/2935/2008) que dispõe acerca da destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.	109	01121774.000428.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/117/2013 sobre o PLS/268/2002(PL/7703/2006) que dispõe acerca do exercício da Medicina.	117	01121774.000439.20 13.000.000
Secretária Executiva	Projeto de Decreto s/nº de 2012 e Exposição de Motivos Interministerial nº 00074/2013/MJ/MD/MF de 29 de maio de 2013 - Altera o Decreto nº 5.123 de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-SINARAM, e define crimes; e o Decreto nº 3.665 de 20 de novembro de 2000, que dá nova redação ao Regulamento para fiscalização de Produtos Controlados(R-105).	120	01121774.000448.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	PLS/240/2013-Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.	126	01121774.000464.20 13.000.000
Secretária Executiva	Anteprojeto de Lei Complementar - Altera o art. 48 e acrescenta os parágrafos 1º e 2º do inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para disciplinar a movimentação financeira dos recursos referentes às despesas e a divulgação dos extratos das contas bancárias dos entes da Federação em meios eletrônicos de acesso público nas condições que especifica.	138	01121774.000482.20 13.000.000
Secretária Executiva	Encaminha PCR/SPE/143/2013 sobre Minuta de Projeto Complementar que acrescenta parágrafo único ao art.65 da Lei nº 4320/1964, para permitir a utilização de assinatura ou senha eletrônica nas transações bancárias.	143	01121774.000495.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/152/2013 sobre o PL/6127/2009(PLS/392/2008), que altera o §3º do art.71 da Lei nº 11.355/2006, para incluir entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreira e Cargos da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.	152	01121774.000504.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/155/2013 sobre a alteração dos dispositivos da Lei nº 8036/90, que dispõe acerca do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS).Substitutivo ao PL/4566/2008.	155	01121774.000513.20 13.000.000

Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/156/2013 sobre o PL/150/2006,encaminhado á Sanção Presidencial,definindo organização criminosa e dispondo acerca da investigação criminal,os meios de obtenção da prova,infrações penais correlatas e procedimento criminal.Alterar o Decreto-Lei nº 2848/1940(Código Penal)e revoga a Lei nº 9034/1995.	156	01121774. 000515.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	A SPE expediu pcr/spe/165/2013 sobre Projeto de Lei nº 6.826/2010(PLC nº 39/2013, no Senado) encaminhado à sanção Exmª Sra. Presidente da República, dispondo sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.	165	01121774. 000252.20 13.000.000
Secretária Executiva	Projeto de Lei nº 5.897 de 2013 - Institui o Fundo Nacional de Apoio à Cultura do Coqueiro-da-baía - FUNDACOCO.	172	01121774. 000547.20 13.000.000
Secretária Executiva	Projeto de Decreto s/nº e EMI/MF/0028/2013 de 22/07/2013 - Dá Nova redação ao artigo 2º do Decreto/4.213/2002 de 26/04/2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDENE.	173	01121774. 000553.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/175/2013 sobre a alteração da Lei nº 4.320/64,para dispor sobre tratamento a ser dado aos restos a pagar.	175	01121774. 000562.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/176/2013 sobre o PLC/47/2013(PL/4264-D/2012)que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos especificados,em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção,controle,fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços-sanção presidencial.	176	01121774. 000564.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/188/2013 sobre O RI/772/2013 que trata das informações sobre o resultado das desonerações concedidas a diversos setores da economia pela Lei.12794/2012(proveniente da Conversão da MP/582/2012)e pela MP/612/2013,no tocante a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal(CPP)pela Contribuição sobre o Faturamento Bruto(CPRB),constantes do Brasil Maior.	188	01121774. 0006000.2 013.000.00 0
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Memo 1233/AAP/-GM-MF, Medida Provisória 617-2013 - Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e de Caráter Urbano de Passageiros - REITUP.	193	01121774. 000607.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	PL/5744/2013-Altera o caput do art. 13, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências", para estabelecer taxas de juros diferenciadas para a remuneração dos depósitos vinculados.	196	01121774. 000617.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Projeto de Lei 4.428/2004 - Autoriza o Poder executivo a criar o Colégio Militar nas cidades de Boa Vista, no estado de Roraima e de Rio Branco, no Estado de Acre.	201	01121774. 000638.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/215/2013 sobre o PLC/26/2013(MP/621/2013),encaminhado à sanção da Presidente da República,instituindo o Programa Mais Médicos e alterando as Leis nºs8745/1993 e 6932/1981.	215	01121774. 000682.20 13.000.000
Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/221/2013 sobre o PLC/416/2008(PLS/98/2002)encaminhado à Sanção Presidencial,dispondo sobre o procedimento para criação,incorporação,fusão e desmembramento de municípios,nos termos do §4º do art.18 da Constituição Federal.	221	01121774. 000699.20 13.000.000

	Assessoria de Assuntos Parlamentares	PLC 31/2012(PL 4268/2008), encaminhado à sanção da Presidente da República, alterando Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre implantação de faixas, passarelas ou passagens subterrâneas para travessia de pedestres nas proximidades de estabelecimentos de ensino.	230	01121774.000721.20 13.000.000
	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/247/2013 sobre o PLC/323/2009(PL/1372/2003,na origem)encaminhado à sanção da Exmª Sra.Presidente da República,autorizando a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia.	247	01121774.000768.20 13.000.000
248	Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha PCR/SPE/248/2013 sobre o PL/6397/2013(PLS/441/2013)que altera as Leis:4737/65,9096/95,9504/97,para diminuir o custo das campanhas eleitorais,e revoga dispositivos das Leis:4737/65 e 9504/97.	248	01121774.000769.20 13.000.000

NOTAS

Tabela 59 - Resultados alcançados: COGPP

Demandante	Assunto	Nº parecer	Data/expedição	Nº comprot
Sec.Executiva	Encaminha a Vossa Senhoria a Nota/SPE/011/2013 que propõe ajuste normativo pertinente à desoneração da folha de pagamento de produto classificado no código 8544.49.00 da Tabela de Incidência do imposto de Produtos Industrializados-TIPI.	11	15/02/2013	01121774.000109.2013.000.000
Sec.Executiva	Encaminha NT/17/2013 sobre a proposta de ajuste normativo pertinente à desoneração da folha de pagamento de produtos da cadeia produtiva de cobre	17	08/03/2013	01121774.000179.2013.000.000
Sec.Executiva	Desoneração tributária da contribuição patronal à Previdência Social para segmentos selecionados do setor de serviços e da indústria e substituição por contribuição sobre a receita bruta ou faturamento.	30	03/04/2013	01121774.000242.2013.000.000
Sec.Executiva	PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS METODOLOGIAS DE APURAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA UTILIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E IBGE	24	27/03/2013	01121774.000335.2013.000.000
Sec.Executiva	Estimativa da Carga Tributária Bruta e Líquida.	25	27/03/2013	01121774.000228.2013.000.000

SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, FÓRUMS E PALESTRAS

Tabela 60 - Resultados alcançados: COGPP

Curso	Instituição organizadora	Período
Curso Introdutório Mudança global do clima e gestão pública de Fazenda e Planejamento no Brasil	Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	8 a 12/4/2013
Curso de Econometria de Séries Temporais	Escola de Administração Fazendária (Esaf) e Tesouro Nacional (TN)	1/3 a 28/6/2013
Curso de Econometria de Dados em Painel - Modelos de Escolha Qualitativa e Método dos Momentos Generalizados	Escola de Administração Fazendária (Esaf) e Tesouro Nacional (TN)	06/set/2013 - 18/out/2013
Mini-curso de modelagem: “Equilíbrio geral computável” e “Enfoque de Insumo-produto”	Secretaria de Política Econômica (SPE)	27 e 28/5/2013
Treinamento: “Funções básicas para uso do modelo BeGreen”	Ministério da Fazenda no âmbito da PMR - Partnership for Market Readiness (Banco Mundial), ministrado por professores da CEDEPLAR/UFMG	13 e 14/11/2013
Curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	11/11/2013 a 13/11/2013
Governança e Renúncias Tributárias	Tribunal de Contas da União (TCU)	23 de agosto de 2013
“O Estado e a Federação: Crise e Reformas”	Senado Federal	27/11/2013
“Accountability, Governos Locais e Finanças Públicas”	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto	15 a 18/4/2013
XVI Seminario Nacional de Presupuesto de Paraguay - “Responsabilidad Fiscal: Credibilidad y Estabilidad de la Política Fiscal”	Asociación Paraguaya de Presupuesto Público (APAPP)	De 16 a 18/10/2013
Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas	Escola de Administração Fazendária (Esaf)	27 e 28/5, 01 e 02/8 e 24 e 25/10/2013
Reforma Orçamentária e Gestão Pública: para além do ajuste fiscal	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	18/09/2013
46ª Jornadas Internacionales de Finanzas Públicas		20/11/2013
Fórum Fiscal dos Estados - Adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: dificuldades, facilidades e benefícios do processo de convergência para o entes estaduais	Escola de Administração Fazendária (Esaf)	13/12/2013
II Ciclo de Debates Sobre a Qualidade do Gasto Público - Tema: “Pensando a Formação de Lideranças em Organizações Públicas e Privadas”	Escola de Administração Fazendária (Esaf)	15/10/2013
Estudo Internacional: “Fortalecimento da Governança Pública”	Tribunal de Contas da União (TCU)	De 8/10/2013 a 10/10/2013
Desafios da Interlocução Federativa para o Planejamento Plurianual	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	16/10/2013
Construindo Modelos de Apoio à Decisão nas Organizações	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	17/10/2013
SEMINÁRIO DE PESQUISA CERME-CIEF-LAPCIPP-MESP - A pressa é inimiga da participação (e do controle)?	The Economics and Politics (CNPq) Research Group	20/11/2013
6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – 6 CBAPL	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	De 3/12/2013 a 5/12/2013

4. SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE

Tabela 61 - Resumo das atividades da Secretaria Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2013

Documentos/Atos	Quant.
Votos CMN	62
Resolução CMN	55
Pareceres	35
Leis, Decretos, Projetos de Lei e MPs	9
Notas Técnicas	41
Portarias	11
Ofícios	31
Representações - Conselhos e afins	78
Participação em Reuniões - Conselhos e afins	1.077

DECRETOS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS				
Tipo	Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
Decreto	7.890	18.01	Altera o Decreto nº 7.837, de 9 de novembro de 2012, que dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, e sobre o valor do benefício Garantia-Safra, de que a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012.	Fixou o valor adicional do Benefício Garantia-Safra em até R\$ 560,00 por família para a safra 2011/2012.
Decreto	7.977	02.04	Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012.	Fixou o valor da ampliação do adicional ao Benefício Garantia-Safra em até R\$ 560,00 por família para a safra 2011/2012.
Decreto	7.978	02.04	Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, nos Municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.	Autorizou o Conselho Monetário Nacional a definir bônus de adimplência de até 80% sobre o valor de cada parcela paga até a data do vencimento das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas, no âmbito do Pronaf, nos Municípios da área de atuação da Sudene, com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011.
Decreto	8.025	06.06	Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Alterou o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Decreto	8.026	06.06	Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.	Alterou os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais.
Decreto	8.079	20.08	Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2011/2012 de que trata a Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013.	Pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2011/2012.
Decreto	8.177	27.12	Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.	Autorizou a concessão de rebate de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf, cujo risco seja dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou da União e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf.
Decreto	8.178	27.12	Autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - Proger Rural Familiar.	Concessão de rebate de até 65%, limitado a R\$ 1.750,00, sobre o saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio ao amparo do Pronaf contratadas até 30 de junho de 2008, e do Proger Rural Familiar contratadas de 26 de junho de 2003 a 28 de junho de 2004, que estavam em situação de inadimplência em 22 de novembro de 2011, cujo saldo devedor atualizado seja de até R\$ 10.000,00.
Decreto	8.179	27.12	Regulamenta o art. 8º da Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.	Remitiu as operações de crédito rural ao amparo do Progera, contratadas com recursos do Orçamento Geral da União, cuja soma dos saldos devedores por mutuário seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e autorizou o Conselho Monetário Nacional - CMN a: definir as condições para a remissão das operações de crédito rural ao amparo do Progera contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento cuja soma dos saldos devedores por mutuário seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e definir as condições para a concessão de rebate de 80% sobre o devedor, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00.

TOTAL				
9				

PORTARIAS				
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	
46	23.01	Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de Subvenção econômica , na forma de equalização de Preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Conab, por intermédio dos Instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para laranja in natura, da safra 2012	Garantir o Preço Mínimo ao produtor rural e o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção.	
103	27.02	Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM , Processo nº 2100.005473/2012-15, Referente à Portaria Interministerial/MAPA/MF/MP nº 601, de 29 de junho de 2012, alterada pela Portaria Interministerial/MAPA/MF/MP nº 1.171, de 26 de dezembro de 2012, para a ter vigência até 31 de maio de 2013, exclusivamente para as áreas atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Garantir o abastecimento aos pequenos criadores da área de atuação da SUDENE.	
115	01.03	Ficam Estabelecidos os seguintes critérios para a compra de milho em grãos, para o atendimento do Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Garantir o abastecimento aos pequenos criadores da área de atuação da SUDENE.	
220	16.04	Visa o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM , Processo nº 2100.005473/2012-15 - de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966...Resolvem o Inciso III do art. 1º da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP nº 601, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: art. 1º..... III – limite de aquisição por beneficiários/mês/preço de venda:....	Garantir o abastecimento aos pequenos criadores da área de atuação da SUDENE.	
221	16.04	Resolvem: Art. 1º Os incisos II e III do art. 1º da Portaria Interministerial nº 115, de 1º de março de 2013, (Processo nº 2100.000655/2013-81 passam a vigorar com as seguintes redações: Art. 1º II – quantidade: até 300 mil toneladas de milho, sendo quantitativo a ser adquirido, por mês, definido pelos representantes da Câmara Técnica do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos – CIEP, de que trata o Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013.	Garantir o abastecimento aos pequenos criadores da área de atuação da SUDENE.	
330	22.05	Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para o lançamento de contrato de opção de Venda Público (COV) para milho em grãos das safras 2012/2013 e 2013 (PGPM)	Garantir o Preço de Exercício ao produtor rural e a formação de estoque público no caso do exercício da opção.	

496	05.07	Ficam estabelecidos os parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos seguintes instrumentos de apoio à comercialização, para o milho em grãos , das safras 2012/13 e 2013. Processo nº 21000.003962/2013-13.	Garantir o Preço Mínimo ao produtor rural e o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção.
497	05.07	1º O art. 1º da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP Nº 601, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art.1º I - beneficiários situados e com atividade nos municípios amparados pela SUDENE: avicultor, suinocultor, bovinocultor, caprinocultor e ovinocultor; II - quantidade de produto a ser disponibilizado para o programa: até 1 (hum) milhão de toneladas; Processo nº 21000.005473/2012-15	Garantir o abastecimento aos pequenos criadores da área de atuação da SUDENE.
842	05.09	Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para o lançamento de Contrato de Opção de Venda público (COV) para o café arábica , tipo 6, bebida dura para melhor, com até 86 defeitos, peneira 13, admitido até 10% de vazamento e teor de umidade de até 12,5%, colhido em 2013, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.	Garantir o Preço de Exercício ao produtor rural e a formação de estoque público no caso do exercício da opção.
1	16.10	Art. 1º Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e do prêmio equalizador pago ao produtor rural e/ou cooperativa - PEPRO para a uva in natura, da safra 2012/2013: Processo nº 55000.0001714/2013-50.	Garantir o Preço Mínimo ao produtor rural e o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção.
1.297	27.12	Art. 1º Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO), para a laranja (Citrus sinensis) , da safra 2013/2014:	Garantir o Preço Mínimo ao produtor rural e o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção.
TOTAL 11			

VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº	Data	Nº.	Data		

1	04.01	4.178	07.01	Altera as normas para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.141-BR, de que trata a Seção 8 do Capítulo 18 do Manual de Crédito Rural (MCR 18-8),	Alterar as condições para renegociação com vistas a atender as demandas dos movimentos sociais e a redução da inadimplência do Programa
2	04.01	4.177	07.01	Altera as normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Seção 1 do Capítulo 12 do Manual de Crédito Rural (MCR 12-1)	Consolidar o programa como instrumento de acesso à terra e de superação da pobreza no meio rural, com condições de financiamento mais favorecidas pela redução das taxas de juros, revisão dos bônus de adimplência e ampliação dos prazos de reembolso.
3	04.01	4.179	07.01	Altera a Resolução nº 4.112, de 10 de julho de 2012, para ampliar o volume e incluir nova fonte de recursos para aplicação na linha especial de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para agricultores familiares de municípios da Região Sul afetados por seca ou estiagem.	Permitir que um número maior de agricultores familiares da região Sul atingidos pela ausência de chuvas, tenham acesso a Linha de Crédito.
4	04.01	4.180	07.01	Dispõe Sobre o redirecionamento de recursos do exercício de 2012 do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).	Redirecionar os recursos entre as linhas de crédito contratadas com recursos do Funcafé.
5	04.01	4.181	07.01	Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de janeiro de 2001.	Definir os encargos financeiros e o bônus de adimplência a serem aplicados pelas instituições financeiras nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.
13	27.02	4.188	28.02	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e altera a Resolução nº4.082, de 22 de maio de 2012.	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
14	28.02	4.189	28.02	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e altera a Resolução nº 4.083, de 22 de maio de 2012.	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.

15	28.02	4.190	28.02	Prorroga os prazos para a contratação das linhas especiais de crédito de investimento e de custeio para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 10-19-7 e 9).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
16	27.02	Portaria MAPA nº 308	17.05	Estabelece preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
31	27.03	4.204	28.03	Concede novo prazo para contratação de operações ao amparo das linhas especiais de crédito , com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para atender agricultores familiares e produtores rurais afetados pelas enchentes ou enxurradas na Região Norte, de que tratam o MRC 4-7-2 e MCR 10-19-5 e 8.	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias da região Norte em função das enchentes ou enxurradas promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
32	27.03	4.205	28.03	Altera o prazo para formalização da composição de dívidas de produtores rurais de maçã, de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 18-2-8).	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas.
33	27.03	4.206	28.03	Altera as normas para contratação e renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Célula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147 –BR, de que trata o MCR 18-8.	Ajustar a norma para melhor operacionalização.
34	27.03	4.207	28.03	Concede novo prazo para contratação de linha especial de crédito , com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para atender empreendedores afetados pelas enchentes ou enxurradas na Região Norte, de que trata a Resolução nº 4.080 de 22 de maio de 2012.	Estender o prazo de contratação da linha especial de crédito para atender a um número maior de empreendedores.
35	27.03	4.213	30.04	Define a remuneração das instituições financeiras nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste, e Centro-Oeste no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Definir a remuneração das instituições financeiras nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais, em consonância com o disposto no 6º-B da Lei nº 10.177, de 12.1.2001.

36	27.03	4.208	28.03	Altera as disposições do Manual de Crédito Rural (MCR 18-15) e autoriza a reprogramação do reembolso de operações de crédito rural para estocagem de café contratadas ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), dos recursos Obrigatórios (MCR 6-2) ou dos Recursos da Poupança Rural (MCR 6-4).	Reduzir a volatilidade dos preços do café no mercado nacional e recuperação financeira dos cafeicultores.
38	17.04	4.212	18.04	Autoriza a renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014 , de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
39	17.04	4211	18.04	Autoriza a renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014 , de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
40	17.04	4.210	18.04	Altera a Resolução nº 4.147, de 25 de outubro de 2012, que institui linha de crédito rural , com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Liquidação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas com risco compartilhado ou integral do tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais.
41	24.04	4.214	30.04	Estabelece novos prazos para reembolso e contratação da linha especial de crédito , com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para atender produtores rurais afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de que trata o MCR 4-7-1.	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
42	24.04	4.215	30.04	Prorroga os prazos para a contratação das linhas de crédito de investimento e de custeio para agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de que trata o MCR10-19-7 e 9.	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.

43	24.04	4.216	30.04	Institui linhas de financiamento para estocagem de etanol combustível.	Reduzir a volatilidade de preço do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.
44	24.04	4.218	30.04	Altera prazos de contratação e reembolso da composição de dívidas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) , de que trata a Resolução nº 4.028, de 18 novembro de 2011.	Apoiar os agricultores familiares que têm passado por dificuldades para manter as operações de crédito em situação de adimplência e que necessitam renegociar suas dívidas com prazos mais longos.
45	24.04	4.219	30.04	Autoriza a composição de dívidas referentes às prestações com vencimento em 2012, 2013, e 2014 , de operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
46	24.04	4.220	30.04	Autoriza a composição de dívidas referentes às prestações, com vencimento em 2012, 2013 e 2014 , de operações de crédito rural de investimento contratadas, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
49	30.04	Portaria MAPA nº 309	17.05	Fixa os preços mínimos para os cafés arábica e robusta colhidos em 2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
56	18.06	4.226	18.06	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir de 1º de julho de 2013.	Ajustar as normas de financiamento do crédito rural, no Plano Safra 2013/2014, visando o melhor desenvolvimento do setor agropecuário e estímulo aos produtores rurais.
57	18.06	4.227	18.06	Ajusta as normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2013.	Ajustar as normas de financiamento do crédito rural, no Plano Safra 2013/2014, visando o melhor desenvolvimento do setor agropecuário e estímulo aos produtores rurais.
58	18.06	4.228	18.06	Altera as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) , de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir de 1º de julho de 2013.	Ajustar as normas de financiamento do crédito rural, no Plano Safra 2013/2014, visando o melhor desenvolvimento do setor agropecuário e estímulo aos agricultores familiares.

59	18.06	4.229	18.06	Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) a partir de 1º de julho de 2013.	Ajustar as normas de financiamento do crédito rural, no Plano Safra 2013/2014, visando o melhor desenvolvimento do setor e estímulo aos cafeicultores.
60	18.06	4.230	18.06	Altera os prazos para manifestação de interesse e formalização da renegociação de dívidas de crédito rural contratadas por produtores rurais de arroz, de que trata a Seção 14 (Operações de Custeio e Investimento Contratadas por Produtores de Arroz) do Capítulo 18 (Renegociação de Dívidas Originárias de Operações de Crédito Rural) do Manual de Crédito Rural (MCR).	Permitir que um número maior de orizicultores renegociem suas dívidas de crédito rural com vistas a amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.
61	18.06	4.231	18.06	Institui, no âmbito do BNDES, o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Rural) destinado aos produtores rurais de cana-de-açúcar.	Estímulo a renovação e ampliação dos canaviais com vistas a aumentar a produtividade.
62	18.06	4.232	18.06	Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Industrial) destinado aos produtores de açúcar e etanol.	Estímulo a renovação e ampliação dos canaviais com vistas a aumentar a produtividade.
78	26.06	Portaria MAPA nº 697	07.08	Fixa Preços mínimos para as culturas de verão , regionais e da sociobiodiversidade da safra 2013/2014 e de produtos das regiões Norte e Nordeste da safra 2014.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
83	11.07	4.247	11.07	Altera as disposições do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).	Assegurar a remuneração dos custos variáveis de produção aos agricultores familiares que contraem financiamentos junto ao Pronaf.
84	16.07	4.248	16.07	Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) , de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR) para o Plano Safra Semiárido 2013/2014.	Estabelecer ações estruturantes para convivência com o semiárido e incentivos creditícios diferenciados para sua implementação, destinadas aos agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado na área do semiárido abrangido pela Sudene.
85	16.07	4.249	16.07	Dispõe sobre a documentação exigida para concessão de crédito rural em municípios do bioma Amazônia em substituição ao Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e ajustes nas normas gerais do crédito rural.	Ajustar as disposições gerais para operacionalização do crédito rural.
86	16.07	4.250	16.07	Autoriza a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas entre 2007 e 2011 , no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.

				(Sudene).	
87	16.07	4.251	16.07	Autoriza a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas, entre 2007 e 2011, por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
88	16.07	4.252	16.07	Altera as Resoluções ns. 4.211 e 4.212, de 18 de abril de 2013, que tratam da renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento de agricultores familiares e produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Minimizar os prejuízos causados pela estiagem na área de atuação da Sudene.
89	16.07	Portaria MAPA nº 700	14.08	Fixa Preços Mínimos para o Cacau cultivado e Extrativo da safra 2014.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
90	16.07	4.253	16.07	Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR).	Ajustar as normas para operacionalização da linhas de crédito contratadas no âmbito do Pronaf a partir de 1º de julho de 2013.
91	16.07	4.254	16.07	Ajusta as normas gerais do crédito rural, para o Plano Safra Semiárido 2013/2014.	Ajustar as normas para operacionalização do Plano Safra Semiárido 2013/2014.
93	24.07	4.256	25.07	Altera o limite de crédito por tomador nas operações ao amparo do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred).	Elevar o limite de crédito do tomador com vistas a intensificar o desempenho do Programa.
95	08.08	4.258	08.08	Ajusta as normas do Programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Ajustar as normas para operacionalização das linhas de crédito contratadas com recursos do BNDES.
97	21.08	4.260	22.08	Institui linha de crédito rural, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Minimizar os prejuízos causados aos agricultores familiares por intempéries climáticas.
98	21.08	Portaria MAPA nº 1.146	22.11	Define os preços Mínimos para o algodão, o amendoim e a borracha natural da safra 2013/2014.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.

99	21.08	4.261	22.08	Ajusta as normas do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) , amparado por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Ajustar as normas para melhor operacionalização do Programa.
108	25.09	4.267	30.09	Dispõe sobre financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).	Regulamentar a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FNMC.
109	25.09	4.268	30.09	Altera o prazo para formalização da renegociação de dívidas de crédito rural contratadas por produtores rurais de arroz , de que trata o MCR 18-14-2-"a"; promove ajuste nas normas do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), amparado em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de que trata o MCR 13-2; e revoga o art. 3º da Resolução nº 4.126, de 23 de agosto de 2012, que autoriza a composição de dívidas de produtores rurais de maçã, de que trata o MCR 18-2-11.	Ajustes nas normas para melhor operacionalização dos Programas ou Linhas de Crédito.
110	25.09	4.269	30.09	Altera as normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária , de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR) 12-1, e as normas para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147- BR, de que trata o MCR 18-8.	Ajustar as normas para contratação e renegociação das operações de crédito contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da reforma Agrária.
111	25.09	4.272	02.10	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural destinadas à produção de soja, milho e trigo, contratadas por produtores rurais nas Safras 2003/2004 a 2010/2011, nos municípios atingidos por estiagem nos anos de 2005 e 2012, no estado do Rio Grande do Sul.	Promover a recuperação financeira dos produtores de soja, milho e trigo, dos municípios do Rio grande do Sul que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem.
112	25.09	4.266	30.09	Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) , ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR) 10-15.	Assegurar a remuneração dos custos variáveis de produção aos agricultores familiares que contraem financiamentos junto ao Pronaf.
117	30.10	Portaria MAPA nº 1.128	12.11	Define o preço mínimo para a laranja in natura, safra 2013/2014	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.

132	20.11	4.285	22.11	Altera a Resolução nº 4.260, de 22 de agosto de 2013, que institui linha de crédito rural , com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Minimizar os prejuízos causados aos agricultores familiares por intempéries climáticas.
133	20.11	4.286	22.11	Ajusta normas gerais do crédito rural e programas Amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR).	Ajustar as normas para melhor operacionalização das Linhas de Crédito contratadas com recursos do BNDES.
134	20.11	4.287	22.11	Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) , de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR).	Ajustar as normas para melhor operacionalização das Linhas de Crédito contratadas no âmbito do Pronaf.
135	20.11	4.288	22.11	Define a remuneração das instituições financeiras pelos serviços de análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos de financiamentos contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).	Regulamentar o art. 18 da lei nº 12.712, de 30.8.2012, que remete ao CMN a competência para definir a remuneração dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento.
137	20.11	4.289	22.11	Autoriza a renegociação de parcelas de financiamentos rurais vinculados a lavouras de café arábica.	Apoio a produção à comercialização de café e a preservação da capacidade creditícia dos cafeicultores .
149	30.12			Define o preço mínimo para a uva industrial da Safra 2013/2014	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
150	30.12	4.297	30.12	Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.	Normatizar os disposto no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.1.2001, que remete ao CMN a competência para definir encargos financeiros e bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais.
151	30.12	4.298	30.12	Autoriza a concessão de rebate para liquidação e a renegociação de operações contratadas ao amparo dos Grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Oferecer condições favoráveis para liquidação e renegociação das operações de crédito rural de beneficiários da reforma agrária.
152	30.12	4.299	30.12	Autoriza a concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).	Condições favoráveis para liquidação das dívidas rurais contratadas por agricultores familiares.
Total 62					

PARECERES

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	Situação atual
1	04.01	Projeto de Lei PLC nº 0229/1995 (Origem: 06381/2005, Câmara dos Deputados) – aprovado pelo Congresso Nacional (CN) – em fase de sanção da Presidência da República (Plano Nacional de Irrigação).	Parecer favorável à sanção do PL em questão, na redação apresentada	PL transformado na Lei nº 12.787, de 2013
6	17.01	Minuta da Medida Provisória para ampliar o valor do Benefício Garantia Safra , de que trata a Lei nº 10.420, de 10 abril de 2002, e do Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.	Paracer favorável à tramitação da minuta de Medida Provisória em questão	MP convertida na Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.
7	17.01	Minuta do Decreto para ampliar o valor do Benefício Garantia Safra , de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e do Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de Setembro de 2004.	Paracer favorável à tramitação da minuta de Medida Provisória em questão	MP convertida na Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.
8	18.01	Minuta de Medida Provisória que estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Paracer favorável à tramitação da minuta de Medida Provisória em questão, desde que consideradas as observações da STN e PGFN	
12	24.01	Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012 , que institui Política Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.	Paracer favorável à tramitação do PL, nos termos apresentados	Matéria aprovada no Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados
32	05.03	Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012 – Conversão da Medida Provisória 581/2012.	Parecer com recomendação de vetos a incisos da proposta, que trata do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	Matéria em fase de sanção desde 27/02/2013
56	17.03	Projeto de Lei nº 708, de 2007 – Estende os incentivos especiais de que trata o art. 103 da Lei nº 8.171 , de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração, lavouras e pecuária.	Paracer favorável à tramitação do PL, nos termos apresentados	PL convertido na Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013
71	17.05	Minuta de medida provisória que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana de açúcar e de etanol da região Nordeste , referente à produção da safra 2011/2012.	Parecer favorável à minuta de MP em anexo, nos termos apresentados	
87	27.05	EMI nº 00013/2012 MAPA MF – Proposta de Alteração ao parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001.	Ratificação do parecer nº 61, de 10 de maio de 2012, contrário à tramitação do Decreto em questão.	Decreto não foi publicado
88	03.06	Alteração do Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011 , que regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Programa de Fomento.	Paracer favorável à minuta de Decreto, nos termos apresentados	Minuta convertida no Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013

93	04.06	EMI nº 000007/2013 MDS, MAPA, MF, MDA, MP, de 29 de maio de 2013 – Proposta de alteração ao artigo 18 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.	Parecer favorável à alteração proposta pela EMI em questão, com ajuste de redação	Modificação efetivada na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.
94	04.06	EMI nº 00019/2013 MAPA, MF, de 03 de junho de 2013 – Proposta para edição de Medida Provisória que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab a contratar diretamente o Banco do Brasil, como seu mandatário, para realizar obras e serviços no âmbito da sua rede armazenadora em todo o território federal.	Parecer favorável à alteração proposta pela EMI em questão, nos termos propostos	Modificação efetivada no PLV nº 25, de 2013
98	06.06	Proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA para o orçamento de Segurança alimentar e nutricional e a revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	Matéria não afeta à SPE. Sugestão de consulta à STN e SOF/MP	
99	06.06	Minuta de Medida Provisória que altera os prazos máximos de penhor agrícola e penhor rural e inclui o setor brasileiro de armazenagem de grãos como beneficiário do programa de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de juros.	Parecer favorável à proposta de MP	Modificação efetivada na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.
125	04.07	Minuta de Medida Provisória que altera a Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Programa de Fomento e do Decreto 7.644/2011, que regulamenta.	Parecer favorável à tramitação da MP, com base nas sugestões apresentadas pela Casa Civil	Modificação efetivada na Lei nº 12.884, de 19 de junho de 2013.
132	15.07	Ofício nos 008-2013/UNIDA e 010-2013/UNIDA – sugestão para regulamentação da Medida Provisória nº 615, de 17 de Maio de 2013.	Parecer contrário à sugestão apresentada nos Ofícios	A MP 615, de 2013, foi convertida na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, mas ainda não foi regulamentada
133	16.07	PL 455/2012 Altera a redação do Art. 2º da Lei nº 8.174, de 30.01.91 , que dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos.	Parecer contrário à tramitação do PL apresentado, por não ser necessário ao regime de defesa comercial em vigor.	Tramitação deste PL não avançou; há projeto similar em tramitação na Câmara (PL nº 930/2007), sem movimentações desde 2011.
134	16.07	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013 (MP nº 610, de 2013) , em fase de sanção presidencial, que Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda e pequenos criadores, nos termos que especifica, institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural, e dá outras providências.	Parecer com propostas de veto ao PLV em questão, assim como sugestões de novos dispositivos	PLV convertido na Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, acatando as propostas de veto

169	05.08	Substitutivo ao PLC nº 42, de 2012 , que altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Parecer favorável ao PLC, desde que consideradas as solicitações de alteração contidas no parecer	Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, sem considerar as sugestões apresentadas no Parecer. Matéria encaminhada à Câmara dos Deputados
174	16.08	Projeto de Lei da Câmara nº 99 de 2012 , que fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	Parecer favorável à sanção do PL em questão, apesar das impropriedades na redação	PL convertido na Lei nº 12.854, de 26 de agosto de 2013
179	29.08	Projetos de Lei nºs 5.018 (origem PLS 2012/238) e 5.846, de 2013, que alteram a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2013, para estender a cobertura do Benefício Garantia-Safra para municípios das regiões de atuação da SUDAM, com incorporação de mais produtos agrícolas objeto de cobertura, e da SUDECO.	Parecer contrário à aprovação do PL em questão, por acarretar aumento de despesa em caráter continuado e desequilibrar o fluxo financeiro do Fundo Garantia-Safra	Matéria aguardando relatório na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)
185	06.09	Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2013 – Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo.	Parecer contrário à proposição em questão, uma vez que os produtos extrativos ou agroextrativos já estão contemplados na política agrícola	Matéria aguardando relatório na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)
186	09.09	Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 6.005 , de 2013 – Dispõe sobre a criação do Serviço Social da Aquicultura e Pesca (Sesap) e do Serviço Nacional de Aprendizagem de Aquicultura e Pesca (Senap).	Não houve manifestação sobre o tema, que não é afeto a esta Secretaria	PL apensado ao PL nº 3.483, de 2012
187	09.09	Projeto de Lei nº 5803/2013 - Dispõe sobre a criação do Distrito Florestal Sustentável do Cacaú no Estado do Pará.	Não houve manifestação sobre o tema, que não é afeto a esta Secretaria	Matéria aguardando relatório na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
198	19.09	Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 2013, referente à Medida Provisória nº 615-A , a qual autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol combustível e a renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros, além de dar outras providências.	Parecer favorável à sanção do PLV em questão, na redação apresentada.	PLV convertido na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

204	02.10	Exposição de Motivos nº 36/2013, do Ministério da Integração Nacional - Proposta de Medida Provisória que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.	Parecer favorável à tramitação da minuta de MP, com sugestão de alteração no art. nº 39-A	
211	07.10	Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2013 (MP nº 618, de 2013), em fase de sanção presidencial, que entre outras medidas altera a Lei nº 10.552 , de 13 de novembro de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00, em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962, 11.345, de 14 de setembro de 2006, 12.844, de 19 de julho de 2013, e 12.249, de 11 de junho de 2010; revoga a Lei nº 10.951, de 22 de setembro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 12.844, de 19 de julho de 2013, e 12.761, de 27 de dezembro de 2012; e dá outras providências.	Parecer favorável à sanção do PLV em questão, na redação apresentada.	PLV convertido na Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013.
213	14.10	Minuta de Portaria Interministerial instituindo o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo Brasil Agroecológico.	Parecer favorável à publicação da portaria interministerial nos termos propostos	Minuta convertida na Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013
217	22.10	Medida Provisória nº 619-A/2013, Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 – Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab a utilizar o Regime Diferenciado de contratações Públicas - RDC, bem como a contratar prestadores de serviço de armazenagem ou unidades armazenadoras para guarda e conservação dos estoques públicos e/ou privados, e dá outras providências.	Parecer favorável ao PLC, com sugestão de veto aos artigos nº 3 e 21	Matéria aguardando sanção presidencial
249	28.11	PL nº 6.324/2013 – Dispõe sobre o Regime Jurídico de uso do Bioma Cerrado , altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei nº 10.257, de julho de 2001 e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL apresentado, em função de suas fragilidade e da necessidade de avaliar melhor o impacto sobre as atividades econômicas da região	Matéria aguardando constituição de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; aguardando encaminhamento na Coordenação de Comissões Permanentes

250	04.12	PLC nº 2013/081 (origem PL 2013/5740) – Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, e dá outras providências.	Parecer favorável à sanção integral do texto apresentado	PL convertido na Lei nº 12.897, de 18 dezembro de 2013.
252	09.12	Minuta de Medida Provisória que institui o Programa de Instalação e Inclusão Produtiva da Reforma Agrária; concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.	Parecer favorável à tramitação da minuta de MP	
265	18.12	Projeto de Lei nº 7.416/2010 , que dispõe sobre a inclusão da carne suína na pauta dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.	Parecer contrário à tramitação do PL em questão, em função de a cadeia produtiva de suínos já receber outros incentivos e subsídios	PL enviado à sanção presidencial
266	18.12	Minuta de Medida Provisória que institui o Programa de Instalação e Inclusão Produtiva da Reforma Agrária; concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.	Parecer favorável à continuidade de tramitação da minuta de MP	
268	23.12	Minutas de Medida Provisória (MP) e de Decretos que dispõem sobre a ampliação do valor do Benefício Garantia-Safra para a safra 2012/2013, sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro do âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, relativo aos desastres climáticos ocorridos em 2012, e sobre a alteração do Decreto nº 5.125, de 1º de julho de 2004, para ingresso de representante do Ministério da Fazenda no Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, e dão outras providências.	Parecer favorável à media proposta, desde que observadas as disponibilidades orçamentário-financeiras da União.	Minuta convertida na Medida Provisória nº 635, de 26 de dezembro de 2013.
Total				
35				

OFÍCIOS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
17	24.01	Ofício nº 0333/2013 – AGU/PRU/G3/Img, de 18 de janeiro de 2013 – Pedido de Manifestação sobre Laudo – Processo nº 0050433-22.2000-403.6100 – 1ª VF/São Paulo Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná X União Federal.	Manifestação da Secretaria sobre ofício nº 0333/2013 – AGU/PRU/G3/Img, de 18 de janeiro de 2013 do Laudo – Processo nº 0050433-22.2000-403.6100 – 1ª VF/São Paulo Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná X União Federal, informando que a servidora designada não mais exerce função no Ministério.
18	24.01	Ofício nº 0333/2013 – AGU/PRU/G3/Img, de 18 de janeiro de 2013 – Pedido de Manifestação sobre Laudo – Processo nº 0050433-22.2000-403.6100 – 1ª VF/São Paulo Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná X União Federal.	Manifestação da Secretaria sobre ofício nº 0333/2013 – AGU/PRU/G3/Img, de 18 de janeiro de 2013 do Laudo – Processo nº 0050433-22.2000-403.6100 – 1ª VF/São Paulo Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná X União Federal, informando que a servidora designada não mais exerce função no Ministério.

38	06.02	Aviso de Leilão de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa de laranja In Natura – PEPRO n° 016/13, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab no dia 25/01/13 e Comunicado DIRAB/SUOPE/GEOPE n° 25, de 29/01/13.	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito do Aviso de Leilão de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa de laranja In Natura – PEPRO n° 016/13, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab no dia 25/01/13 e Comunicado DIRAB/SUOPE/GEOPE n° 25, de 29/01/13.
40	15.02	Doação de milho para os pequenos ovinocaprinocultores do Nordeste Brasileiro.	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA sobre a doação de milho para os pequenos ovinocaprinocultores do Nordeste Brasileiro.
41	15.02	Doação de milho para os pequenos ovinocaprinocultores do Nordeste Brasileiro.	Solicitação de informações ao Conseagri sobre a doação de milho para os pequenos ovinocaprinocultores do Nordeste Brasileiro.
65	13.03	Carta S/N, de 17 de janeiro de 2013 , da Associação de Mulher do Campo e da Cidade de Caridade e Adjacências/CE.	Solicitação de informações ao Banco do Nordeste - BNB sobre Carta S/N, de 17 de janeiro de 2013 , da Associação de Mulher do Campo e da Cidade de Caridade e Adjacências/CE.
73	19.04	Carta 00063.001826/2013-84, de 12 de março de 2013 , da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba – Queimadas/PB.	Solicitação de informações ao Banco do Nordeste - BNB sobre Carta 00063.001826/2013-84, de 12 de março de 2013 , da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba – Queimadas/PB.
77	24.04	Encaminhamento de Avaliação de Estágio Probatório de Servidor.	Encaminhamento ao MAPA de Avaliação de Estágio Probatório de Servidor.
78	10.05	OF/CMPA/CIRC. N 031/2013- Indicação n° 03/2013 – Solicitação de informações sobre o débito dos empréstimos dos agricultores do município de Paulo Afonso – BA e de todo o Nordeste junto ao BNB	Solicitação de informações ao BNB sobre o OF/CMPA/CIRC. N 031/2013- Indicação n° 03/2013 – Solicitação de informações sobre o débito dos empréstimos dos agricultores do município de Paulo Afonso – BA e de todo o Nordeste junto ao BNB
79	20.05	Ofício 374/13-GSWDIA – Solicitação de renegociação da dívida do FAT/PROTRABALHO, cuja cobrança judicial está afetando os agricultores pobres atingidos pela seca	Solicitação de informações ao BNB sobre o Ofício 374/13-GSWDIA – Solicitação de renegociação da dívida do FAT/PROTRABALHO, cuja cobrança judicial está afetando os agricultores pobres atingidos pela seca
81	27.05	Inclusão de Frutas, Legumes e Hortaliças na Linha Especial de Crédito (LEC)	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito da Inclusão de Frutas, Legumes e Hortaliças na Linha Especial de Crédito (LEC)
82	29.05	Redução de taxa de Juros do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer.	Encaminhamento de ofício circular às instituições financeiras operadoras do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer sobre a Redução de taxa de Juros do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer.
83	31.05	Ofício n° 1068/2013/PR – Moção n° 89, de 2012 – Condicionamento de Contratos de financiamento rural.	Encaminhamento ao Banco Central do Brasil - BCB sobre o Ofício n° 1068/2013/PR – Moção n° 89, de 2012 – Condicionamento de Contratos de financiamento rural.
85	24.06	Apoio à comercialização do milho produzido no Estado do Paraná	Encaminhamento ao Ministério da Agricultura - MAPA sobre o Apoio à comercialização do milho produzido no Estado do Paraná
86	15.07	Remoção de Estoques Públicos de Milho para o Programa Venda Balcão.	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito da Remoção de Estoques Públicos de Milho para o Programa Venda Balcão.

87	16.07	Programa para a Reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab .	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito do Programa para a Reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab .
94	27.08	Ofício n° 905 , de 19/08/2013, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP .	Encaminhamento ao Ministério da Agricultura - MAPA do Ofício n° 905 , de 19/08/2013, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP .
99	03.09	Solicitação de Informação sobre endividamento dos agricultores beneficiários do INCRA.	Solicitação de Informação ao Banco do Brasil sobre endividamento dos agricultores beneficiários do INCRA.
100	03.09	Solicitação de Informações sobre endividamento dos agricultores beneficiados do INCRA.	Solicitação de Informação ao Banco do Nordeste do Brasil sobre endividamento dos agricultores beneficiários do INCRA.
101	03.09	Solicitação de Informações sobre endividamento dos agricultores beneficiados do INCRA.	Solicitação de Informação ao Banco da Amazônia sobre endividamento dos agricultores beneficiários do INCRA.
102	06.09	Inclusão da Laranja na Pauta da Política de Preços Mínimos	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito da Inclusão da Laranja na Pauta da Política de Preços Mínimos
104	16.09	Ofício n° 02/2013 – Associação Comunitária Santo Antônio (ASA) – Monsenhor Tabosa/CE.	Solicitação de informações ao Banco do Nordeste - BNB sobre o Ofício n° 02/2013 – Associação Comunitária Santo Antônio (ASA) – Monsenhor Tabosa/CE.
105	30.09	Reportagem do Jornal Valor Econômica de 4 de setembro de 2013, sobre o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para safra 2013/2014.	Solicitação de informações ao Ministério da Agricultura - MAPA a respeito da Reportagem do Jornal Valor Econômica de 4 de setembro de 2013, sobre o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para safra 2013/2014.
107	04.10	Informações do PROAGRO .	Solicitação de informações ao Banco Central do Brasil - BCB sobre o PROAGRO .
109	18.10	Subvenção para cana de açúcar para os produtores do Nordeste.	Encaminhamento ao Ministério da Agricultura - MAPA sobre Ofício n° 012-2013 da União Nordestina de Produtores de Cana - UNIDA. respeito da Subvenção para cana de açúcar para os produtores do Nordeste.
110	18.10	Apoio à comercialização de milho no Paraná.	Resposta da Secretaria ao Ofício n° 1141/13 - GP sobre o Apoio à comercialização de milho no Paraná.
111	18.10	Apoio à comercialização de milho no Paraná	Encaminhamento ao Ministério da Agricultura do Ofício n° 1141/13 - GP sobre o Apoio à comercialização de milho no Paraná.
112	18.10	Proposta de antecipação do exercício dos contratos de Opção de Venda de milho , das safras 2012/2013 e 2013.	Resposta da Secretaria ao Ministério da Agricultura sobre a impossibilidade de aceitar a proposta de antecipação do exercício dos contratos de Opção de Venda de milho , das safras 2012/2013 e 2013.
116	09.12	Solicitação de informação sobre enquadramento em medidas saneadoras – empréstimos do Banco do Brasil a agricultores familiares – Mauriti-CE.	Solicitação de informação ao Banco do Brasil sobre enquadramento em medidas saneadoras – empréstimos do Banco do Brasil a agricultores familiares – Mauriti-CE.

117	16.12	Comunicação de violação de Cartas Patentes – equipamentos colheita de café .	Encaminhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, INPI e BNDES sobre a Comunicação de violação de Cartas Patentes – equipamentos colheita de café .
118	17.12	Tabela de subvenção para o exercício 2014 do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer	Encaminhamento de ofício circular às instituições financeiras operadoras do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer sobre a Tabela de subvenção para o exercício 2014.
Total 31			

NOTAS TÉCNICAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
1	07.01	Alteração da Portaria Interministerial nº 841, de 18 de Setembro de 2012 , que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para os produtores de laranja, até 28 de dezembro de 2012.	Prorrogação do prazo de vigência e aumento do volume de recursos constantes na Portaria nº 841, de 18 de setembro de 2012, que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para os produtores de laranja.
3	18.01	Portaria Interministerial que define os critérios para concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, para os produtores de laranja, até 28 de fevereiro de 2013.	Retificação da Nota Técnica nº 001/SPE-MF, de 7 de janeiro de 2013.
4	22.01	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a concessão de Subvenção Econômica , na forma de equalização de preços, para os produtores de laranja.	Retificação da Nota Técnica nº 003/SPE-MF, de 18 de janeiro de 2013.
12	20.02	Alteração da Portaria Interministerial nº 601, de 29 de junho de 2012 , que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão, na forma de venda direta denominada programa “Venda Balcão”.	Prorrogação do prazo de vigência e aumento da quantidade de produto subvencionado constantes na Portaria nº 601, de 29 de junho de 2012, que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para o milho em grão.
15	28.02	Portaria Interministerial que estabelece os parâmetros para compra de 300 mil toneladas de milho em grãos , na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão”, para pequenos criadores sediados nos municípios amparados pela SUDENE.	Autorização para a Conab adquirir 300.000 toneladas de milho em grãos para ser vendido para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, em razão dos prejuízos decorrentes dos problemas climáticos ocorridos na área de atuação da SUDENE.
22	21.03	Minutas de Medida Provisória, e Exposição de Motivos , que altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.	Formulação de consulta à PGFN acerca da alteração da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para estabelecer que instituições financeiras públicas federais possam atuar no PNMPO por intermédio de sociedade que preste serviço de contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.
31	09.04	Alteração da Portaria Interministerial nº 601, de 29 de junho de 2012 , que define critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão”.	Prorrogação do prazo de vigência e alteração dos limites de aquisição por beneficiário/mês constantes na Portaria nº 601, de 29 de junho de 2012, que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para milho em grão.

32	10.04	Portaria Interministerial que estabelece os parâmetros para a compra de 300 mil toneladas de milho em grão , na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão”, para pequenos criadores sediados nos municípios amparados pela SUDENE.	Alteração da minuta de Portaria Inteministerial que autoriza a Conab a adquirir 300.000 toneladas de milho em grãos para ser vendido para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, em razão dos prejuízos decorrentes dos problemas climáticos ocorridos na área de atuação da SUDENE.
35	18.04	Proposta de reajuste dos preços mínimos do algodão da safra 2012/2013.	Manifestação contrária ao reajuste do Preço Mínimo do algodão com prazo de vigência ainda em vigor.
40	02.05	Apoio a formação de Estoque pela agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos –PAA.	Solicitação de manifestação da PGFN acerca da competência do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA para regular a modalidade de Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar no âmbito do PAA.
41	16.05	Proposta de lançamento de Contrato de Opção Público de venda para milho , das safras 2012/2012	Autorização para a Conab realizar leilões públicos para o lançamento de Contrato de Opção para milho em grãos, da safra 2012/2013 e 2013.
42	16.05	Alteração da Portaria Interministerial nº601, de 29 de junho de 2012, que defini critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão , na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão”.	Prorrogação do prazo de vigência e aumento da quantidade de produto subvencionado constantes na Portaria nº 601, de 29 de junho de 2012, que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para o milho em grão.
46	04.06	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO, para a uva in natura da safra 2012/2013 do Rio Grande do Sul – RS.	Definição dos limites, condições, critérios e a forma de concessão de subvenção econômica par a uva in natura e seus derivados, safra 2012/2013, produzidos no RS, fixando o volume de recursos reservado para operações de PEP e PEPRO em até R\$ 25 milhões (orçamento do MDA).
47	05.06	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços , por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO, Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e Repasse e Recompra de Contrato de Opção de Venda – COV, para milho em grãos, das safras 2012/2013 e 2013.	Autorização para a Conab realizar leilões públicos para a concessão de subvenção econômica para milho em grãos das safras 2012/2013 e 2013 por meio dos instrumentos de PEPRO, PEP e REPASSE e RECOMPRA de Contrato de Opção de Venda - COV.
48	06.06	Minuta de Medida Provisória que Propõe incluir despesas complementares para aquisição de imóvel rural nos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária de que trata a Lei Complementar 93, de 04 de fevereiro de 1998. (EMI nº 00012/2013 MDA MF).	Manifestação da SPE acerca da minuta de Medida Provisória encaminhada pelo MDA que possibilita a inclusão de despesas complementares para aquisição de imóvel rural nos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e que tem por finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, permitindo o acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais não-proprietários que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária.

49	05.06	Alteração do Decreto 4.892, de 25 de novembro de 2003 , que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária. (EMI nº 00013/2013 MDA MF).	Manifestação da SPE acerca da proposta encaminhada pelo MDA que propõe alterar o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, o qual regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, de forma a incluir a possibilidade de financiamento de despesas complementares para aquisição de imóvel rural nos contratos do Fundo de Terras da Reforma Agrária (FTRA).
51	19.06	Minuta de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica , na forma de equalização de preços, por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO. Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e Repasse e Recompra de Contrato de Opção de Venda – COV, para milho em grãos, das safras 2012/2013 e 2013.	Informação para a STN da projeção feita pela Conab, em junho/2013, acerca da produção de milho no Brasil para as safras 2012/13 e 2013, visando justificar o valor de R\$ 700 milhões para as operações de apoio à comercialização de milho em grãos.
53	03.07	Projeto do Banco Mundial para o estudo do valor econômico dos serviços ecossistêmicos produzidos pela floresta Amazônica.	Análise da proposta de estudo apresentada pelo Departamento de Pesquisas em Desenvolvimento do Banco Mundial, intitulado "Valoração Econômica das Mudanças nos Serviços Ecossistêmicos na Floresta Amazônica", e apresentação de subsídios para a formação de posição do Governo Brasileiro.
54	15.07	Minuta de Decreto que regulamenta os artigos 1º e 2º da Medida Provisória nº 615 , de 17 de maio de 2013, os quais dispõem sobre o pagamento de subvenção econômica extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2011/2012.	Análise da Minuta de Decreto que concede subvenção econômica extraordinária aos produtores e indústrias de cana-de-açúcar da região Nordeste, safra 2011/12, afetados pela estiagem.
56	23.07	Altera o artigo 8º da minuta de Decreto que regulamenta a Medida Provisória nº 615 , de 17 de maio de 2013, encaminhada por meio da Nota Técnica nº 54, de 15 de julho de 2013.	Análise da Alteração da Minuta de Decreto que concede subvenção econômica extraordinária aos produtores e indústrias de cana-de-açúcar da região Nordeste, safra 2011/12, afetados pela estiagem.
59	05.08	Cooperação Técnica Bilateral Brasil – Alemanha em Mudança do Clima, Energias Renováveis e Eficiência Energética.	Discussão do Memorando de Entendimentos entre o Ministério da Fazenda e a Agência de Cooperação Internacional da Alemanha (GIZ) elaborado pela COMAC/SPE/MF objetivando a realização de atividades de interesse mútuo nas áreas de mudanças climáticas, energias renováveis, florestas tropicais e economia verde inclusiva.
60	05.08	Revisão do marco legal aplicável a acesso ao patrimônio genético no Brasil e repartição de benefícios.	Manifestação da SPE acerca do mérito de proposta de medida provisória que regula o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional no Brasil e repartição de benefícios.
61	13.08	Minuta de Portaria Interministerial definindo critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, para o produto uva do estado do Rio Grande do Sul, da Safra 2012/2013.	Autorização para a Conab realizar leilões públicos para a concessão de subvenção econômica para a uva do estado do RS, da safra 2012/2013 por meio dos instrumentos de PEPRO e PEP.

64	04.09	Proposta de lançamento de Contrato de Opção Público de Venda para Café colhido em 2013.	Análise de Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para o lançamento de Contrato de Opção de Venda (COV) para o café arábica colhido em 2013, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Conab.
66	11.09	Proposta de programação financeira para o crédito rural	Apresentação das despesas do Tesouro relativas às Operações Oficiais de Crédito (OOC) para o mês de setembro/2013.
68	30.09	Alteração da Portaria Interministerial nº 601, de 29 de junho de 2012 , a qual define critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão, na forma de venda direta denominada Programa de “Venda Balcão”.	Prorrogação do prazo de viência constante na Portaria nº 601, de 29 de junho de 2012, que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para o milho em grão.
69	30.09	Proposta de Antecipação do exercício dos Contratos de Opção de Venda de Milho , das safras 2012/2013 e 2013.	Análise da proposta da Câmara Técnica do CIEP de antecipar, para o mês de outubro/2013, de 1 milhão de toneladas dos Contratos de Opção de Venda (COV) de milho em grãos, das safras 2012/2013 e 2013.
71	02.10	Portaria Interministerial nº 496, de 5 de julho de 2013 , a qual estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO, Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e Repasse e Recompra de Contrato de Opção de Venda – COV, para milho em grãos, das safras 2012/2013 e 2013.	Manifestação acerca da alteração da Portaria Interministerial nº 496, de 5 de julho de 2013, acerca da inclusão de nova fórmula de cálculo do Valor Máximo do Prêmio (VMP) visando aumentar o valor do prêmio para os casos em que o produto arrematado no leilão tenha como destino as regiões/estados do RS, SC, ES, e RJ. públicos para a concessão de subvenção econômica para milho em grãos das safras 2012/2013 e 2013 por meio dos instrumentos de PEPRO, PEP e REPASSE e RECOMPRA de Contrato de Opção de Venda - COV.
72	04.10	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a liberação dos estoques públicos de milho em grãos , com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor para Escoamento do Produto (VEP).	Análise de Portaria Interministerial a qual autoriza a Conab a vender, por meio de leilões públicos, até 500 mil toneladas de milho em grãos dos estoques públicos em poder do governo Federal, concedendo subvenção econômica na forma de Valor de Escoamento do Produto (VEP).
73	04.10	Alteração de Portaria Interministerial que altera a quantidade de 300.000 (trezentas mil toneladas) para 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) toneladas o volume de milho em grãos a ser adquirido pelo Governo Federal e destinado à venda direta, denominada Programa de Venda Balcão, para pequenos criadores sediados nos municípios localizados na área de atuação da SUDENE.	Análise da proposta de alteração da Portaria Interministerial nº 221, de 16 de abril de 2013, ampliando de 300 mil toneladas para 550 mil toneladas a quantidade de milho em grãos a ser adquirida pelo Governo Federal para atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos municípios da área de atuação da SUDENE, em função da quantidade autorizada anteriormente já ter sido comprada em sua totalidade.
75	09.10	Projeto FGV - Elementos para um Mercado de Carbono no Brasil.	Análise da entrega dos produtos apresentados pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), no âmbito do Projeto "Elementos para um Mercado de Carbono".

78	18.10	Alteração da Portaria Interministerial n° 601 , de 29 de junho de 2012, a qual define critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para milho em grão, na forma de venda direta denominada Programa de “Venda Balcão”.	Informação para a STN da projeção feita pela Conab, em outubro/2013, acerca da estimativa detalhada dos gastos de equalização para a operacionalização da "Venda Balcão" de milho aos criadores da área de atuação da SUDENE.
79	18.10	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a liberação dos estoques públicos de milho em grãos, com concessão de subvenção econômica, na forma de Valor de Escoamento do Produto (VEP).	Informação para a STN da estimativa feita pelo MAPA, em outubro/2013, acerca do impacto fiscal para a adoção da medida de venda com subvenção de milho em grãos dos estoques públicos.
81	18.10	Portaria Interministerial que define as condições e limites para as operações de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Análise de minuta de Portaria Interministerial que estabelece as condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica aos produtos oriundos do extrativismo amparados pela PGPM, fixando o volume de recursos a ser destinado para os anos de 2014, 2015 e 2016.
86	07.11	Portaria Interministerial que define as condições e limites para as operações de de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Alteração da minuta de Portaria Interministerial que estabelece as condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica aos produtos oriundos do extrativismo amparados pela PGPM, fixando o volume de recursos a ser destinado para os anos de 2014, 2015 e 2016. A presente mudança altera a fonte de recursos para o pagamento da subvenção que, a pedido do Tesouro, passa a ser a <i>Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de Produtos da Agricultura Familiar</i> .
90	21.11	Minuta de Decreto alterando o Decreto n° 8.079, de 20 de agosto de 2013 , que regulamenta os artigos 1° ao 4° da Lei n° 12.865, de 9 de outubro de 2013, os quais dispõem sobre o pagamento de subvenção econômica extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, que desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à produção da safra 2011/2012.	Propõe a alteração do Decreto n° 8.079, de 20 de agosto de 2013, em razão das alterações introduzidas quando da conversão da Medida Provisória n° 615, de 17 de maio de 2013, na Lei n° 12.865, de 9 de outubro de 2013.
91	28.11	Portaria Interministerial - Comitê Consultivo	Análise de minuta de Portaria Interministerial que institui o Comitê Técnico Consultivo do Projeto "Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-chaves do Brasil", a ser coordenado conjuntamente pelo MF e pelo MCTI
92	28.11	Minuta de Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para os produtores rurais e suas cooperativas de laranja, da safra 2013/2014.	Análise da minuta de Portaria Interministerial que estabelece as condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica para a laranja da safra 2013/2014, fixando em até R\$ 60 milhões o volume de recursos reservado para esta operação, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras para a finalidade.

95	06.12	Portaria Interministerial que define os critérios e as condições para a liberação dos estoques públicos de milho em grãos , com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor de Escoamento do Produto (VEP).	Alteração da Portaria Interministerial a qual autoriza a Conab a vender, por meio de leilões públicos, até 500 mil toneladas de milho em grãos dos estoques públicos em poder do governo Federal, concedendo subvenção econômica na forma de Valor de Escoamento do Produto (VEP).
96	11.12	Projeto proposto pelo Banco Mundial - Avaliação Econômica das Mudanças na área de Floresta Amazônica	Análise da versão final do Projeto proposto pelo Banco Mundial - Avaliação Econômica das Mudanças na Área de Floresta Amazônica - que tem como objetivo principal expandir, melhorar e aumentar o acesso ao conhecimento emérico, a nível regional e local, das mudanças nos valores econômicos da floresta amazônica e seus serviços ecossistêmicos.
100	20.12	Portaria Interministerial que define as condições e limites para as operações de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Encaminhamento da minuta de Portaria Interministerial após o de acordo do MDA em relação à mudança da fonte de recursos para pagamento da subvenção, proposta pelo Tesouro.
Total 41			

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos

Nº. de reuniões	Representações	ASSUNTO/OBJETIVOS
3	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO .	Elaborar, em até 180 dias, proposta do PLANAPO; Articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO; Interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO e apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.
11	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Foro consultivo na elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e promoção da alimentação saudável e adequada.
0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Agricultura Orgânica	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Algodão e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Arroz	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
0	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

1	Câmara Temática da Agricultura Sustentável e Irrigação	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
3	Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
4	Câmara Temática do Cooperativismo Agropecuário	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor cooperativista agropecuário no país.
5	Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
0	Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
0	Câmara Temática de Insumos Agropecuários	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
12	Comissão Técnica da Moeda e do Crédito- COMOC	Participação como suplente do representante da SPE, na elaboração e apresentação de Votos do Setor Agropecuário.
0	Comissão Especial para Avaliação de Perdas	Estabelecer os percentuais de rebate sobre financiamentos ao amparo do PRONAF.
0	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira - CPDS	Reunião colegiada que tem como finalidade propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira, determinando linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.
6	Comissão de Programação Financeira Mensal das Operações Oficiais de Crédito direcionadas ao setor rural	Indicar as prioridades de aplicação dos recursos do orçamento das Operações Oficiais de Crédito no âmbito da PGPM.
6	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 1º TJR/DF	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
0	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 4º TJR/RS	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
3	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 5º TJR/PR	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
4	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no	Propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros, por meio da elaboração de planos de ação para a prevenção e o controle dos desmatamentos,

	Bioma Cerrado-PPCerrado	
4	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal- PPCDAM	Propor medidas e coordenar ações do Governo Federal para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal e a viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta.
6	Comitê Interministerial sobre Mudança Global do Clima- CIMGC	Tem finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus instrumentos subsidiários e apreciar pareceres sobre atividades de projetos que resultem em redução de emissões e que sejam considerados elegíveis para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
3	Comitê da Conta TFCA	Órgão colegiado de caráter deliberativo, por força da celebração do Acordo TFCA entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo Brasileiro, para a promoção dos objetivos da Lei Norte Americana de Conservação de Florestas Tropicais (U.S. Tropical Forests Conservation Act – TFCA) por meio de redução de dívida em apoio à conservação e manejo sustentável das florestas tropicais, relativamente aos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. A finalidade do Comitê é dirigir a Conta TFCA, deliberando sobre a utilização dos seus recursos, em conformidade com o Acordo TFCA e com base em estratégia de conservação estabelecida em plano estratégico de longo prazo aprovado pelo Comitê.
0	Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café CDPC/Café	Tem como objetivo prestar assessoramento ao CDPC, procedendo análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, estoques, custo de produção e aos demais assuntos correlacionados ao agronegócio do café.
0	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio do Café CDPE/Café	Analisar, discutir e aprovar proposta de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.
0	Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café	Analisar, discutir e aprovar e gerir ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café- OIC.
3	Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima- FNMC	Órgão colegiado de caráter deliberativo do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima que tem como objetivo assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima e seus efeitos.
4	Comitê Gestor do Fundo Seguro-Safra	Definir critérios e percentuais de valores para participação de agricultores/municípios/estados a concessão de Seguro-Garantia Safra.
1	Comitê Gestor do Programa de Conservação Ambiental- Programa Bolsa Verde	Órgão deliberativo com finalidade de aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação, aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa.

9	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural	Apreciar e encaminhar ao Poder Executivo propostas relativas ao percentual sobre o prêmio ou o valor máximo da subvenção econômica; propor limites subvencionáveis; aprovar as condições operacionais específicas, implementar e operacionalizar o benefício previsto na lei; incentivar a criação e implementação de projetos-pilotos pelas sociedades seguradoras, contemplando novas culturas; estabelecer diretrizes, coordenar a elaboração de metodologias e a divulgação de estudos e dados estatísticos que auxiliem o desenvolvimento do seguro rural como instrumento de política agrícola; deliberar sobre as culturas, as regiões a serem amparadas e as condições técnicas a serem cumpridas pelos beneficiários; e proposta de Plano Trienal ou seus ajustes anuais, dispor sobre as diretrizes e condições para a concessão da subvenção econômica.
1	Comitê Gestor Nacional do Programa Território da Cidadania	Fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Programa.
8	Comitê Interministerial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO	Subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do Programa; definir prioridades e condições técnicas e operacionais; receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios envolvidos no Programa, ao CODEFAT e ao CMN.
3	Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário	Formular e propor políticas públicas de reordenamento agrário; mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário e de regularização fundiária; propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar a implementação dessas políticas.
0	Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau	Propor a política agrícola para o setor cacauzeiro; elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau; acompanhar a execução dos programas setoriais; implantar comissões regionais; manter sistemas de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade cacauzeira; e propor ações que visem a adequação da oferta do cacau ao consumo doméstico e à exportação.
10	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CONSAD	Avaliar as atividades da empresa; fixar políticas de ação; aprovar o plano diretor; aprovar a política pessoal; fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural; aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da EMBRAPA; indicar ao Ministro do MAPA para nomeação pela Presidente da República, nomes para os cargos de Diretor-Presidente e de Diretores-Executivos.
8	Conselho de Administração do IRB - Brasil Resseguros - AS	Deliberar sobre os assuntos de interesse da Sociedade, no âmbito da sua competência legal e estatutária.
0	Conselho Deliberativo da Política do Café- CDPC/Café	Aprovar o plano safra para o setor; autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônoma, mercadológica e de estimativa de safra do café; aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do FUNCAFÉ; regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno; estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura; aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café; e propor ao CMN o valor de quota de contribuição de que trata o decreto-Lei 2.295/86 e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trata o dec. 94.874/87.

0	Conselho do Agronegócio- CONSAGRO	Órgão colegiado consultivo, com atribuição de colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação da Política Agrícola e no estabelecimento de metas socioeconômicas; subsidiar a formulação dos Planos Anuais de Safra; e assessorar o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na fixação de diretrizes e metas de desempenho do setor nos mercados interno e externo.
12	Conselho Monetário Nacional- CMN	Elaboração e apresentação de Votos relacionados ao setor agropecuário.
11	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável- CONDRAF	Órgão colegiado de proposição de diretrizes para contribuir para a superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda; para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; e para a diversificação das atividades econômicas além de propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.
5	Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	De natureza consultiva e propositiva, tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária.
0	Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA	Identificar as prioridades da Política Agrícola.
6	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA	Convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência; propor a CAISAN as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do SISAN, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, DF e Municípios, bem como demais competências descritas no Dec 6.272/2007.
8	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA,
11	Grupo Executivo sobre Mudança do Clima	Elabora, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, sob a orientação do CIM, bem como planejar, executar e coordenar o processo de consulta pública, bem como outras atividades definidas por meio do Decreto nº 6.263/2007.
0	Grupo de Trabalho para elaborar proposta de aprimoramento do Sistema de Registro Comum de Operações Rurais- RECOR	Visa incorporar ao Recor informações necessárias ao acompanhamento da Política de Crédito Rural brasileira.
2	Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas - (MÔNICA/VITOR)	Indicar produtos prioritários para a realização dos estudos pela Conab; elaborar proposta de inclusão dos produtos oriundos do extrativismo; aprovar Plano Operacional Anual de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas; elaborar limites, condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica de preços aos produtos oriundos do extrativismo amparado pela PGPM.
0	Grupo Temático do Biodiesel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável	Acompanhar e avaliar a implementação do Programa Nacional do Biodiesel, encaminhando ao Plenário do CONDRAF relatórios e propostas para aperfeiçoamento do Plano Nacional do Biodiesel do Governo Federal.

6	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM	Órgão deliberativo para orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
2	Coordenação Sistêmica do Plano Brasil Maior - PBM	Instância deliberativa que compõe nível de articulação e formulação do Sistema de Gestão do PBM. O PBM se organiza em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e execução de programas e projetos estabelecidos em agendas setoriais.
1	Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20	Tem como objetivo promover a interlocução entre as diversas esferas de Governo e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Rio+20.
0	Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrografia (CMCH/MCTI)	Coordenar, acompanhar e contribuir para a avaliação da execução das atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia, bem como promover sua articulação com as ações de governo nas áreas espacial, oceanográfica e de meio ambiente;
5	Comissão Técnica do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria - CTPIN	Diminuir a emissão de gases de efeito estufa nos setores de alumínio, cimento, papel e celulose, química, cal, vidro e ferro-gusa (usado na fabricação de aço).
4	Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional - CNDR	Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.
1	Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20	Realiza o planejamento e a execução das medidas necessárias à realização da Conferência Rio+20, inclusive a gestão dos recursos e contratos afetos aos eventos oficiais realizados sob a égide da Organização das Nações Unidas e a execução das atividades referentes à administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, orçamentários e financeiros, à comunicação, ao protocolo, à segurança e à conservação dos imóveis e do mobiliário utilizados.
0	Comitê Interministerial sobre Estrutura e Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - SRHU/MMA	Tem por finalidade apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010, e neste Decreto, com um representante, titular e suplente.
8	Câmara Técnica de Gestão Territorial , Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas do CONAMA	Encarregada de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário do CONAMA as matérias da área de atuação: a) gestão territorial; b) Sistema Nacional de Unidades de Conservação; c) corredores ecológicos; d) ordenamento territorial; e) Zoneamento Ecológico-Econômico; f) espaços territoriais especialmente protegidos.

16	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Deliberar, propor, apoiar e acompanhar as ações necessárias à operação do Programa ou a ele relacionadas.
2	Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF	Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros
10	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP	Promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas.
4	Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação; aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; aprovar o conteúdo da capacitação das equipes de assistência técnica rural; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa;
1	Comitê Temático Interinstitucional para a Recuperação do Setor Sucroenergético da Região Nordeste	Propor ações de médio e longo prazos para o soerguimento do Setor Sucroenergético do Nordeste. O Comitê, designado em 21/11/2013, é composto por representantes de vários segmentos ligados à produção da cana-de-açúcar, dentre eles o Governo Federal, bancos de fomento, produtores, usinas e trabalhadores rurais. A reunião inicial ocorreu na sede da SUDENE em Recife/PE em 16/12/2013 e o prazo final para a entrega do relatório com as propostas é 16/06/2014.
2	Grupo de Trabalho Cadastro dos Beneficiários das Operações da Política de Garantias de Preços Mínimos – PGPM	Elaborar estudo para a implementação do Cadastro Nacional dos beneficiários das operações da PGPM.
11	Câmara Temática do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP	Propor ao CIEP os quantitativos dos estoques estratégicos por produto e tipo; recomendar ao CIEP critérios para o cálculo do Preço de Liberação dos estoques públicos, respeitadas as diferenças regionais; e propor ao CIEP as condições gerais para aquisição e liberação dos estoques públicos de alimentos.
10	The Economics of Ecosystems and Biodiversity - TEEB	Identificar temas prioritários do escopo do TEEB-Brasil, identificar estudos necessários para a implementação de ações de valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e definir plano de trabalho do TEEB-Brasil.
TOTAL		
78		

4.1. Coordenação-geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA)

4.1.A. Acompanhar a Produção Agropecuária

- **OBJETIVO GERAL:** Subsidiar a política de garantia de preços.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** sugerir preços de garantia e critérios para a concessão de subvenção aos produtores rurais e suas cooperativas.
- **BENEFICIÁRIOS:** Produtores rurais e suas cooperativas.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Garantia de renda aos produtores rurais e suas cooperativas.

Tabela 62 - Resultados alcançados: COAPA

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2013
---------	-----------------	----------------	------------------------

<p>Preços mínimos e preços de garantia dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF</p>	<p>Análise do comportamento de mercado dos produtos a serem amparados na PGPM e PGPAF</p>	<p>Notas técnicas com análises das propostas apresentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA dos preços mínimos dos produtos da PGPM e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA dos preços de referências dos produtos amparados pela PGPAF.</p>	<p>Aumento dos preços mínimos algodão, arroz em casca das regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Paraná, borracha, farinha de mandioca, feijão, fécula de mandioca, goma/polvilho, juta e malva, leite, milho raiz de mandioca, sorgo, alho, carnaúba, castanha de caju, casulo de seda, sisal e todos os produtos da sociobiodiversidade. Redução do Preço mínimo do guaraná para a região Nordeste. Mantidos os Preço Mínimos para o arroz da região Sul (exceto PR), soja, sorgo do MT e Ro, milho pipoca. Inclusão do cacau na lista de produtos sob amparo do PGPAF. Alterações nos preços garantidores dos produtos do PGPAF, acompanhando as variações dos preços mínimos. Proposta aprovada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>
<p>Portarias Interministeriais para a concessão de subvenção econômica para os produtos da PGPM</p>	<p>Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF, MAPA e dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e do Desenvolvimento Agrário- MDA na definição dos limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica para os produtos constantes da PGPM , cujo o preço de mercado está abaixo do preço mínimo .</p>	<p>Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portaria Interministeriais.</p>	<p>Publicação das Portarias Interministeriais milho, uva e laranja.</p>
<p>Portarias Interministeriais para o lançamento de Contrato de Opção de Venda para os produtos da PGPM</p>	<p>Participação conjunta do MF e MAPA na definição dos preços de exercícios e volume de recursos para o lançamento dos contratos .</p>	<p>Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portaria Interministeriais.</p>	<p>Publicação das Portarias Interministeriais de milho e café .</p>
<p>Portarias Interministeriais para a venda dos estoques públicos de milho com subvenção ao Valor do Escoamento do Produto - VEP</p>	<p>Participação conjunta MF , MAPA e MP na definição da fórmula para o cálculo do VEP , das quantidades a serem amparadas , do segmento a ser atendido .</p>	<p>Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portarias Interministeriais.</p>	<p>O processo encontra na Secretaria do Tesouro Nacional para análise</p>
<p>Portarias Interministeriais para a subvenção a venda de milho do estoque público em Balcão .</p>	<p>Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF , MAPA e MP na definição dos segmentos amparados, do preço de venda, da quantidade a ser vendida e as regiões amparadas.</p>	<p>Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portarias Interministeriais.</p>	<p>Publicação das Portarias Interministeriais de venda Balcão de milho para atendimento aos criadores sediados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE.</p>

<p>Portaria Interministerial para a concessão de subvenção econômica para os produtos de cana-deaçúcar</p>	<p>Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF e do MAPA na definição os limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica concedida por meio da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013.</p>	<p>Elaboração do Decreto regulamentando a Lei 12.9.5/2013</p>	<p>Publicação do Decreto 8.079, de 20 de agosto de 2013, regulamentando a Lei 12.865/2013.</p>
<p>Sumário dos produtos da PGPM e acompanhamento da Safra Brasileira e Evolução do Crédito Rural.</p>	<p>Atualização dos dados mensalmente para subsidiar a elaborações de estudos e análises agropecuárias.</p>	<p>Elaboração de nota técnica e conjuntura.</p>	<p>Disponibilização de conjuntura de diversos produtos agrícolas.</p>

4.2. Coordenação-geral de Crédito Rural e Normas

4.2.A. Política de Crédito Rural

- **OBJETIVO GERAL:** Aprimorar a Política de crédito Rural.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Reformular e melhorar as informações referentes ao Crédito Rural, com vistas a inclusão social e eficácia dos gastos públicos.
- **BENEFICIÁRIOS:** Produtores Rurais suas Cooperativas ou Associações.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Aumento dos recursos aplicados e simplificações operacionais.

Tabela 63 - Resultados alcançados: COGCRN

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez/2013
Inclusão Financeira	Participação de discussões para fomentar a inclusão financeira no Brasil e no Mundo.	Participação em fórum Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira e discussão com diversos órgão com foco na promoção da inclusão financeira dos cidadãos, discutindo a importância da educação financeira, da proteção e da inovação nesse processo.	Debates com representantes de instituições financeiras, operadoras de microfinanças, potenciais investidores, representantes do setor educacional, de organismos governamentais e multilaterais, do terceiro setor, além de estudiosos e fomentadores do tema, nacionais e internacionais
Plano Safra da Agricultura Familiar e Empresarial.	Discussão com diversos órgão governamentais e Instituições Financeiras para definição de taxas de juros, montante de recursos destinados para cada linha de crédito, período de contratação, definição de preços de referência e Preços Mínimos.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Plano Safra aprovado pelo CMN no 1º semestre.
Plano Safra Semiárido 2013/2014 para Agricultura Familiar e Empresarial	Plano Safra específico para o Semiárido com ações estruturantes para convivência com o semiárido e incentivo creditício. O plano permitiu o financiamento de itens de investimento com taxas de juros reduzidas e prazos de reembolso alongados para produtores rurais ou agricultores familiares responsáveis por empreendimento localizado na área do semiárido abrangido pela Sudene.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Plano Safra Semiárido aprovado pelo CMN em julho de 2013.
Alteração nas normas para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de terras e da Reforma Agrária.	Ajustar as normas para possibilitar a redução da inadimplência do Programa.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções nº 4.178, de 4.1.2013.

Alteração das normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Consolidar o programa como instrumento de acesso à terra e de superação da pobreza no meio rural, com condições mais favorecidas pela redução das taxas de juros, revisão dos bônus de adimplência e ampliação dos prazos de reembolso.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nºs 4.177, de 7.1.2013, de 4.206, de 28.3.2013
Ampliação do prazo de contratação, do volume de recursos e inclusão de nova fonte de recursos para aplicação na linha especial de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para agricultores familiares de municípios da Região Sul afetados por seca ou estiagem.	Estender o prazo para contratação de 31.1.2013 para 28.1.2013, e aumentar o montante de recursos para contratação da linha de crédito para atender um número maior de agricultores familiares afetados por seca ou estiagem nos municípios da região Sul.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nºs 4.179, de 7.1.2013 e 4.184, de 31.1.2013.
Definição dos encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento	Definir encargos financeiros e bônus de adimplência, em consonância com o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.1.201, com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2.4.2013, para os financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observando a finalidade do crédito, a atividade e a localização do empreendimento.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.181, de 7.1.2013.
Renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por agricultores familiares, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Sudene.	Conceder prazo adicional para renegociação e inclusão das parcelas com vencimento até 30.6.2013, tendo em vista o prolongamento da estiagem na região Nordeste.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nºs 4.189, de 28.2.2013.
Prazo adicional para pagamento dos financiamentos de estocagem contratados em 2012 no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	autorizar as instituições financeiras a concederem prazo adicional de até 60 dias após o vencimento pactuado para pagamento da primeira parcela do reembolso dos financiamentos de estocagem, vencida ou vincenda entre 1º.12.2012 e 31.3.2013, das operações contratadas em 2012, mantidos os encargos previstos para a situação de normalidade.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.183, de 31.1.2013.
Prazo adicional para contratação das linhas especiais de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para atender os produtores rurais e agricultores familiares atingindo por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Ampliar o prazo para finalizar o processo de contratação.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.204, de 28.3.2013.

Prazo adicional para formalização da composição de dívidas de produtores rurais de maçã.	Ampliar o prazo de formalização para não prejudicar a contratação do financiamento para composição das dívidas dos produtores rurais de maçã, tendo em vista as dificuldades operacionais enfrentadas pelas instituições financeiras.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.205, 28.3.2013.
Definição da remuneração das instituições financeiras nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-oeste no âmbito do Pronaf	Adequar os parâmetros de remuneração das instituições financeiras, em consonância com o Art. 6º-B, da lei nº 10.177, de 2001, que atribui ao CMN essa competência.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.213, 30.4.2013.
Renegociação das parcelas com vencimento em 2012, 2013 e 2014, de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por agricultores familiares e produtores rurais em decorrência da estiagem na área de atuação da sudene.	Renegociação das parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014, das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores rurais ou agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado na área de atuação da Sudene onde tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca ou estiagem. Trata-se de medida complementar às ações para mitigação dos efeitos da seca por que passa a região.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs 4.211 e 4.212, de 18.4.2013.
Linha de financiamento para estocagem de etanol combustível.	Criação da linha de crédito para estocagem de etanol combustível conforme competência delegada ao CMN pela lei nº 12.666, de 14.6.2012. A medida visa a redução da volatilidade dos preços.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.216, de 30.4.2013.
Composição de dívidas referentes as prestações, com vencimento em 2012, 2013 e 2014, de operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos do BNDES, por agricultores familiares ou produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área da Sudene.	Composição de dívidas referentes as prestações, vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014, das operações de crédito rural de investimento contratadas por produtores rurais ou agricultores familiares cujo empreendimento esteja localizado na área de atuação da Sudene onde tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência da seca ou estiagem.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs 4.219 e 4.220, de 18.4.2013.
Altera o prazo para manifestação de interesse e formalização para renegociação de dívidas de crédito rural contratadas por produtores rurais de arroz	Elevar o prazo para manifestação e formalização da renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por agricultores familiares e produtores rurais e arroz que tiveram a capacidade de pagamento comprometida por problemas de comercialização, com vistas a aumentar o número de beneficiários da medida.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.230, de 18.6.2013.

Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (ProRenova-Rural e Industrial)	Fomentar a produção de cana-de-açúcar por meio de financiamentos à renovação dos canaviais antigos e ampliação da área plantadas, em consonância com o disposto no art. 2º da lei nº 12.666, de 2012, com as medidas adotadas de apoio ao setor sucroalcooleiro e com o objetivo de estimular a renovação e ampliação dos canaviais.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nº 4.231 e 4.232, de 18.6.2013.
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), com recursos do BNDES.	Fomentar e apoiar as atividades produtivas rurais por meio de financiamento de operações de investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.227, de 18.6.2013.
Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), com recursos do BNDES.	Incentivo a ampliação da capacidade de armazenamento de grãos.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.227, de 18.6.2013.
Financiamento de despesas acessórias relativas à renegociação de dívidas e aquisição do imóvel rural adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Regulamentar o disposto no art. 11 do Decreto nº 4.892, de 25.11.2013 e no art. 1º do Decreto nº 8.025, de 6.6.2013, para permitir o financiamento de despesas acessórias, tais como tributos, serviços de mediação, emolumento e custas cartorárias, relativas à aquisição do imóvel rural e quando da renegociação de dívidas contratadas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.245, de 28.6.2013.
Reprogramação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas entre 2007 e 2011, por produtores rurais ou agricultores familiares, que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Sudene.	Autorizar as instituições financeiras a reprogramar o reembolso das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas no período de 1º.1.2007 a 30.12.2011, em situação de inadimplência em 31.12.2001, por produtores rurais ou agricultores familiares vinculados ao Pronaf, cujo empreendimento esteja localizado em município da área de atuação da Sudene onde tenha havido decretação da situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs 4.250 e 4.251, de 16.7.2013.
Linha de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Regulamentar o disposto no art. 9º da Lei nº 12.844, de 19.7.2013, que delega ao CMN a definição de normas complementares para a operacionalização da referida linha de crédito.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.260, de 22.8.2013

Financiamentos ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).	Apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à mitigação de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos, conforme deliberações do Comitê Gestor do FNMC.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.267, de 30.9.2013
Renegociação de operações de crédito rural destinadas à produção de soja, milho e trigo, contratadas por produtores rurais nas Safras 2003/2004 a 2010/2011, nos municípios atingidos por estiagem nos anos de 2005 e 2012, no estado do Rio Grande do Sul.	Autorizar a renegociação das dívidas dos produtores de soja, milho e trigo, dos municípios do Rio Grande do Sul que foram atingidos pela estiagem nos anos de 2005 e 2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.272, de 2.10.2013
Definição da remuneração das instituições financeiras pelos serviços de análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos de financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).	Regulamentar o art. 18 da lei nº 12.712, de 30.8.2012, que remete ao CMN a competência para definir a remuneração dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, para análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos de financiamentos contratados com recursos desses Fundos.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.288, de 22.11.2013
Renegociação das parcelas de financiamentos rurais vinculadas a lavouras de café arábica.	Autorização para a instituição financeira renegociar as parcelas vencidas e vincendas no período de 1º.7.2013 a 30.6.2014, das operações de crédito rural vinculadas a lavouras de café arábica. A medida foi adotada em função das dificuldades de comercialização do produto devido aos baixos preços.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.289, de 22.11.2013
Definição dos encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata o art. 1º da lei nº 10.777, de 12.1.2001.	Definir encargos financeiros e bônus de adimplência, em consonância com o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.1.2011, para os financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no período de 1º.1.2014 a 31.12.2014, observando a finalidade do crédito, o porte do beneficiário, o setor de atividade e a localização do empreendimento.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.297, de 30.12.2013
Concessão de rebate para liquidação e a renegociação de operações contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Pronaf.	Oferecer condições favoráveis para a liquidação e renegociação das operações de crédito rural de beneficiários da reforma agrária atendidos pelos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf. Medida visa equacionar o endividamento de agricultores familiares beneficiários dos programas de reforma agrária.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.298, de 30.12.2013

Concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural contratadas ao amparo do pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).	Conceder rebate para liquidação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas ao amparo do Pronaf e do Proger Rural Familiar, em situação de inadimplência em 22.11.2011, cujo saldo devedor atualizado seja de até R\$10.000,00 em 30.12.2013. Idem.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução nº 4.299, de 30.12.2013
Liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e remissão de operações com saldos devedores por mutuário de até R\$ 10.000,00.	i) conferir tratamento diferenciado para as modalidades de crédito concedidas pelo INCRA voltadas à construção ou reforma de unidades habitacionais rurais, aplicando formas de quitação semelhantes às atuais regras instituídas pelo PMCMV/PNHR; ii) conceder remissão de até R\$ 10.000,00 para as dívidas originalmente contratadas pelos beneficiários do PNRA; e iii) permitir a repactuação do valor excedente ao remitido, na forma a ser definida em regulamento.	Exposição de Motivos Interministerial - EMI e Minuta de Medida Provisória encaminhada a Presidência da República.	Publicação da Medida Provisória nº 636, de 26.12.2013
Concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.	Autorização para concessão de rebate de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do- Pronaf, cujo risco seja do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, ou da União, que estiverem em situação de inadimplência até 30.12.2013; e bônus de adimplência de 45% a 50% para renegociação.	Elaboração de Exposição de Motivos e minuta de Decreto encaminhada a EMI no 00058/2013 MDA MF MP	Publicação do Decreto nº 8.177, de 27.12.2013.
Concessão de rebate em operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - Proger Rural Familiar.	a concessão de rebate de até 65% , limitado a R\$ 1.750,00, sobre o saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio ao amparo do Pronaf contratadas até 30.6.2008, e do Proger Rural Familiar contratadas de 26.6. 2003 a 28.6.2004, que estavam em situação de inadimplência em 22.11.2011, cujo saldo devedor atualizado seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), até 30.12.2013.	Elaboração de Exposição de Motivos e minuta de Decreto encaminhada a Presidência da República.	Publicação do Decreto nº 8.178, de 27.12.2013.

Regulamenta o art. 8º da Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.	Regulamentar o disposto no art. 8º da Medida Provisória no 636, de 26.12.2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão das as operações de crédito rural ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Proceira, contratadas com recursos do Orçamento Geral da União, repactuadas ou não, cuja soma dos saldos devedores por mutuário, em 27.12. 2013, seja de até R\$ 10.000,00.	Elaboração de Exposição de Motivos e minuta de Decreto encaminhada a Presidência da República.	Publicação do Decreto nº 8.179, de 27.12.2013.
--	--	--	--

4.3. Coordenação-geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

4.3.A. Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

- **OBJETIVO GERAL:** contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009 e Decreto nº 7.390/2010), contribuindo para o alcance dos seus objetivos e metas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** analisar e elaborar medidas nas políticas econômicas que concorram para a efetividade da PNMC e otimizem a gestão dos recursos públicos em contextos de mitigação e adaptação à mudança do clima.
- **BENEFICIÁRIOS:** SPE, órgãos do Governo Federal e governos estaduais.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** foram concluídos estudos sobre efeitos econômicos de políticas de precificação de carbono, permitindo subsidiar a formulação de políticas de redução das emissões de gases de efeito estufa; visando apoiar a elaboração e gestão dessas políticas, foi elaborada e pactuada com órgãos federais e estaduais uma estratégia para estruturação de sistema de informações sobre emissões no nível de agentes econômicos; promoveu-se a capacitação de técnicos de planejamento e orçamento sobre as implicações fiscais da mudança do clima; e foram estruturadas parcerias visando a cooperação técnica em políticas econômicas e mudança do clima.

Tabela 64 - Resultados alcançados: COMAC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2013
Relatório do Grupo de Trabalho sobre Registro de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros (GT Registro) do Núcleo de Articulação Federativa em Clima(NAFC)	Criado em 19 de fevereiro de 2013, no âmbito do NAFC, o GT Registro foi coordenado pelo Ministério da Fazenda (MF) e pela Subsecretaria de Economia Verde do Estado do Rio de Janeiro. Tais instituições ficaram responsáveis por articular com os demais Estados da Federação a elaboração de recomendações técnicas visando possibilidades de harmonização federativa da coleta e registro de dados necessários à contabilização	O Relatório traz recomendações para criação do Sistema Nacional de Informações sobre GEE, particularmente do subsistema de informações no nível de agentes econômicos. São recomendadas atividades necessárias à implementação das recomendações do Grupo e indicados órgãos e entidades do setor público e privado que deverão estar envolvidos nas atividades recomendadas. O GT será encerrado com a entrega do Relatório Final ao NAFC em fevereiro de 2014.	Relatório Final revisto e concluído, tendo sido enviado aos Representantes do GT para validação até 15 de janeiro de 2014.

	de emissões e remoções de gases de efeito estufa (GEE) no nível de agentes econômicos (<i>bottom-up</i>).		
Estudo "Avaliação macroeconômica de instrumentos baseados em preço para implementar uma meta nacional voluntária de redução de emissões no Brasil"	Foi contratado estudo para adaptação de modelo de equilíbrio geral computável (CGE) para avaliar os efeitos macroeconômicos da adoção de instrumentos de precificação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil	Para realização do estudo, foi contratado o consórcio Cedeplar/UFGM-WayCarbon-South Pole. A contratação foi feita por meio de licitação conduzida pelo Banco Mundial, com participação da COMAC na elaboração dos termos de referência e seleção das propostas, e contou com o apoio financeiro da Parceria de Preparação de Mercados (PMR, na sigla em inglês).	Sob orientação da COMAC/SPE, o consórcio fez adaptações do modelo CGE BeGreen (desenvolvido pelo Cedeplar/UnB); simulou os cenários de política; analisou os resultados; e capacitou técnicos da SPE para operar o modelo. Ao final, foi contratado <i>peer review</i> por especialista (Ronaldo Serôa da Motta) e foram promovidas sessões de discussão dos resultados.
Estudo "Análise da experiência internacional do uso da tributação como instrumento de precificação das emissões e perspectivas para sua aplicação no Brasil"	Foi contratado estudo com três componentes: (a) revisão da literatura econômica sobre o uso da tributação para mitigação das emissões de GEE; (b) análise da experiência de países que tributam emissões de GEE; e (c) indicações de possíveis desenhos de tributo sobre emissões no Brasil, considerando tributos existentes	Foi contratado o consórcio Ludovino Lopes Advogados - Waycarbon - Climate Focus, por meio de licitação conduzida pelo Banco Mundial, com participação da COMAC na elaboração dos termos de referência e seleção das propostas, e contou com o apoio financeiro da Parceria de Preparação de Mercados (PMR, na sigla em inglês).	Foi apresentada e revisada uma versão preliminar dos três componentes do estudo, com indicação de ajustes. A versão final do estudo deverá ser apresentada em janeiro de 2014.
Cooperação técnica com Governo Alemão sobre sistemas de relato de emissões visando a elaboração de instrumentos de precificação de emissões.	Com base em atividades desenvolvidas em 2012 e 2013, avançou-se no diálogo com a SAIN/MF e o Governo Alemão visando formalizar uma proposta de cooperação técnica.	A proposta de cooperação técnica foi elaborada conjuntamente pela COMAC/SPE e SAIN e integrada a outras propostas do Ministério do Meio Ambiente na área temática de mudanças climáticas. A proposta foi discutida com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e com a Embaixada da Alemanha e incluída nas Negociações Intergovernamentais entre Brasil e Alemanha sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, realizadas em Berlim, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2013.	A proposta de cooperação técnica sobre sistemas de relato de emissões foi incluída na agenda bilateral, devendo ser elaborado projeto específico (com metas, atividades, recursos) para implementação a partir de 2014.

<p>Contratação de Prestação de Serviços: Projeto "Elementos para um Mercado de Carbono", a ser realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Getúlio Vargas (GVCes).</p>	<p>O Projeto "Elementos para um Mercado de Carbono", conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, teve por objetivo apoiar a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na análise e desenvolvimento de instrumentos para precificação de carbono no país, com foco na gestão das informações sobre emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).</p>	<p>Projeto concluído. Tendo em vista a necessidade de se aprofundar detalhes específicos de temas e elementos trazidos nos documentos apresentados, o GVCes foi novamente contratado para o desenvolvimento de uma segunda fase de trabalhos. Importante ressaltar o impacto do projeto sobre o início dos trabalhos do Núcleo de Articulação Federativa em Clima (NAFC) em torno do tema do registro de emissões por fontes e remoções por sumidouros no nível de contabilização das empresas. Dificilmente teria sido possível estabelecer a pauta de trabalho do GT Registro sem que os técnicos da COMAC/SPE tivessem participado da elaboração e das discussões dos produtos entregues, particularmente dos produtos 1 e 2 do presente projeto.</p>	<p>Projeto concluído com a entrega de todos os produtos no prazo, tendo o GVCes sido novamente contratado para o desenvolvimento de uma segunda fase de trabalhos por meio do Projeto "Perspectivas para Instrumentos de Precificação de Carbono no Brasil".</p>
<p>Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC</p>	<p>O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC foi instituído pela Lei nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009, como um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e regulamentado pelo Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, como um fundo de natureza contábil, com o objetivo de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e seus efeitos. O FNMC é gerido por um Comitê Gestor, presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, instituição sobre a qual também recai a responsabilidade de Secretaria-Executiva e coordenação das atividades administrativas do Fundo. MF integra o Comitê Gestor, representada pela COMAC/SPE.</p>	<p>Com base em propostas elaboradas pelo GT criado em 2012 para revisar as linhas existentes e propor novas linhas com recursos reembolsáveis, foram elaboradas minutas de voto e de resolução do Conselho Monetário Nacional. As propostas foram discutidas com BNDES, MMA e STN e submetidas ao CMN em setembro de 2013.</p>	<p>Foi aprovada a Resolução CMN nº 4.267, de 30 de setembro de 2013, alterando as linhas e condições de financiamento ao amparo do Fundo Clima definidas na Resolução CMN nº 4.008, de 11 de setembro de 2011. Com isso, as condições do Fundo Clima tornaram-se mais atrativas em relação a outras linhas de financiamento e foram incluídas novas atividades (florestas nativas, gestão e serviços de carbono, projetos inovadores).</p>

Projeto de Cooperação BID/MF - "Programa de fortalecimento do planejamento orçamentário e administrativo fiscal de mudança climática no Brasil"	Projeto formalizado em 2011, voltado à capacitação de técnicos e dirigentes do MF, MP e secretarias estaduais de fazenda e planejamento sobre as implicações das mudanças climáticas para as finanças públicas	Visando validar o material didático produzido pelo projeto (8 textos, cerca de 550 páginas), foi realizado entre 8 e 12/04/2013 o workshop "Mudança global do clima e gestão pública de Fazenda e Planejamento no Brasil", com cerca de 40 participantes de 19 estados, além de MF, MP BID e consultores do Projeto. Em seguida, teve início o ensino à distância, estruturado em 4 módulos, totalizando 160 horas, sendo o primeiro básico e os seguintes elegíveis. Foram capacitados cerca de 600 alunos em um ou mais módulos do curso.	Foi concluída a primeira etapa do projeto, que previa a estruturação e realização do ensino à distância. Para 2014, deverá ser ajustado o formato do curso para ficar disponível também para a ENAP (além da ESAF). Deverá ser iniciada em 2014 a segunda etapa do Projeto, que prevê a realização de piloto(s) de inclusão da mudança do clima no planejamento e orçamento estadual.
---	--	---	---

4.3.B. Meio Ambiente

- **OBJETIVO GERAL:** promover a integração das demandas e parâmetros das políticas ambientais às políticas econômicas.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** avaliar viabilidade de incorporação de parâmetros ambientais às políticas econômicas; elaborar ou aprimorar instrumentos econômicos para políticas ambientais.
- **BENEFICIÁRIOS:** órgãos do Governo Federal responsáveis pela coordenação e implantação das políticas ambientais e demais agentes e instituições envolvidos.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** aprimoramento da proposta de substitutivo para o PL 792/2007 (que institui política nacional de serviços ambientais); elaboração de minuta de decreto de regulamentação da Cota de Reserva Ambiental - CRA; análise e subsídios para posicionamento do MF sobre projeto de lei de acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados.

Tabela 65 - Resultados alcançados: COMAC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2013
Proposta de substitutivo ao PL 792/2007 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.	Com base em demanda do relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a Casa Civil/PR fez nova demanda à COMAC/SPE e à SE/MF para revisão do substitutivo do PL 792/2007.	Após novas rodadas de discussão sobre o substitutivo do PL 792/2007 com Casa Civil/PR, MMA (SE e Conjur), STN/MF e Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária da SPE, foi elaborada nova versão de substitutivo.	Nova proposta de substitutivo elaborada e aguardando análise pelo MF e MMA para apresentação à Casa Civil e posterior encaminhamento ao relator do PL 792/2007 na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados
Elaboração de minuta de decreto de regulamentação da Cota de Reserva Ambiental - CRA, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 2012 (novo Código Florestal)	Demandas por análise e posicionamento acerca das propostas para o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012)	Foi elaborada uma minuta inicial de decreto de regulamentação da CRA pela COMAC. A minuta foi revisada, com base em discussões com o MMA (DGE/SE, ICMBio, SDR) e, em seguida, foram realizadas consultas a órgãos estaduais, pesquisadores e instituições afetas ao tema, resultando em nova versão da minuta de	Minuta de decreto elaborada, aguardando análise final no âmbito do MF e do MMA. A submissão do decreto depende do lançamento, pelo MMA, do Cadastro Ambiental Rural - CAR, requisito para a operacionalização da CRA. O estudo sobre o mercado de CRA, com base na proposta elaborada pela COMAC, deverá ser realizado em 2014.

		decreto. Adicionalmente, foi elaborada proposta de estudo para simular o mercado de CRA, com base nos dados sobre potencial de oferta e demanda, custos de transação e possíveis regras do mercado.	
Acordo TFCA (Tropical Forest Conservation Act)	Acompanhamento da implantação do Acordo TFCA - Tropical Forest Conservation Act (TFCA), firmado entre Brasil e EUA no dia 12 de agosto de 2010, com o intuito de substituir dívidas externas do Governo Brasileiro por ações de conservação de florestas tropicais. Para consecução dos objetivos do acordo, foram estabelecidos a Conta para a Conservação de Florestas Tropicais – Conta TFCA e o Tropical Forest Conservation Board (Comitê Gestor da Conta TFCA) que tem como atribuição administrar a Conta TFCA.	Participação em 3 reuniões do Comitê Gestor da Conta TFCA em 2013.	Até o final de 2013, foram contratados 78 projetos, no valor de R\$32,6 milhões, em sete áreas temáticas: Áreas Protegidas (13 projetos), Manejo de Paisagem (28), Capacitação (5), Manejo de espécies (16), Projetos Comunitários (2), Fortalecimento de Redes (7) e Capacitação para a mobilização de recursos financeiros (7)
Proposta de revisão do marco legal sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios	O Governo Federal iniciou a elaboração proposta de revisão do atual marco legal sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, com participação dos órgãos mais diretamente relacionados ao tema (MMA, MCTI, MDIC, MAPA) e consulta ao setor privado. A proposta visa promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos com base nos recursos genéticos da biodiversidade e no conhecimento tradicional associado.	A COMAC analisou e elaborou parecer sobre anteprojeto encaminhado por associações industriais e promoveu discussões com os órgãos envolvidos. Adicionalmente, encaminhou consulta à PGFN sobre a natureza jurídica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. Visando dirimir dúvidas e esclarecer aspectos do tema, foram realizadas reuniões com o MMA (SE e Conjur), MAPA, SEAE, STN e PGFN.	Com base nas discussões e, em particular, na definição da natureza jurídica, foi elaborada proposta relativa ao pagamento e repartição de benefícios decorrentes da exploração do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. A proposta deverá analisada por outras áreas do MF visando sua incorporação à minuta de projeto de lei ou medida provisória tratando do tema, quando da sua submissão, em 2014, pelos órgãos responsáveis.
Estudos sobre Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade	A COMAC dialogou com os órgãos federais e organismos multilaterais envolvidos e acompanhou as diferentes iniciativas de estudos sobre o valor econômico dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade.	Em conjunto com MMA/SBF, IPEA, SAE/PR e MCTI, foi contratado estudo para definição do escopo do estudo sobre Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil (EEB-Brasil) que dará base para a realização de estudos específicos sobre os temas prioritários. Adicionalmente, foi revisada e ajustada proposta de estudo conduzido pelo Banco Mundial sobre o valor econômico da manutenção da floresta amazônia, em conjunto com SAIN/MF, MMA, MCTI e	Consultoria para elaboração do escopo do estudo EEB em andamento, com previsão de conclusão em meados de 2014 (quando então serão definidos os estudos específicos). O estudo do Banco Mundial será iniciado em 2014, incorporando as recomendações definidas pelos órgãos consultados, inclusive as da COMAC/SPE.

		outros órgãos. Acompanhou-se ainda o andamento do trabalho do IBGE de incorporação de às contas nacionais do patrimônio ambiental (volumes e valores), iniciando com a água, com base na metodologia (SEEA) definida pelo Comitê de Estatística da ONU.	
--	--	---	--

4.3.C. Inclusão Produtiva

- **OBJETIVO GERAL:** contribuir para a elaboração, implementação e gestão de programas federais de inclusão produtiva.
- **OBJETIVO ESPECÍFICO:** Coordenar e acompanhar o Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado; contribuir para a gestão e definição de ajustes nas iniciativas na área rural integrantes do Brasil Sem Miséria e participar de grupo sobre o aperfeiçoamento do cooperativismo de crédito no país.
- **BENEFICIÁRIOS:** órgãos do Governo Federal responsáveis pelas políticas de inclusão produtiva; agentes financeiros.
- **RESULTADOS ALCANÇADOS:** 4,8 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado realizado no âmbito do Programa Crescer.

Tabela 66 - Resultados alcançados: COMAC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2013
Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer	Operações direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI), e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, taxa de juros 5% ao ano mais Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1%.	Coordenação, acompanhamento, análise e revisão do Programa. Elaboração de balanços mensais de execução do Programa, com base em informações dos agentes financeiros.	O Programa Crescer completou dois anos com a marca de 3,5 milhões de beneficiários atendidos. Mais de 50% desses beneficiários são pessoas inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal, sendo que 36% recebem o benefício do Bolsa Família, o que demonstra a importância do microcrédito como instrumento de inclusão produtiva dos públicos pobre e extremamente pobre e de ampliação das possibilidades de superação da extrema pobreza no país. Até novembro de 2013, já foram contratadas no Programa 7,8 milhões de operações com um desembolso de R\$ 10,5 bilhões, com um valor médio de empréstimo de R\$ 1,3 mil. Do valor concedido, 86% foram destinados a pessoas físicas, 8% a micro empresas e 6% a empreendedores individuais, sendo que 63% das pessoas atendidas foram mulheres. Em relação à distribuição geográfica dos valores desembolsados, 66% foram destinados para a região Nordeste, 19% para a região Sudeste, 9% para a região Sul e 3% para a região Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Brasil Sem Miséria - público rural	Acompanhamento das ações dos programas Fomento (pelo MDA e MDS) e Água para Todos (MDS), integrantes da estratégia de erradicação da pobreza extrema no meio rural.	Acompanhar a execução dos citados programas, bem como analisar e sugerir aperfeiçoamento desses Programas, sobretudo sobre a legislação em vigor atinente. Participar das reuniões dos Comitês Gestor de cada Programa, representando o Ministério da Fazenda.	Alterações no marco normativo do Programa Fomento possibilitou a criação do Fomento Semiárido com o benefício de R\$ 3 mil aos agricultores pobres de região semiárida do país. Água para Todos com 457 mil cisternas construídas e 37 mil unidades do segunda água (produtiva); Fomento transferiu recursos para 27,9 mil famílias.
Inclusão Financeira	Participação de discussões para fomentar a inclusão financeira no Brasil	Participação em fórum, seminários e palestras sobre o tema de inclusão financeira.	Participação no V Fórum Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira que teve como proposição central o debate dos avanços e desafios na promoção da inclusão financeira dos cidadãos, discutindo, especialmente, a importância da educação financeira, da proteção e da inovação nesse processo.
Cooperativismo	Participar do Projeto SESCOOP Nacional de Prospecção de boas práticas e aprendizado experiencial em cooperativismo de crédito.	Ampliar o conhecimento da equipe técnica (servidores públicos do Banco Central, Ministério da Fazenda e representantes de cooperativas) sobre o ambiente cooperativo de crédito nacional e internacional e estabelecer proposta de aplicação ao cooperativismo brasileiro de boas práticas e experiências exitosas encontradas na missões do grupo Alemanha.	Já foram realizadas 4 viagens do Projeto, 3 nacionais (Sul, Norte e Nordeste) e 1 internacional (Alemanha). Para 2014 estão previstas mais duas viagens internacionais (Canadá e Espanha) para ao fim do projeto apresentar proposta de aplicação de boas práticas do cooperativismo de crédito, com a publicação de um livro.

ANEXOS

*onde devem constar os quadros e tabelas que ocupem mais de uma página, os documentos digitalizados, organogramas e outros documentos utilizados para comprovação ou demonstração de conteúdos do desenvolvimento do relatório. Os documentos do anexo devem estar devidamente referenciados no **TEXTO** do relatório de gestão.*

Brasília – DF, 31 de março de 2014.

Ao Senhor Secretário de Política Econômica, para aprovação e providências.



Lígia Helena da Cruz Ourives
Chefe de Gabinete

De acordo, encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União, nesta data.



Márcio Holland de Brito
Secretário de Política Econômica